

2013



CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

VEREADOR

Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

Jorge Luís Ferreira Catarino

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

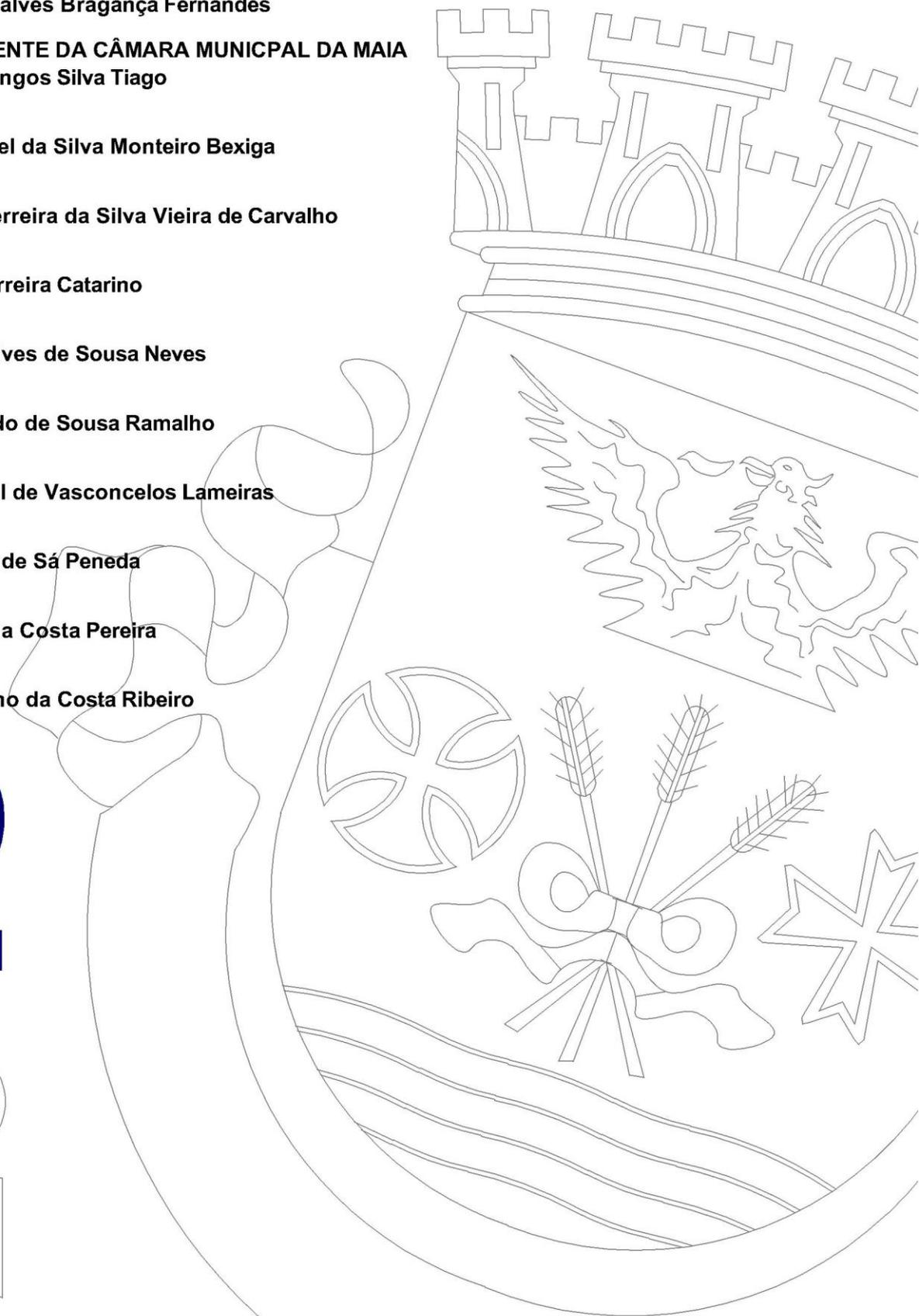
VEREADORA

Ana Virgínia da Costa Pereira

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	17
ANÁLISE ORÇAMENTAL	19
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.....	21
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	23
ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO	25
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA.....	29
Evolução dos Fluxos Monetários.....	29
Poupança Corrente	30
Equilíbrio Orçamental em sentido substancial	31
Fontes de Financiamento do Investimento	32
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	34
Fluxos de Caixa	34
Contas de Ordem.....	37
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	39
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	41
RECEITAS PRÓPRIAS.....	42
Impostos Diretos	44
Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades	46
Venda de bens e Prestações de serviços Correntes	48
RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS	49
TRANSFERÊNCIAS	51
Fundos Municipais	56
Resumo das Transferências e Projetos Cofinanciados.....	57
PASSIVOS FINANCEIROS.....	61
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	63
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA	65
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO.....	68
Despesas com Pessoal.....	70
Limitações às despesas com pessoal	74
Estrutura Orgânica	75
Aquisição de Serviços a Particulares	77
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços.....	77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83
INVESTIMENTO GLOBAL.....	86
Investimento Direto	88
Transferências de Capital	99

Ativos Financeiros.....	102
GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	102
Funções Gerais.....	106
Funções Sociais.....	107
Funções Económicas.....	111
Outras Funções.....	113
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	115
ENQUADRAMENTO.....	117
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU.....	117
DÍVIDA TOTAL.....	118
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	119
DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	127
ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu.....	130
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	131
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	133
LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	136
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL.....	140
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	147
BALANÇO.....	149
ATIVO.....	151
Imobilizado.....	151
Circulante.....	154
Acréscimos e Diferimentos Ativos.....	155
PASSIVO.....	156
Dívidas a Terceiros.....	157
Acréscimos e Diferimentos Passivos.....	159
FUNDOS PRÓPRIOS.....	160
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	161
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS.....	169
INDICADORES DE GESTÃO.....	173
INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	175
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS.....	178
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	181
INTRODUÇÃO.....	183
8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	183
8.1.1. Identificação.....	183
8.1.2. Legislação.....	184

8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva	184
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades	185
8.1.5. Recursos Humanos	185
8.1.6. Organização Contabilística	186
8.1.7. Outras informações relevantes	187
NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	189
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	191
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	191
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	191
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos.....	191
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento».....	192
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões	192
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	192
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	192
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões	192
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	193
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	194
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	195
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.	195
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas.....	195
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	198
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	199
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	199
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários.....	200
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	203
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO.....	205
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento	205
Nota 8.3.6 – Endividamento	205
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	207

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

“Conhecer e avaliar para gerir melhor “

Considerando a necessidade de consolidação das finanças públicas portuguesas, como é do conhecimento geral os últimos anos têm sido pautados por momentos difíceis para todos os cidadãos, dificuldades que se repercutem igualmente nos municípios.

Com a intensificação da descentralização, com a redução de receitas e com o aumento das despesas sociais, os municípios têm tido dificuldades em desempenhar convenientemente as suas atribuições. Cada vez mais se torna crucial que os municípios consigam ganhos de eficiência para que a sua sustentabilidade económica não seja ameaçada. Contudo, as questões de desempenho financeiro e de eficácia de serviços públicos não são suficientes, por si só, para avaliar a atividade de um município. Para que se estabeleça um clima de confiança entre os cidadãos e os executivos e funcionários municipais é ainda necessário que os municípios melhorem os níveis de transparência, de responsabilização e de participação pública nas decisões com impacto na comunidade.

Por outras palavras, é necessário que os municípios adotem boas práticas de governança, sendo para esse efeito fundamental conhecer, avaliar e divulgar o desempenho organizacional das instituições, a vários níveis. Neste contexto, e independentemente da área que se pretenda avaliar, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Só assim, com o devido conhecimento do desempenho organizacional da instituição, é possível avaliar para melhor gerir a “coisa” pública.

A obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação, assumem por isso acrescida importância e especial enfoque no âmbito desta nova dinâmica organizacional no seio da administração pública.

Na prossecução deste fim, o regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

Atendendo ao objetivo definido, o relato das contas individuais está organizado em cinco capítulos.

No primeiro, é apresentada a análise de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, finalizando com a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

No segundo capítulo analisa-se detalhadamente o endividamento autárquico, questão de decisiva importância no contexto global da administração pública.

No capítulo terceiro são explicadas as demonstrações financeiras, ao inserir-se a análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

O quarto capítulo é dedicado a um conjunto de indicadores de gestão, de natureza orçamental e patrimonial.

Do quinto capítulo, como suporte fundamental de toda a análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Ultima-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas individuais.

Como apontamento final, uma vez que com a atual agenda da política económica permanece a necessidade de avaliar e analisar convenientemente a eficácia da execução orçamental e a eficiência na aplicação de recursos, uma breve mas merecida nota ao caminho percorrido ao longo dos últimos anos pelo município da Maia em matéria de consolidação das finanças públicas.

Pese embora o contexto de crise financeira e económica e de profunda austeridade que tem caracterizado os últimos tempos, o Município da Maia tem modelado a sua ação estratégica tendo como principais vetores, o controlo da dívida e a sustentabilidade das finanças públicas locais, procurando em simultâneo assegurar melhores serviços e melhor qualidade de vida à população maia.

Com efeito, assinala-se com particular regozijo que a dívida global do município entre o ano 2006 e o ano 2013 sofreu uma redução na ordem dos (-59%), ao passar de 112.330.893 € para 45.945.491 €, respetivamente. É de facto um indicador de comprovado sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município da Maia teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No domínio da dívida de curto prazo, apraz também registar o facto de o município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, bem como a melhoria significativa do seu prazo médio de pagamento, que no final da gerência de 2013 se fixou em 27 dias. Trata-se de mais um indicador que bem testemunha a ação do município ao nível da boa gestão financeira do seu orçamento.

A contribuir para esta tendência de redução do endividamento municipal, sobrelevam-se os resultados obtidos no exercício de 2013, atendendo à significativa quebra de receita municipal registada no período, de (-) 5.371.557 € face ao ano antecedente. Ambos os capítulos da dívida - médio e longo prazo e curto prazo – concorreram em 2013 para um decréscimo conjunto de (-) 15,7% do total da dívida, refletido em (-) 8.545.065 €, ampliando assim os notáveis resultados que têm vindo a ser registados. Para além de que, não houve em 2013 qualquer redução do investimento efetuado, bem pelo contrário, na medida em que o mesmo aumentou na ordem dos 2.800.000 €, o que só possível por via de uma eficiente e eficaz gestão financeira dos recursos disponíveis, considerando o decréscimo da receita já assinalado.

Em matéria de reporte financeiro das contas consolidadas, importa referir que o mesmo será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, considerando a recente publicação do regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que estabelece no seu artigo 76.º, n.º 2, que os referidos documentos são elaborados e

aprovados pelo órgão executivo e submetidos a apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquela a que respeitam. O mencionado preceito legal é desde já aplicável à prestação de contas consolidadas do exercício de 2013, razão por que se individualizou o respetivo documento de reporte, sem prejuízo de o mesmo poder ser aprovado conjuntamente com a Prestação de Contas Individuais.

Para finalizar, regista-se que a responsabilidade no ciclo de gestão de 2013 foi compartilhada por dois órgãos executivos distintos, em resultado da realização das eleições para as autarquias locais, em 29 de setembro de 2013.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

O capítulo em estudo é indispensável para compreender a execução orçamental, designadamente, no que se refere às suas principais modificações e à variação entre o orçamento inicial, final e executado, possibilitando assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos que foram propostos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, como seja o esforço em matéria de arrecadação de receita, fator fundamental para a efetivação do objetivo político, num panorama macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

Cada uma destas perspetivas de análise, bem como a respetiva evolução, será assunto de maior detalhe ao longo do presente documento.

O orçamento é constituído por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

De igual modo a anteriores gerências, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2013						
ANO DE 2013						
	Previsão			Execução		Taxa de Execução %
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	
Receitas Correntes	57.211.027	57.337.590	126.563	54.380.650	-2.956.940	94,84%
Receitas de Capital	16.355.273	9.439.938	-6.915.336	1.764.133	-7.675.805	18,69%
Outras Receitas	100	100	0	9.752	9.652	9751,67%
Saldo da gerência anterior	0	6.788.773	6.788.773	6.788.773	0	100,00%
Total	73.566.400	73.566.400	0	62.943.307	-10.623.093	85,56%
Despesas Correntes	45.119.190	46.294.390	1.175.200	39.900.136	-6.394.254	86,19%
Despesas de Capital	28.447.210	27.272.010	-1.175.200	16.366.347	-10.905.663	60,01%
Total	73.566.400	73.566.400	0	56.266.483	-17.299.917	76,48%

O orçamento inicial para o exercício de 2013 foi aprovado pelo valor de 73.566.400 €, permanecendo no final com a sua dotação global inalterável, não obstante existiram alterações das dotações iniciais das suas componentes, assegurado que foi o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Em matéria de natureza corrente:

- Nas receitas correntes, a previsão inicial de 57.211.027 € foi reforçada com mais (+) 126.563 €, o que originou uma dotação final de 57.337.590 €.
- Nas despesas correntes, uma variação positiva (+) 1.175.200 € na dotação das despesas orçadas, cuja previsão inicial foi de 45.119.190 €, redundou numa dotação final de 46.294.390 €.

Quanto às rubricas de natureza de capital:

- O orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 28.447.210 €, tendo sido diminuído em (-) 1.175.200 €, o que o posicionou no final em 27.272.010 €,
- O da receita de capital, inicialmente dotado com 16.355.273 €, finalizou com uma dotação de 9.439.938 €, por força da redução da sua dotação em (-) 6.915.336 €

Do exposto resulta que, do ponto de vista orçamental, se estimou que parte das despesas de investimentos fosse financiada por receitas de natureza corrente.

Aprovado o Orçamento Inicial nestes termos, e apesar de um conjunto de modificações aprovadas ao longo do exercício económico de 2013, permanece assim como Orçamento Final para este exercício o mesmo valor inicial, ou seja 73.566.400 €, não traduzindo por isso qualquer acréscimo da sua dotação global.

Em relação ao Orçamento Inicial versus Final importa ainda registar que por força da implementação da nova macroestrutura organizacional que entrou em vigor em 01 de fevereiro de 2013, e que originou uma redução substantiva das unidades orgânicas existentes que passaram de quinze para cinco, houve necessidade de conformar as dotações do orçamento por unidade orgânica a esta nova realidade, o que foi feito por simples critério de agregação, pelo que também não houve qualquer impacto na dotação final do orçamento.

No que respeita à execução orçamental, verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes, apesar de reduzir ligeiramente face ao ano transato, mantêm-se em níveis elevados, 94,84%, o que significa que do total de 57.337.590 € previstos arrecadar foram cobrados 54.380.650 €, originando um desvio de (-) 2.956.940 €.

Para a referida diferença contribuiu sobretudo a diminuição mais expressiva dos impostos diretos e indiretos, mais concretamente no Imposto Municipal sobre Imóveis, do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Ocupação da Via Pública e Publicidade, respetivamente.

Quanto às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 9.439.938 € apenas se arrecadou 1.764.133 €, 18,69%, resultando um desvio de (-) 7.675.805 €.

Tal cenário é fundamentalmente explicado pela forte recessão económica que se tem vivido, inviabilizando assim a concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento inicialmente previstas e que é um facto alheio à vontade dos Órgãos da Administração Municipal.

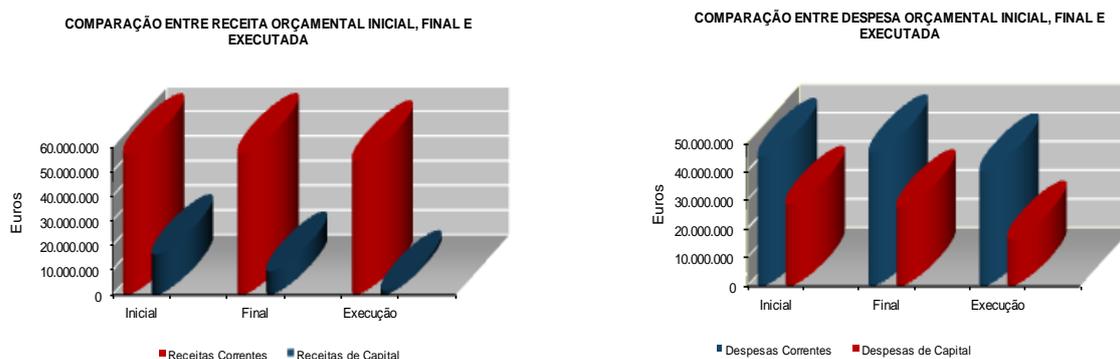
No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 76,48%, com as despesas correntes a apresentarem 86,19%, e as despesas de capital 60,01%, o que determina que sejam as despesas correntes que mais concorrem para a execução orçamental.

Também neste âmbito o maior desvio da despesa está indexada à componente de capital, facto que não pode ser descontextualizado do período de forte recessão económica que se tem vivido, bem como da natureza da própria operacionalização da *Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso*, fatores

com grande impacto no planeamento dos investimentos, levando em alguns casos à sua recalendarização ou a sua reavaliação para o ano seguinte.

O Gráfico 1 abaixo apresentado confirma os comentários referenciados.

Gráfico 1



ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações, sendo que, no exercício de 2013, ocorreram vinte e cinco modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2013		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	23	0
Plano Plurianual de Investimentos	18	0
Plano de Atividades Mais Relevantes	23	0
Orçamento da Receita	2	0

Un: Número

Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2013, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então realizadas.

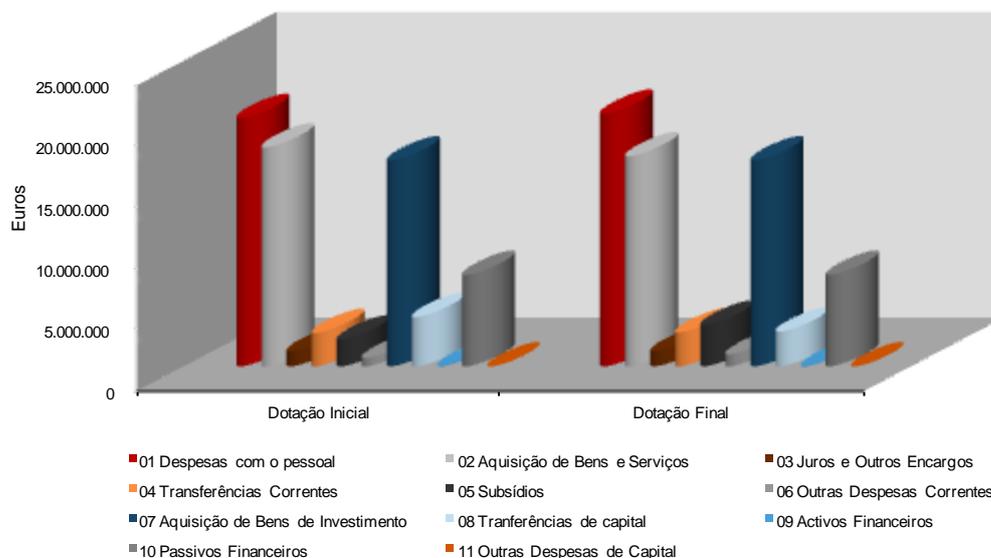
Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2013								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	45.119.190	61,33%	4.159.968	2.984.768	46.294.390	62,93%	1.175.200	2,60%
01 Despesas com o pessoal	20.335.960	27,64%	1.436.232	1.081.282	20.690.910	28,13%	354.950	1,75%
02 Aquisição de Bens e Serviços	17.933.030	24,38%	1.024.560	1.765.695	17.918.95	23,37%	-741.135	-4,13%
03 Juros e Outros Encargos	1241400	1,69%	0	0	1241400	1,69%	0	0,00%
04 Transferências Correntes	2.736.950	3,72%	121975	71450	2.787.475	3,79%	50.525	1,85%
05 Subsídios	2.190.100	2,98%	1.203.100	0	3.393.200	4,61%	1.203.100	54,93%
06 Outras Despesas Correntes	681750	0,93%	374.100	66.340	989.510	1,35%	307.760	45,14%
Despesas Capital	28.447.210	38,67%	1.563.680	2.738.880	27.272.010	37,07%	-1.175.200	-4,13%
07 Aquisição de Bens de Investimento	16.860.800	22,92%	1.391.580	1.378.580	16.873.800	22,94%	13.000	0,08%
08 Transferências de capital	4.041.960	5,49%	164.700	1.360.300	2.846.360	3,87%	-1.195.600	-29,58%
09 Ativos Financeiros	50.300	0,07%	2.000	0	52.300	0,07%	2.000	3,98%
10 Passivos Financeiros	7.494.050	10,19%	1.300	0	7.495.350	10,19%	1.300	0,02%
11 Outras Despesas de Capital	100	0,00%	4.100	0	4.200	0,01%	4.100	4100,00%
TOTAL	73.566.400	100,00%	5.723.648	5.723.648	73.566.400	100,00%	0	0,00%

Un: Euros

Gráfico 2

Modificações Orçamentais à Despesa



Predomina, da apreciação geral do Quadro 3, que em consequência das vinte e três alterações realizadas ao orçamento da despesa em 2013, foram realizados reforços no valor global de 5.723.648 € que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Por outro lado, contrariamente ao que é a prática corrente do município, da leitura singela dos números conclui-se que foram financiadas despesas correntes no valor global de 1.175.200 €, com recurso a despesas de capital, o que não invalida que tenha sido rigorosamente cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, mesmo no sentido substancial.

Com efeito, para além desta situação, nas demais alterações efetuadas os reforços das rubricas de natureza corrente foram integralmente assegurados por anulações da mesma espécie.

Em matéria de reforço das despesas correntes, apesar da sua menor materialidade, aparece logo a seguir o grupo das “Despesas com o Pessoal”, com um aumento de (+) 354.950 €, resultado particularmente da necessidade do reforço da classificação económica 01.01.14 – Subsídio de Férias e Natal, tendo em vista o processamento integral do subsídio de férias a todos os trabalhadores, atendendo que o Tribunal Constitucional, pelo Acórdão n.º 187/2013, considerou inconstitucional a norma da Lei do Orçamento de Estado para 2013, que suspendia o pagamento integral do subsídio de férias a todos os trabalhadores.

Com um valor ligeiramente abaixo, também ocorreu a modificação positiva nas “Outras Despesas Correntes”, de (+) 307.760 €, necessidade sobretudo do reforço das rubricas:

- ✓ “ Impostos e Taxas (restituições) ”
- ✓ “Outras”

Tais ajustamentos foram determinados na sua maioria por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial.

Por último, surge a variação positiva em cerca de 1,85% apurada nas “Transferências Correntes” foi determinada sobretudo pela necessidade de permitir a atribuição de subsídios, a diversas Associações do Concelho, bem como a famílias – outras.

Em sentido inverso, releva-se o impacto negativo na dotação da rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” no valor (-) 741.135 €, o correspondente a uma diminuição de (-) 4,13%, fruto sobretudo do esforço de contenção de despesa nesta área.

Quanto às das despesas de capital, para além das prováveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No âmbito destas despesas, destaca-se a modificação negativa da quantia (-) 1.195.600 €, assinalada no grupo de “Transferências de Capital”, realizada a título excecional, que teve por finalidade reforçar parte do grupo dos “Subsídios”, em consequência das razões anteriormente expostas.

Nas restantes despesas de capital, registaram-se modificações positivas, sendo a rubrica dos “Ativos Financeiros”, a que registou uma variação de maior significado de (+) 3,98%, com pouca expressividade no seu cômputo geral.

Em matéria de Grandes Opções do Plano, na alçada do Plano das Atividades Mais Relevantes nenhuma das vinte e três alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, as dezoito alterações executadas, não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como única finalidade reforçar e reajustar diferentes despesas relacionadas com diversos projetos.

No que respeita a revisões, quer ao orçamento da despesa, quer ao orçamento de receita, regista-se que não foi realizada nenhuma.

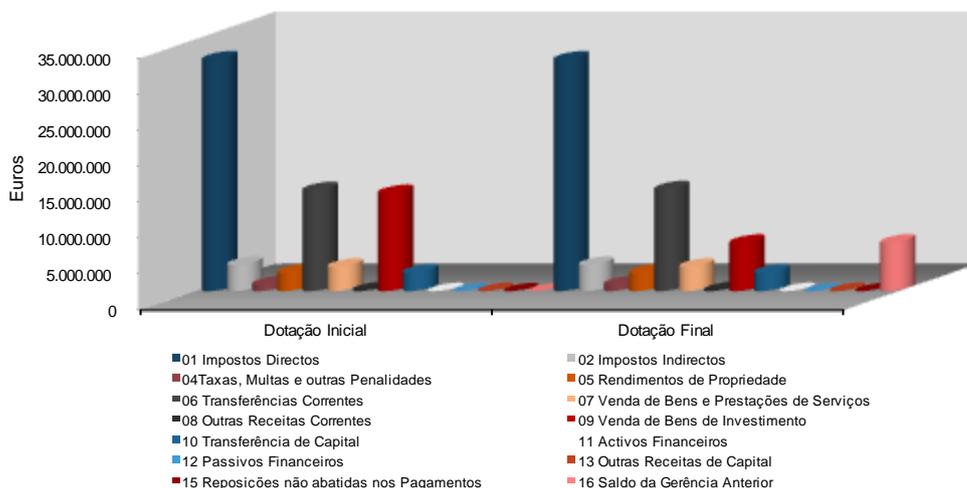
No capítulo do Orçamento da Receita, foram efetivadas duas alterações, que totalizaram o montante de 6.915.336 €, nos termos seguidamente sistematizados.

Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
ANO DE 2013								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	57.211.027	77,77%	126.563	0	57.337.590	77,94%	126.563	0,22%
01 Impostos Diretos	32.227.300	43,81%	0	0	32.227.300	43,81%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	3.688.200	5,01%	0	0	3.688.200	5,01%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	987.400	1,34%	0	0	987.400	1,34%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.629.600	3,57%	0	0	2.629.600	3,57%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	14.066.927	19,12%	126.563	0	14.193.490	19,29%	126.563	0,90%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.436.900	4,67%	0	0	3.436.900	4,67%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	174.700	0,24%	0	0	174.700	0,24%	0	0,00%
Receitas Capital	16.355.273	22,23%	0	6.915.336	9.439.938	12,83%	-6.915.336	-42,28%
09 Venda de Bens de Investimento	13.656.083	18,56%	0	6.915.336	6.740.748	9,16%	-6.915.336	-50,64%
10 Transferência de Capital	2.632.990	3,58%	0	0	2.632.990	3,58%	0	0,00%
11 Ativos Financeiros	16.700	0,02%	0	0	16.700	0,02%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	49.500	0,07%	0	0	49.500	0,07%	0	0,00%
Outras Receitas	100	0,00%	6.788.773	0	6.788.873	9,23%	6.788.773	6788772,50%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	6.788.773	0	6.788.773	9,23%	6.788.773	-
TOTAL	73.566.400	100,00%	6.915.336	6.915.336	73.566.400	100,00%	0	0,00%

Gráfico 3

Modificações Orçamentais à Receita



A primeira alteração, teve por finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 6.788.773 €, não tendo originado qualquer impacto na dotação global do orçamento uma vez que a mesma teve também como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, esta com dotação excedentária, fruto da não concretização de um conjunto de expectativas de

arrecadação de receita, atentas às circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

No que respeita à segunda alteração, a ser elaborada, teve por objetivo a criação da classificação económica 06.060501 – Transferências Correntes – Administração Local – Continente – por forma a permitir arrecadar a receita legalmente consignada, no montante de 126.563,00 €, transferida pela Área Metropolitana do Porto, de acordo com o Protocolo de Cooperação Financeira com o Município da Maia, no âmbito do “Programa Metropolitano de Emergência Social da Área Metropolitana do Porto”, em contrapartida da diminuição da rubrica de Venda de Bens de Investimento, que se encontrava excessivamente dotada, não originando por isso um aumento da dotação global do orçamento.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Evolução dos Fluxos Monetários

A análise que se segue pretende avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos numa ótica orçamental que, durante os últimos quatro anos, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS												
	2010			2011			2012			2013		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença									
Saldo da gerência anterior	1.073.705		1.073.705	352.574		352.574	1.651.219		1.651.219	6.788.773		6.788.773
Corrente	59.187.335	42.516.376	16.670.959	57.431.770	43.763.710	13.668.060	57.254.287	40.477.164	16.777.124	54.380.650	39.900.136	14.480.514
Capital	10.082.082	27.499.150	-17.417.068	5.968.641	18.339.026	-12.370.385	4.268.392	15.911.375	-11.642.983	1.764.133	16.366.347	-14.602.214
Outras	24.978		24.978	970		970	3.413		3.413	9.752		9.752
TOTAL	70.368.101	70.015.526	352.574	63.753.955	62.102.736	1.651.219	63.177.311	56.388.539	6.788.773	62.943.307	56.266.483	6.676.825

Da análise ao Quadro 5, é possível aferir que nos últimos quatro exercícios o município obteve montantes de receita corrente muito superiores às despesas correntes pagas, permitindo sucessivas poupanças correntes brutas entre os 13,6 M€ e os 16,7 M€.

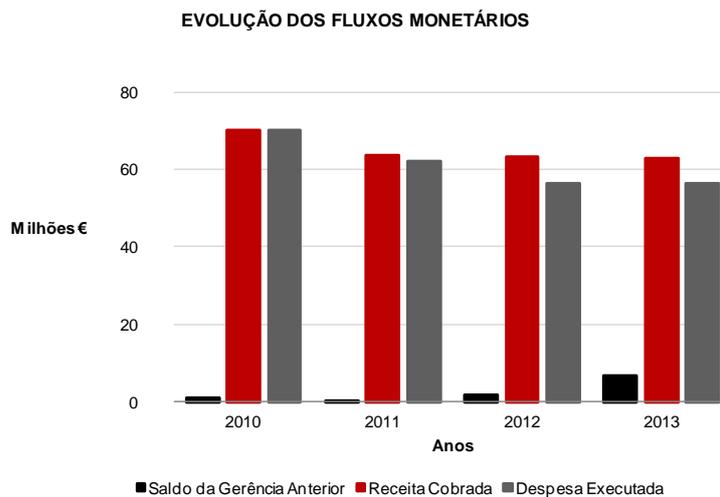
Em 2013, a receita corrente cobrada ascendeu a 54.380.650 € e a despesa paga situou-se nos 39.900.136 €, refletindo uma considerável poupança corrente bruta de 14.480.514 €, constituindo esta, uma das principais fontes de financiamento do investimento.

O mesmo comportamento não é assegurado nas componentes de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, originando recorrentes saldo negativos de capital, só superados através do recurso à poupança corrente bruta e ao saldo da gerência anterior.

No ano 2013, o total da receita cobrada bruta atingiu 62.943.307 € e a despesa total paga 56.266.483 € gerando um significativo saldo para a gerência seguinte de 6.676.825 €, resultado que não pode ser dissociado da aplicação e cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

O Gráfico 4 é bem ilustrativo da evolução dos fluxos monetários nos últimos quatro anos.

Gráfico 4



Poupança Corrente

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, previsto na atual Contabilidade das Autarquia Locais (POCAL) e em algumas disposições legais anteriores, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes. Tais condições em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Contudo, uma análise mais aprimorada ao conceito de poupança corrente não pode ser descontextualizada nem das dívidas correntes transitadas, nem das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, sendo por isso importante avaliar também a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.

Quadro 6

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO				
	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente Executada	59.187.335	57.431.770	57.254.287	54.380.650
Despesa Corrente Executada	42.516.376	43.763.710	40.477.164	39.900.136
Poupança Corrente Bruta (1)	16.670.959	13.668.060	16.777.124	14.480.514
Variação	33,14%	-18,01%	22,75%	-13,69%
Dívida Corrente Transitada (2)	740.750	-1.381.811	-715.359	92.223
Da Gerência Anterior	1831.192	2.571.941	1.190.131	474.772
Para a Gerência Seguinte	2.571.941	1.190.131	474.772	566.994
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp	72.809	661.784	-649.525	-379.239
Da Gerência Anterior	4.276.818	4.349.627	5.011.410	4.361.885
Para a Gerência Seguinte	4.349.627	5.011.410	4.361.885	3.982.646
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	16.003.019	15.711.654	16.842.957	14.009.053
Variação	22,72%	-1,82%	7,20%	-16,83%

Un:Euros

Em matéria de execução orçamental, o Quadro 6 permite-nos concluir que o município tem respeitado integralmente o princípio do equilíbrio formal, ao apresentar receitas correntes cobradas superiores às despesas correntes pagas, permitindo consecutivas poupanças correntes brutas.

De igual modo, quando se incorpora na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, obtém-se idêntica conclusão, observando-se nos sucessivos exercícios económicos poupanças correntes líquidas acima dos 14 M€, que se destinam à cobertura das despesas de investimento.

No exercício de 2013, apura-se um montante de poupança corrente líquida de 14.009.053 €, ligeiramente inferior ao de 2012, facto que não poderá ser alheado da diminuição da receita corrente cobrada.

Equilíbrio Orçamental em sentido substancial

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser analisado numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser analisado numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste pressuposto, apresenta-se o Quadro 7 que pretende demonstrar o grau de execução daquele Princípio.

Quadro 7

CONTROLO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2010	2011	2012	2013
Receita Cobrada	69.294.396	63.401.380	61.526.092	56.154.535
Corrente	59.187.335	57.431.770	57.254.287	54.380.650
Capital	10.082.082	5.968.641	4.268.392	1.764.133
Outras Receitas	24.978	970	3.413	9.752
Despesa Paga	70.015.526	62.102.736	56.388.539	56.266.483
Corrente	42.516.376	43.763.710	40.477.164	39.900.136
Capital	27.499.150	18.339.026	15.911.375	16.366.347
Saldo Final de Operações Orçamentais	352.574	1.651.219	6.788.773	6.676.825
Dívida Transitada				
Da Gerência Anterior	9.358.454	8.472.399	4.181.021	533.995
Para a Gerência Seguinte	8.472.399	4.181.021	533.995	688.981
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	101,79%	110,28%	119,79%	111,56%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	89,65%	96,18%	110,99%	110,51%

Un: Euros

Do que é dado a observar no Quadro 7, é possível concluir que no ano de 2013 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi integralmente cumprido, quer no que toca à execução autónoma do ano (111,56%) quer no que toca à execução global do ano (110,51%).

De facto, importa anotar a evolução positiva verificada nos últimos anos, em especial o comportamento decrescente da dívida transitada que culminou numa redução de (-) 8.669.473 € face a 2009 e que influenciou de veras o comportamento dos rácios do equilíbrio orçamental em sentido substancial.

Fontes de Financiamento do Investimento

A análise que se segue às fontes de financiamento do investimento, pretende aferir de que forma as diversas receitas municipais arrecadadas no exercício de 2013 contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de salvaguardar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado.

As receitas municipais foram agregadas em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 8

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
2013		
	Valor	FF/ DI
Receitas Capital (1)	1.764.133	19,9%
Venda de Bens de Investimento	103.838	12%
FEF Capital	777.690	8,8%
Fundos comunitários	314.435	3,5%
Outras Trans Capital	557.420	6,3%
Passivos Financeiros	0	0,0%
Ativos Financeiros	10.750	0,1%
Outras receitas de Capital	0	0,0%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)	6.981.581	78,7%
Poupança Corrente (3)	14.480.514	163,3%
Amortizações de Capital (4)	7.494.849	84,5%
Outras Despesas Capital (5)	4.084	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos (6)	9.752	0,1%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)	8.755.466	98,7%
Saldo gerência anterior (8)	6.788.773	76,6%
TOTAL (9) = (7)+(8)	15.544.238	175,3%
Despesas de Investimento pagas (10)	8.867.414	
Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)	57,05%	
Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)	6.676.825	

Un: Euros

Notas:
FF - Fonte de Financiamento
DI - Despesas de Investimento

Em 2013, o município da Maia gerou receita disponível para financiar investimento no montante de 8.755.466 €, o que lhe permitiu suportar 98,7% do investimento pago e obter, adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um saldo para a gerência seguinte de 6.676.825 €.

A fonte de financiamento mais preponderante continua a ser a "Poupança Corrente", deduzidas que sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital não reprodutivo, cujo pagamento tem que ser salvaguardado, ao contribuir com 78,7%.

Por sua vez, as receitas de capital permitiram suportar 19,9% das despesas de investimento pagas, destacando-se o FEF Capital e as Outras Transferências de Capital, comportando respetivamente 777.690 € e 557.420 €.

Com menor representatividade, encontram-se os Fundos Comunitários com 314.435 €, as Vendas de Investimento com 103.838 € e os Ativos Financeiros com 19.731 €.

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas e não obstante o que está instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa reflete os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 9 apresenta, de forma resumida, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2013.

Quadro 9

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
ANO 2013				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		10.969.538	Despesas Orçamentais	56.266.483
Execução Orçamental	6.788.773		Correntes	39.900.136
Operações de Tesouraria	300.473		Capital	16.366.347
Cauções em dinheiro	3.880.292			
Receitas Orçamentais		56.154.535	Dotações não Orçamentais	4.219.592
Correntes	54.380.650		Operações de Tesouraria	3.755.332
Capital	1.764.133		Cauções em dinheiro	464.260
Outras	9.752			
Dotações não orçamentais		4.077.376	Saldo para a gerência seguinte	10.715.374
Operações de Tesouraria	3.808.509		Execução Orçamental	6.676.825
Cauções em dinheiro	268.867		Operações de Tesouraria	353.650
			Cauções em dinheiro	3.684.899
Total		71.201.449	Total	71.201.449

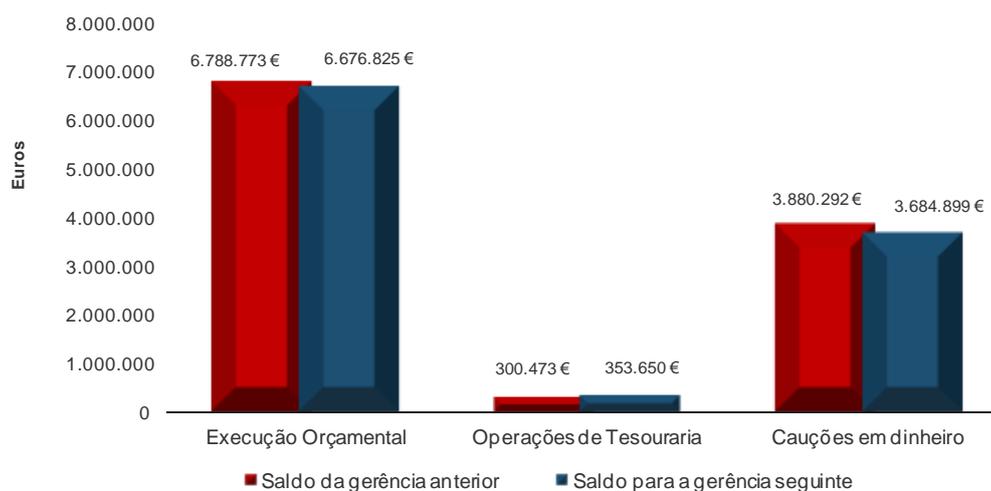
Unidade: Euros

Da avaliação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2013 pode-se concluir que:

- ✓ as entradas de fundos remontaram a 60.231.911 €, sendo 56.154.535 € provenientes de receitas orçamentais e 4.077.376 € de dotações não orçamentais, dos quais 3.808.509 € correspondem a operações de tesouraria, e 268.867 € a cauções em dinheiro.
- ✓ Por sua vez, as saídas de fundos somaram 60.486.075 €, dos quais 56.266.483 € resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 3.755.332 € procedentes de operações de tesouraria e 464.260 € de cauções em dinheiro.
- ✓ Deste balanceamento entre entradas e saídas de fundos e o saldo transitado do ano anterior resulta como saldo final da gerência do ano de 2013, um total de 10.715.374 €, sendo 6.676.825 € decorrentes da execução orçamental, 353.650 € de operações de tesouraria e 3.684.899 € de cauções em dinheiro.

Gráfico 5

COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO DA GERÊNCIA SEGUINTE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2013



No âmbito das Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

O Quadro 10 retrata e bem a repartição destes encargos segundo a sua natureza.

Quadro 10

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS								
(Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)								
ANO 2013								
Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte			
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor		
21	CLIENTES/CONTRIBUÍNTES/UTENTES	0	1.853.960	114.522	102.126	0	1.841.564	
	21.7	Cientes e Utentes com Cauções						
	21.7.1	De Execução de Obras (Loteamentos,.....)	0	1.727.836	82.176	90.816	0	1.736.476
	21.7.3	Cientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16.829			0	16.829
	21.7.9	Outras	0	109.295	32.346	11.310	0	88.258
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	195.261	3.374.019	3.418.447	0	239.690	
	24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos						
	24.2.1	Trabalho dependente	0	78.852	1.439.684	1.471.127	0	110.295
	24.2.2	Trabalho independente	0	8.556	96.885	97.538	0	9.208
	24.2.4	Prediais	0		945	945	0	0
	24.2.5	Pensões	0	3	2.187	3.339	0	1.155
	24.2.6	Sobretaxa extraordinária s/ rendimentos sujeitos a IRS	0		100.870	108.777	0	7.907
	24.2.7	Trabalho dependente - acertos	0		34.726	34.726	0	0
	24.4	Restantes impostos						
	24.4.1	Imposto de selo	0	23	50	27	0	0
	24.5	Contribuições para a Segurança Social						
	24.5.1	Caixa Geral de Aposentações	0	76.871	1.057.587	1.061.173	0	80.457
	24.5.2	ADSE	0		222.797	222.828	0	31
	24.5.3	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	30.957	411.654	411.334	0	30.636
	24.9	Outras Contribuições						
	24.9.3	Direção Geral de Contribuições e Impostos	0		6.633	6.633	0	0
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	0	2.131.544	731.051	556.803		1.957.296	
	26.1	Fornecedores de Imobilizado						
	26.1.2.1	Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	0	1.144.221	342.854	166.741	0	968.108
	26.2	Pessoal						
	26.2.9	Outras operações com o pessoal	0	161	2.882	2.909	0	189
	26.3	Sindicatos						
	26.3.1	Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	421	4.928	4.904	0	398
	26.3.2	Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	685	7.709	7.679	0	655
	26.3.3	Sindicato Engenheiros do Norte	0	12	145	145	0	12
	26.3.4	Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação	0	5	58	58	0	5
	26.3.5	Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	17	652	706	0	72
	26.3.6	Sindicato Professores da Zona Norte	0	17	166	150	0	0
	26.3.7	Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	130	941	878	0	67
	26.8	Devedores e credores diversos						
	26.8.8	Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	882.111	6.883		0	875.228
	26.8.9	Credores diversos - outros	0	103.763	363.832	372.632	0	112.564
	Totais	0	4.180.765	4.219.592	4.077.376		0	4.038.549

Unidade: Euros

Da análise dos dados, verifica-se que no exercício de 2013 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 4.219.592 €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 4.077.376 €. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e caucões tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Tendo em conta a sua natureza, a informação foi constituída em três quadros distintos, o Quadro 11 para “Garantias e Cauções Rececionadas”, o Quadro 12 para “Garantias a Favor de Terceiros”, e por último, o Quadro 13 para “Recibos para Cobrança”.

Quadro 11

GARANTIAS E CAUÇÕES RECEPCIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e caucões			Saldo para a gerência seguinte	
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas		
(A)		(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.2	Garantias					
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	4.858.110	260.502	913.796	0	4.204.816
09.2.2	Para execução de obras	15.358.114	2.064.808	2.881.382		14.541.540
09.2.3	Outras Garantias	263.928				263.928
09.2.4	Garantias até 31.12.2001					0
09.2.5	Hipotecas	5.719.130				5.719.130
09.2.6.01	Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	339.534	11.037	181.407		169.163
09.2.6.02	Seguros-Caução - execução de obras	608.416				608.416
	Total	27.147.233	2.336.346	3.976.585	0	25.506.994

Un.: Euros

Neste exercício as garantias prestadas a favor da autarquia atingiram o montante de 2.336.346 €, enquanto as garantias devolvidas ascenderam aos 3.976.585 €, o que resulta para a gerência seguinte, acrescido que seja o saldo transitado, um saldo de 25.506.994 €, valor este inferior ao da gerência anterior.

A rubrica que mais se destaca no quadro das garantias e caucões rececionadas continua a ser a de execução de obras, uma vez que foram prestadas no ano de 2013, 2.064.808 € em garantias, valor este inferior ao das garantias devolvidas, cujo montante atingiu os 2.881.382 €, fruto da devolução de garantias do próprio ano e de anos anteriores.

Quadro 12

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e caucões			Saldo para a gerência seguinte	
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas		
(A)		(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.4	Caucões a favor de terceiros					
09.4.1	Vasilhames	0				0
09.5	Garantias a favor de terceiros	5.437.928				
09.5.1	Empreitadas e fornecimentos	262.141				262.141
09.5.2	Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787				5.175.787
	Total	5.437.928			Total	5.437.928

Un.: Euros

Quanto às garantias e caucões, conclui-se do Quadro 12 que durante o exercício de 2013 não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caucão a favor de terceiros, motivo que determina que o

total das garantias prestadas tituladas em 5.437.928 €, sucede de compromissos assumidos em anteriores gerências, permanecendo, assim, inalterado o saldo para a gerência seguinte, que é constituído da seguinte forma:

- ❖ A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.
- ❖ Uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641 € a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- ❖ Três garantias, prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- ❖ Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €.

Quadro 13

RECIBOS PARA COBRANÇA						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior (A)	Movimento anual			Saldo para a gerência seguinte (D)=(A)-(B)+(C)
			Cobrança (B)	Anulação	Emissão (C)	
09.3	Receita Virtual					
09.3.1	Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.217				1.568.217
09.3.2	Receita Virtual do Próprio Ano					0
	Total	1.568.217			Total	1.568.217

Un.: Euros

Conclusão análoga é estendível aos recibos para cobranças, uma vez que no ano de 2013 não existiu qualquer anulação, cobrança e emissão de documentos debitados ao tesoureiro, mantendo-se, desta forma, inalterado o saldo para a gerência seguinte que é exatamente igual ao saldo da gerência anterior.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Quadro 14

Estrutura Geral da Receita									
	2011		2012		Previsão	2013			
	Execução	Variação 2010/2011	Execução	Variação 2011/2012		Execução	Peso	Variação 2012/2013	Taxa de Execução
Receitas Correntes	57.431.770	-3,0%	57.254.287	-0,3%	57.337.590	54.380.650	96,8%	-5,0%	94,8%
Impostos Diretos	32.666.264	-3,2%	34.198.424	4,7%	32.227.300	31.522.714	56,1%	-7,8%	97,8%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out. Penalidades	4.539.629	-16,3%	4.163.668	-8,3%	4.675.600	3.019.869	5,4%	-27,5%	64,6%
Rendimentos de Propriedade	3.036.135	-6,1%	2.473.829	-18,5%	2.629.600	2.655.955	4,7%	7,4%	101,0%
Transferências Correntes	13.551.564	-0,6%	13.216.760	-2,5%	14.193.490	13.917.346	24,8%	5,3%	98,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.472.772	15,1%	3.041.233	-12,4%	3.436.900	3.149.081	5,6%	3,5%	91,6%
Outras Receitas Correntes	165.408	7,8%	160.374	-3,0%	174.700	115.685	0,2%	-27,9%	66,2%
Receitas de Capital	5.968.641	-40,8%	4.268.392	-28,5%	9.439.938	1.764.133	3,1%	-58,7%	18,7%
Venda de Bens de Investimento	148.613	-86,7%	19.731	-86,7%	6.740.748	103.838	0,2%	426,3%	1,5%
Transferências de Capital	5.670.823	-36,7%	3.839.375	-32,3%	2.632.990	1.649.545	2,9%	-57,0%	62,6%
Ativos Financeiros	6.104	36,8%	9.286	52,1%	16.700	10.750	0,0%	15,8%	64,4%
Passivos Financeiros	0		0		0	0	0,0%		
Outras Receitas de Capital	143.100		400.000	179,5%	49.500	0	0,0%	-100,0%	0,0%
Outras Receitas	970	-96,1%	3.413	252,0%	100	9.752	0,0%	185,8%	9751,7%
Total das Receitas	63.401.380	-8,5%	61.526.092	-3,0%	66.777.628	56.154.535	100,0%	-8,7%	84,1%
Integração do saldo da gerência	352.574		1.651.219			6.788.773			
Total	63.753.954		63.177.311			62.943.307			

Un: Euros

Da observação dos dados constantes no Quadro 14 que espelha os níveis de receita arrecadada pelo município no triénio 2011-2013, conclui-se que permanece a evolução negativa deste agregado retratada desde 2011, tornando-se ainda mais acentuada neste exercício de 2013 atenta a sua redução face ao ano anterior de (-) 8,7%, bem como a preponderância das receitas de natureza corrente no cômputo geral da receita cobrada.

O agregado de receita corrente apresenta-se assim reiteradamente como sendo a principal fonte de receita municipal absorvendo no exercício de 2013 cerca de 97% do total da receita cobrada, e simultaneamente a responsabilidade pelo cenário de redução alcançado.

Excluído que seja o saldo da gerência anterior, a receita cobrada bruta em 2013, perfaz um total de 56.154.535 €, o que traduz uma redução de (-) 5.371.557 € face a 2012, tendência que tem sido recorrente nos últimos exercícios económicos e que é materialmente relevante. Com efeito, contabilizada a redução entre 2011 e 2013 a receita cobrada bruta diminuiu (-) 7.246.845 € o que, a manter-se esta orientação, poderá, no futuro, condicionar a gestão orçamental e a atuação do executivo nas suas diversas áreas de intervenção municipal.

Este cenário não pode ser descontextualizado, como já consta de relatórios anteriores, do panorama macroeconómico atual, bem como da entrada em vigor no ano em estudo, do licenciamento zero.

A sua prestação negativa fica essencialmente a dever-se ao comportamento das suas componentes mais expressivas, designadamente os Impostos Diretos (-) 7,8%, os Imposto Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades (-) 27,5%.

Com comportamento distinto, destaca-se o aumento de (+) 5% das Transferências Correntes que conjuntamente com ligeiro acréscimo dos Rendimentos de Propriedade e das Vendas e Prestações de Serviço, respetivamente, impedem uma queda superior naquele agrupamento de receita.

As receitas de capital, por sua vez, ascenderam a 1.764.133 €, valor absorvido quase na sua totalidade, com o 1.649.545 € das Transferências de Capital, que, no entanto, protagonizaram, uma significativa quebra de (-) 57%. Este agregado da receita caracteriza-se regularmente, por desvios consideráveis relativamente à previsão, apresentando no exercício em análise, uma taxa de execução de apenas 18,7% e diminuta representatividade no cômputo geral da receita.

A justificar o consecutivo decréscimo deste tipo de receita, aparece a redução das Transferências de Capital provenientes, principalmente dos fundos comunitários, encontrando-se, em 2013 agravada a sua prestação pelo facto de ter havido uma alteração de repartição do montante arrecadado do FEF em prejuízo da componente de capital.

O Gráfico 6 espelha a composição da receita no ano de 2013.

Gráfico 6



Analisam-se minuciosamente os seguintes grupos de receita:

- **Receitas Próprias**
- **Receita liquidada e não cobrada**
- **Transferências**

RECEITAS PRÓPRIAS

Tendo em conta a possibilidade de arrecadação de receitas próprias pelo Município, que em bom rigor, mais não é do que o recurso a meios próprios, nos termos da autonomia financeira de que dispõe, centra-se a análise na vertente de arrecadação de receita, expurgando as componentes de transferências ou empréstimos contraídos. Neste âmbito, apresenta-se de seguida um quadro, no qual se espelha a receita própria devidamente distribuída entre correntes e de capital.

Quadro 15

RECEITAS PRÓPRIAS										
	2011		2012		2013		Variação 2012/2013	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
	Valor	Variação 2010/2011	Valor	Variação 2011/2012	Previsão	Execução				
Receitas Correntes	32.666.264	-3,2%	34.198.424	4,7%	32.227.300	31.522.714	-7,8%	77,7%	58,0%	56,1%
Impostos Diretos	4.539.628	-16,3%	4.163.668	-8,3%	4.675.600	3.019.869	-27,5%	7,4%	5,6%	5,4%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out Penalidades	3.036.135	-6,1%	2.473.829	-18,5%	2.629.600	2.655.955	7,4%	6,5%	4,9%	4,7%
Rendimentos de Propriedade	3.472.772	15,1%	3.041.233	-12,4%	3.436.900	3.149.081	-3,5%	7,8%	5,8%	5,6%
Venda de Bens e Prestação de	165.408	7,8%	160.374	-3,0%	174.700	115.685	-27,9%	0,3%	0,2%	0,2%
Outras Receitas Correntes	43.880.207	-3,7%	44.037.527	0,4%	43.144.100	40.463.304	-8,1%	99,7%	74,4%	72,1%
Sub Total										
Receitas Capital										
Venda de Bens de Investimento	148.613	-86,7%	19.731	-86,7%	6.740.748	103.838	426,3%	0,3%	0,2%	0,2%
Ativos Financeiros	6.104	36,8%	9.286	52,1%	16.700	10.750	15,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	143.100	100,0%	0	-100,0%	49.500	0		0,0%	0,0%	0,0%
Sub Total	297.817	-73,5%	29.017	-90,3%	6.806.948	114.588	294,9%	0,3%	0,2%	0,2%
Total das Receitas Próprias	44.178.024	-5,4%	44.066.544	-0,3%	49.951.048	40.577.892	-7,9%	100,0%	74,6%	72,3%
Total das Receitas Correntes	57.431.770	-3,0%	57.254.287	-0,3%	57.337.590	54.380.650	-5,0%		100,0%	96,8%
Total das Receitas	63.401.380	-8,5%	61.526.092	-3,0%	66.677.628	56.154.535	-8,7%			100,0%

As receitas próprias do último triénio constantes no quadro apresentado revelam uma clara supremacia da receita própria corrente sobre a de capital, observando-se comportamentos semelhantes ao da receita global e sucessivas perdas de recursos próprios.

Afere-se, dos dados apresentados, que as receitas próprias no montante de 40.577.892 € apresentam um decréscimo de cerca de (-) 8% face ao ano transato, claramente influenciada pela prestação negativa da sua componente mais representativa, os *Impostos Diretos*, cuja quebra ascendeu a (-) 2.675.710 € e que ao avocar 77,7 % das receitas próprias apresentam-se inequivocamente como principal responsável pelo seu comportamento.

Logo a seguir com uma influência importante neste desempenho, aparecem os *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades* com (-) 1.143.799 €, designadamente através das componentes de Ocupação da Via Pública e Publicidade, fruto da entrada em vigor, no ano em análise do licenciamento zero.

Muito embora com menor representatividade, também as outras receitas correntes contribuem para este cenário ao diminuírem (-) 44.689 €.

Em contra ciclo destaca-se a variação positiva dos *Rendimentos de Propriedade* que sofreram um acréscimo de 7,4%, impulsionado pelas rendas de concessão da EDP, definido pelo Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, assim como a Venda de Bens e Serviços Correntes que aumentaram ligeiramente, 3,5%, tendo os Serviços Sociais, Recreativos, culturais e Desportivos um papel preponderante neste desempenho.

Com menor influência, dado o seu peso na receita ser pouco significativo, encontram-se as *Vendas de Bens de Investimento* e os *Ativos Financeiros* que no seu conjunto contribuíram com 114.588 € para o total das receitas próprias.

Gráfico 7



O Gráfico 7reflete bem a queda abrupta da receita própria arrecadada no ano de 2013 face aos dois anos imediatamente anteriores.

Para finalizar, regista-se que continua a existir um bom desempenho da receita própria no total da receita municipal, ao representar 75% das receitas correntes e 72% das receitas totais, o que reflete o elevado potencial do município de gerar receita própria, traduzindo uma boa autonomia financeira por parte da edilidade.

Procede-se de seguida a uma análise mais detalhada das principais componentes de receita.

Impostos Diretos

Quadro 16

IMPOSTOS DIRETOS						
	2011	2012	2013	Variação 2012/2013		
				Peso	Valor	%
Impostos diretos						
Imposto Municipal s/ Imóveis	19.379.650	21.170.899	19.056.421	60,5%	-2.114.478	-10,0%
Imposto Único de Circulação	2.403.203	2.722.986	3.382.433	10,7%	659.447	24,2%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	5.738.102	4.645.145	3.538.766	11,2%	-1.106.379	-23,8%
Derrama	5.076.979	5.604.062	5.315.095	16,9%	-288.967	-5,2%
Contribuição Autárquica	41.660	17.972	207.172	0,7%	189.199	1052,7%
Imposto de Sisa	7.274	17.926	20.426	0,1%	2.500	13,9%
Imposto Municipal s/ Veículos	0	0	0	0,0%	0	
Impostos Diretos Diversos	0	0	0	0,0%	0	
Contribuição Especial	19.396	19.434	2.402	0,0%	-17.032	-87,6%
Total	32.666.264	34.198.424	31.522.714	100,0%	-2.675.710	-7,8%

Un:Euros

A receita fiscal é a maior fonte de arrecadação de receita própria do município, assumindo assim especial importância no contexto global da receita cobrada e justificando uma análise pormenorizada do seu comportamento.

Por conta deste agregado de *Impostos Diretos* arrecadou-se em 2013, um total de 31.522.714 €, o que representa 56% do total da receita e cerca de 78% da receita própria e espelha uma redução de cerca de (-) 8% face ao ano anterior.

Considerando a sua materialidade, o impacto desta redução de (-) 2.675.710 €, foi deveras significativo, tendo resultado das variações ocorridas nas suas três principais componentes, designadamente *IMI – Imposto Municipal de Imóveis*, (-) 2.114.478 €, o *IMT – Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis*, (-) 1.106.379 € e a *Derrama*, (-) 288.967 €, respetivamente, destacando-se contudo de forma notória a influência da primeira.

Em conformidade com as gerências anteriores, é pois o *IMI*, ao ser responsável por 19.056.421 €, que maior preponderância assume no total de *Impostos Diretos*, cerca de 61%, e por inerência na receita própria, de tal modo que com a variação de um se constrói a tendência do outro.

No que concerne à *Derrama*, esta contribuiu com 5.315.095 € para a receita arrecadada assumindo-se como segunda componente mais representativa dos *Impostos Diretos*. Porém, refletiu a mesma tendência negativa ostentando um decréscimo de, (-) 5,2% face a 2012.

Todavia não deixa de ser curioso anotar que, apesar do atual contexto de crise económica generalizada, a redução da derrama não foi tão expressiva como era previsível, o que comprova a qualidade do setor empresarial instalado no concelho.

Regista-se ainda que no ano em apreço, o município aprovou uma taxa de derrama de 1,5% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior ultrapasse os 150.000 € e uma taxa reduzida de 1% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior não ultrapasse os 150.000 €, de acordo com o artigo 14.º da Lei das Finanças Locais.

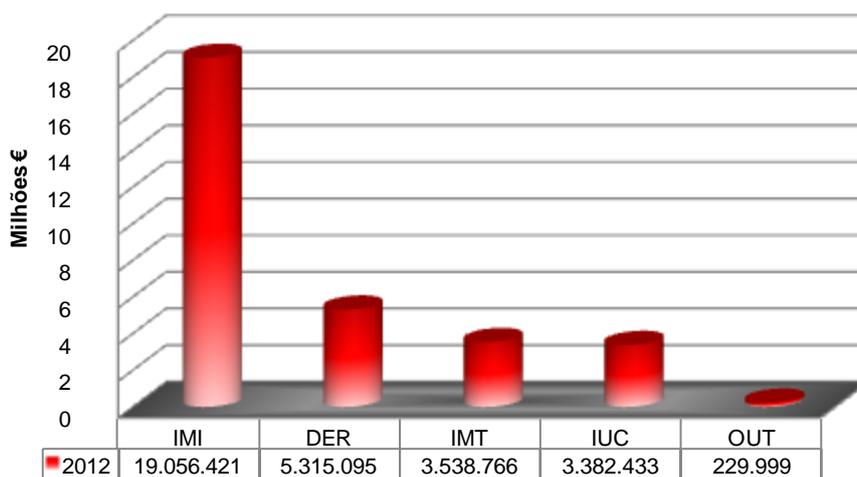
Por conta do *IMT*, que avoca cerca de 11% dos *Impostos Diretos*, foram arrecadados 3.538.766 € que igualmente protagonizaram uma evolução negativa de (-) 23,8%, facto a que não será alheio a grave crise económica instalada no setor da construção e da imobiliária.

Com orientação inversa, para além da cobrança inerente aos impostos abolidos, e que é residual, releva-se a cobrança do *IUC - Imposto Único de Circulação* cujo valor totalizou 3.382.433 € o que espelha um comportamento bastante positivo, (+) 24,2%, a que não será alheio o esforço empreendido pela Autoridade Tributária na recuperação de dívidas em atraso.

Por último, considerando que tendência da receita fiscal deriva diretamente da atual conjuntura macroeconómica do país, estima-se que esta continue a diminuir nos próximos exercícios económicos.

Gráfico 8

Composição dos Impostos Diretos - 2013



Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro 17

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES									
	2011		2012		2013		Peso	Variação 2012/2013	Taxa de Execução
	Execução	Variação 2010/2011	Execução	Variação 2011/2012	Previsão	Execução			
Mercados e Feiras	31.609	-32,9%	29.134	-7,8%	32.600	25.832	0,9%	-11,3%	79,2%
Loteamentos e Obras	2.026.608	-39,1%	1.266.735	-37,5%	2.014.100	1.339.511	44,4%	5,7%	66,5%
Particulares	477.483	-27,6%	422.451	-11,5%	469.000	332.684	11,0%	-21,2%	70,9%
Empresas	1.549.125	-42,0%	844.284	-45,5%	1.545.100	1.006.828	33,3%	19,3%	65,2%
Ocupação da Via Pública	1.461.351	12,1%	1.894.333	29,6%	1.604.000	1.002.098	33,2%	-47,1%	62,5%
Publicidade	371.785	24,5%	313.770	-15,6%	360.300	150.660	5,0%	-52,0%	41,8%
Outros	255.162	-9,4%	255.747	0,2%	274.200	219.895	7,3%	-14,0%	80,2%
Caça, uso e porte de arma	3	-92,4%	3	0,0%	100	8	0,0%	148,8%	7,5%
Multas e Outras Penalidades	393.110	140,6%	403.945	2,8%	390.300	281.865	9,3%	-30,2%	72,2%
Total	4.539.629	-28,7%	4.163.668	-8,3%	4.675.600	3.019.869	100,0%	-27,5%	64,6%

Un: Euros

Através da análise ao Quadro 17, onde consta a evolução dos *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades* no último triénio, conclui-se que a tendência decrescente desta rubrica já anteriormente referenciada é igualmente aplicável à maioria das suas componentes.

Assim, por conta dos *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades* arrecadou-se no ano 2013, 3.019.869 €, valor abaixo do ano anterior em (-) 1.143.799 €, tendo contribuído maioritariamente para esta performance a *Ocupação da Via Pública* e a *Publicidade*, consequência da entrada em vigor do licenciamento zero, com se referiu, e também pelo facto de em 2012 ter sido recuperada cerca de

853.384 € de dívida da empresa Portgás relativa a taxas de ocupação do solo com tubos condutas subterrâneas referentes de processos dirimidos em Tribunal.

Com muito menor expressividade, logo de seguida a influir negativamente no resultado final deste agregado, releva-se o decréscimo de cerca de (-) 52% das receitas de publicidade, com (-) 163.110 € que o ano anterior, igualmente por força da entrada em vigor do licenciamento zero.

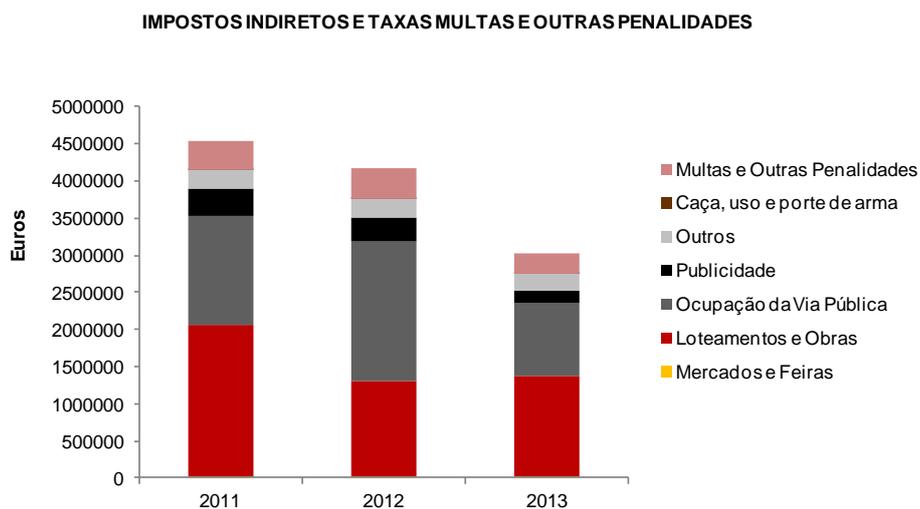
As *Multas e Outras Penalidades*, responsáveis por 9,3% decresceram no exercício de 2013 cerca de (-) 30%, (-) 122.080 €, facto que se encontra associado à recuperação dos processos da Portgás ocorrida no ano anterior, conforme já referido. Excluído que fosse do ano 2012, a importância de 198.279 € relativa a pagamento de juros de mora daqueles processos verificar-se-ia um aumento de cerca de 76.000 €.

A rubrica *Outros* ascendeu a 219.895 € e à semelhança da maioria das restantes rubricas refletiu uma quebra de 14%.

Os *Mercados e Feiras*, apesar da pouca materialidade contribuíram com 25.832 € e também estas ostentaram uma evolução negativa.

Por ultimo, contrariamente ao expectável e às tendências ocorridas em exercícios anteriores, a rubrica de *Loteamentos e Obras* apresentou uma variação positiva (+) 5,7%, justificada na íntegra pelo comportamento do setor empresarial e absorveu 44,4% do total da cobrança do agregado de receita em análise. Permitiu arrecadar a importância de 1.339.511 € sendo de anotar que por conta de utentes coletivos auferiu-se 1.006.828 € e por conta dos utentes particulares apenas 332.684 €.

Gráfico 9



Venda de bens e Prestações de serviços Correntes

Quadro 18

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES									
	2011		2012		2013		Peso	Variação 2012/2013	Taxa de Execução
	Execução	Variação 2010/2011	Execução	Variação 2011/2012	Previsão	Execução			
Venda de Bens	15.708	-40,4%	12.075	-23,1%	24.400	19.186	0,6%	58,9%	78,6%
Prestação Serviços Diversos									
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2.653.996	9,2%	2.635.452	-0,7%	2.754.200	2.854.099	90,6%	8,3%	103,6%
Serv. Específicos autarq. locais	697.247	49,1%	293.782	-57,9%	550.700	178.154	5,7%	-39,4%	32,4%
Aluguer espaços e equip.	37.456	-1,1%	38.382	2,5%	40.600	39.757	1,3%	3,6%	97,9%
Vistorias e ensaios	17.356	-53,9%	12.152	-30,0%	17.600	9.904	0,3%	-18,5%	56,3%
Outros	8	5,5%	14	60,3%	100	8	0,0%	-44,0%	7,6%
Sub Total	3.421.771	14,1%	2.991.857	-12,6%	3.387.600	3.101.107	98,5%	3,7%	91,5%
Rendas e Alugueres									
Habituação e edifícios	50.966	189,9%	49.375	-3,1%	49.200	47.975	1,5%	-2,8%	97,5%
Outros- Rendas e alugueres	35	100,0%	0	-100,0%	100	0	0,0%		0,0%
Sub Total	51.000	190,1%	49.375	-3,2%	49.300	47.975	1,5%	-2,8%	97,3%
Total	3.472.772	15,1%	3.041.233	-12,4%	3.436.900	3.149.081	100,0%	3,5%	91,6%

Un:Euros

A execução da receita da *Venda de Bens e Prestação de Serviços* em 2013 ascendeu a 3.149.081 €, pautando-se por um crescimento de 3,5%.

A ponderação de 90,6%, dos *Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos*, determina esta tendência, uma vez que, esta rubrica aumentou 218.647 €, consequência direta do aumento de duas vertentes mais relevantes da atividade municipal, o desporto e a educação. A atividade desportiva municipal arrecadou, na gerência em apreço, 1.545.475 € traduzindo um incremento de 51.349 € face a 2012. A classificação económica da educação, que compreende a Componente de Apoio à Família (CAF), o Serviço de Apoio à Família (SAF), e refeições escolares, refletiu um valor de 1.308.616 €, o que representou um acréscimo de 170.533 €.

O montante arrecadado pelo *aluguer de espaços e equipamentos*, contempla a receita proveniente da cedência de equipamentos pertencentes ao património do município, para utilização de terceiros, estando aqui refletidos os diversos espaços, tais como o aeródromo, as feiras e mercados, complexo municipal da quinta da gruta e os *stands* da feira de artesanato. No ano em apreço, verificou-se uma subida de 1.375 €, que ficou a dever-se ao acréscimo de utilizadores dos *stands* da feira de artesanato, 1.300 € e da utilização do complexo da quinta da gruta um incremento de 415 €.

A aligeirar este acréscimo releva-se a redução registada na componente dos serviços específicos das autarquias locais, sobretudo justificada pelo facto desta rubrica orçamental em 2012 contemplar a faturação da prestação de serviços realizada pelos funcionários autárquicos deslocados a desempenhar funções na empresa Maiambiente,- Empresa Municipal Ambiente, E.M. e que no ano em análise regressaram ao município, uma vez que o contributo do decréscimo das *vistorias e ensaios*, (-) 18,5%, é irrelevante resultado da fraca expressividade, 0,3%, em termos de arrecadação de receita do subgrupo em análise.

Apesar da pouca materialidade, continua a verificar-se, no que às *Rendas e Aluguers* concerne, uma diminuição de (-) 2,8% que, de acordo com o exercício transato se deve exclusivamente ao não pagamento de rendas de habitação social. A renda pela utilização das instalações do antigo matadouro municipal continua a ser o valor mais significativo, 45.000 €, pagos pela empresa Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, E.M..

O decréscimo sentido ao longo das últimas gerências está em linha de conta com as dificuldades económicas com que os indivíduos se confrontam diariamente para resolver as suas dívidas a terceiros, sendo ainda justificada pela diminuição brutal de receita transferida da administração central para o poder local e as sucessivas delegações de competências nas autarquias locais. Todas estas barreiras impõem uma maior dificuldade de desenvolvimento da atividade local.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

Quadro 19

MAPA DE CONTROLO DA RECEITA											
	Receitas por cobrar no início do período	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições Emitidos	Pagos	Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar no final	2012	2013	Varição 2012/2013
Receitas Correntes											
Impostos Diretos	0	31.523.202	488	31.522.714	483.144	483.144	31.039.570	0	0		
Impostos Indiretos ,Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.339.442	2.742.571	71.669	3.019.869	13.672	13.672	3.006.197	3.339.442	2.990.475		-10,45%
Rendimentos de Propriedade	831	2.655.302	0	2.655.955	0	0	2.655.955	831	177		-78,64%
Transferências Correntes	0	13.917.571	0	13.917.346	0	0	13.917.346	0	225		
Venda de Bens e Serviços Correr	762.830	3.355.296	344.892	3.149.081	2.591	2.591	3.146.491	762.830	624.152		-18,18%
Outras Receitas Correntes	258.783	167.517	32.997	115.685	0	0	115.685	258.783	277.617		7,28%
Receitas de Capital											
Vendas de Bens de Investimento	265.074	109.362	0	103.838	0	0	103.838	265.074	270.598		2,08%
Transferências de Capital	0	1.649.545	0	1.649.545	0	0	1.649.545	0	0		
Ativos Financeiros	0	10.750	0	10.750	0	0	10.750	0	0		
Outras Receitas de Capital	1.513.441	0	1.320.309	0	0	0	0	1.513.441	193.133		-87,24%
Outras Receitas	660.666	29.601	650.000	9.752	0	0	9.752	660.666	30.515		-95,38%
Total	6.801.066	56.160.716	2.420.355	56.154.535	499.407	499.407	55.655.128	6.801.066	4.386.892		-35,50%

Un:Euros

Em resultado dos dados obtidos no final do exercício de 2013, a receita liquidada e não cobrada ascendeu a 4.386.892 €, valor substancialmente abaixo do verificado no exercício anterior, o que evidencia uma redução significativa de (-) 35,5%. Tal comportamento encontra-se essencialmente justificado pela resolução da dívida da empresa Espaço Municipal – Renovação e Gestão de Património, E.M., na sequência da escritura de dação em cumprimento realizada no final de 2013 e que por si só justifica uma diminuição de 2.286.915 €.

Não obstante, o facto de se estar a recuperar gradualmente parte significativa da dívida de terceiros, nomeadamente diligenciando o envio para cobrança em sede de execuções fiscais, os níveis das receitas por cobrar continuam de montante elevado, com preponderância nas rubricas de natureza corrente e em especial a registada nos *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*, que materializam a

importância de 2.990.475 €. Deste montante destacam-se as rubricas de *Loteamentos e obras*, que isoladamente retêm 2.197.593 €, de *Juros de mora* com 448.308 € e, da *Publicidade* com 192.232 €.

Com particular relevância e absorvendo 14,2% da receita liquidada e não cobrada, encontra-se a rubrica de *Venda de Bens e Serviços Correntes*, relevando-se para esta análise os montantes constante nas sub-rubricas de:

- *Serviços Sociais*, onde se incorporam os serviços prestados pela educação da Componente de Apoio à Família (CAF), do Serviço de Apoio à Família (SAF) e das refeições escolares que no final de 2013 ascenderam a 293.480 €, dos quais 104.683 € estão ainda dentro do prazo de pagamento voluntário. O diferencial reporta-se na íntegra ao ano letivo 2012/2013, estando cerca de 66% desta dívida em mora há mais de 6 meses.
- *Rendas de Edifícios* por conta da qual se encontram refletidas as dívidas das rendas do IAFE – Instituto da Empresa, pela utilização da “Casa da Quinta do Corim” que totalizam 252.250 €.

Apesar da materialidade da receita liquidada e não cobrada no final do exercício, importa relevar que se encontra em sede execução fiscal o montante de 3.201.429 € o que representa cerca de 73% do seu valor total.

Quanto às liquidações anuladas, e pese embora o seu valor elevado, 2.420.355 €, regista-se que 2.286.915 € respeitam única e exclusivamente à extinção da dívida da empresa Espaço Municipal, por via da escritura de dação em cumprimento realizada no cartório notarial da Maia, propondo-se a referida empresa a efetuar o pagamento através da entrega de terrenos ao município, no valor correspondente ao débito. A não existência de um fluxo monetário e a necessidade de refletir a liquidação da dívida daquela entidade ao Município, implicou a regularização em termos informáticos, por via da emissão de anulação das diversas componentes daquela dívida em contrapartida do registo patrimonial dos bens que vieram à posse do município.

Assim, as rubricas com liquidações anuladas mais relevantes, por força da regularização contabilística supracitada são: venda de bens e serviços correntes (285.177 €); outras receitas correntes (31.655 €); outras receitas de capital (1.320.309 €) e outras receitas (650.000 €). Isolando a influência exercida deste registo, o montante em causa seria 133.440 €, como tal, inferior ao do exercício anterior.

No que respeita a reembolsos e restituições, estes são maioritariamente provenientes de erros nas cobranças, de impostos diretos, levadas a cabo pela Autoridade Tributária e que no ano em análise ascenderam a 483.144 €.

No âmbito da recuperação da dívida de terceiros, é determinante a atitude do município face à atual conjuntura macro – económica e a cada vez maior dificuldade de recuperação de créditos, pelo que os serviços municipais, executam elevadas diligências no sentido da recuperação das verbas em dívida, mediante pagamento voluntário num prazo fixado, findo o qual, caso o cliente/utente não proceda ao pagamento voluntário da dívida, esta transita para cobrança coerciva.

TRANSFERÊNCIAS

Na ótica económica as receitas provenientes de transferências subdividem-se em correntes e de capital, podendo as primeiras ser definidas como aquelas que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afetação conhecida *a priori*, e para financiamento de despesas de investimento no caso das segundas. Tais receitas encerram em si um determinado objetivo ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos.

Também nesta matéria o município da Maia tem tentado que as suas opções estratégicas reflitam os interesses locais, mas que ao mesmo tempo possam contribuir para o desenvolvimento do país. Tais opções estratégicas refletem, dentro das atribuições e competências que lhe são conferidas pelos diplomas legais, necessidades identificadas que são alvo prioritário de resposta.

Contudo e no contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são comumente designadas de “Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE)” e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Já as “outras transferências” visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”.

Todavia perante o contexto económico atual, desde 2010 que o total dos fundos municipais transferidos pelo orçamento do estado tem vindo a diminuir, com fundamento na Lei de Enquadramento Orçamental, como forma de assegurar os princípios da estabilidade orçamental e da solidariedade recíproca.

Considerando o exposto, estrutura-se a análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No Quadro 20 sistematizam-se as transferências recebidas no último triénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

Quadro 20

TRANSFERÊNCIAS								
	2011	2012	2013		Peso no total das transferências			
	Execução	Execução	Variação 2011/12	Execução	Variação 2012/13	2011	2012	2013
Transferências Correntes	13.551.564	13.216.760	-2,5%	13.917.346	5,3%	70,5%	77,5%	89,4%
Estado	13.355.788	13.070.403	-2,1%	13.744.116	5,2%	69,5%	76,6%	88,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.734.702	2.333.070	-14,7%	3.110.760	33,3%	14,2%	13,7%	20,0%
Fundo Social Municipal	1.821.583	1.555.018	-14,6%	1.555.018	0,0%	9,5%	9,1%	10,0%
Participação Variável no IRS	5.945.799	6.266.549	5,4%	6.266.549	0,0%	30,9%	36,7%	40,3%
Outros	2.853.704	2.915.766	2,2%	2.811.789	-3,6%	14,8%	17,1%	18,1%
Comparticipação em projectos comunitários	167.096	52.594	-68,5%	0	-100,0%	0,9%	0,3%	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	16.681	57.102	242,3%	22.720	-60,2%	0,1%	0,3%	0,1%
Administração Local	0	0	S/Var.	123.968	100,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Segurança Social	11.998	35.661	197,2%	24.942	-30,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Instituições S/ Fins Lucrativos	0	1.000	100,0%	1.600	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	5.670.823	3.839.375	-32,3%	1.649.545	-57,0%	29,5%	22,5%	10,6%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	938.041	611.553	-34,8%	557.420	-8,9%	4,9%	3,6%	3,6%
Estado	1.959.740	1.557.147	-20,5%	777.690	-50,1%	10,2%	9,1%	5,0%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.823.135	1.555.380	-14,7%	777.690	-50,0%	9,5%	9,1%	5,0%
Cooperação técnica e financeira	136.605	1.767	-98,7%	0	-100,0%	0,7%	0,0%	0,0%
Outros	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%
Comparticipação em projectos comunitários	2.773.043	1.670.675	-39,8%	314.435	-81,2%	14,4%	9,8%	2,0%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%
Total	19.222.387	17.056.136	-11,3%	15.566.891	-8,7%	100,0%	100,0%	100,0%

Un: Euros

Da observação dos dados retratados no Quadro 20 conclui-se que no exercício económico de 2013 as transferências ascenderam a 15.566.891 €, traduzindo uma variação negativa de (-) 8,7% ou seja, (-) 1.489.245 €, refletindo-se no último triénio como perdas sistemáticas deste tipo de receita, em especial no que diz respeito às transferências de capital. O facto dos valores associados a projetos financiados no âmbito do QREN se encontrarem quase todos integralmente transferidos justifica a maior preponderância desta variação.

Em termos de comportamento de cada uma das suas componentes, verifica-se todavia uma evolução diferenciada ao longo dos últimos três anos. No caso das correntes, a evolução tendencial não se apresenta constante, introduzindo-se para o ano de 2013 um acréscimo de (+) 5,3%, já quanto às transferências de capital os decréscimos são constantes e acentuados, apresentando em 2013 um decréscimo de (-) 57% superior ao verificado entre 2011 e 2012 que se situou nos (-) 32,3%.

Deste modo é perfeitamente perceptível que entre 2011 e 2013 ocorreu uma considerável quebra de receita proveniente das transferências que ascende ao valor de (-) 3.655.496 €, imputável especialmente às transferências de capital.

Esta tendência negativa não pode ser descontextualizada das receitas provenientes de projetos de investimento financiados no âmbito do QREN, que presentemente se encontra na sua fase final de vigência, aproximando-se o início do novo quadro comunitário de apoio, o QEC – Quadro Estratégico Comum, período que do ponto de vista operacional de financiamento é sempre pouco representativo. Por outro lado também a componente capital do “Fundo de Equilíbrio Financeiro” foi diminuída em (-) 50% em 2013 face ao ano de 2012, contribuindo também esta diminuição para o decréscimo global. Note-se porém que em termos globais os valores do FEF na gerência em apreço permanecem iguais aos do ano anterior, uma vez que a redução assinalada da sua componente de capital teve como contrapartida o aumento da componente de natureza corrente do FEF de igual montante, por força das alterações produzidas à Lei das Finanças Locais pela Lei de Orçamento de Estado de 2012.

Com tendência inversa, ao nível das transferências correntes a variação positiva é significativa, sendo sobretudo explicada pela opção anteriormente referida de um maior peso do FEF corrente face ao FEF capital. É no entanto de realçar a trajetória descendente dos fundos (PIE), que se tem feito sentir nos últimos anos, mas que se mantém estável entre os anos de 2012 e 2013.

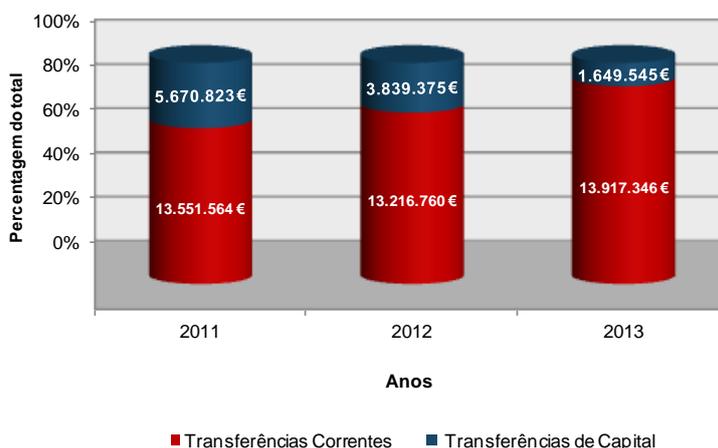
Dando atenção ao peso de cada uma das rubricas, as transferências correntes são aquelas que assumem sempre maior expressividade no total deste agregado da receita, sendo responsáveis no exercício económico em análise por 89% do total transferido, refletindo um acréscimo de 700.586 € onde, como se referiu, os fundos municipais assumem especial relevância ao representarem no conjunto das correntes e capital, mais de 75% do total das transferências para o ano de 2013. Por observação do quadro anterior verificámos que o peso relativo dos fundos municipais apresenta-se crescente face aos anos anteriores.

Registe-se como informação adicional, que no contexto geral da receita as transferências representam cerca de 28% do total da receita municipal, valor ligeiramente inferior ao verificado no ano de 2011 (30%) mas idêntico ao de 2012. Do exposto resulta que em 2013, apesar da redução do valor total das transferências, o seu contributo no cômputo global da receita permanece igual ao da gerência anterior, apenas por força da quebra da receita total.

O Gráfico 10 permite visualizar a evolução em termos absolutos e relativos de cada uma das componentes económicas da rubrica de transferências.

Gráfico 10

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL



Particularizando a análise das transferências correntes, é perceptível que ao longo do triénio em análise as transferências provenientes do “Estado” são aquelas que têm maior preponderância no peso do total das transferências correntes para o Município, assumindo sempre valores que rondam os 99% do total das transferências correntes, principalmente devido à influência dos Fundos Municipais.

Em termos absolutos apresentam uma variação negativa que atinge o valor de (-) 285.385 € entre 2011 e 2012, pautando-se por uma recuperação em 2013. Contudo esta variação positiva em 2013 decorre do

anteriormente exposto e que se refere à opção de uma diferente repartição do FEF entre a classificação corrente e de capital.

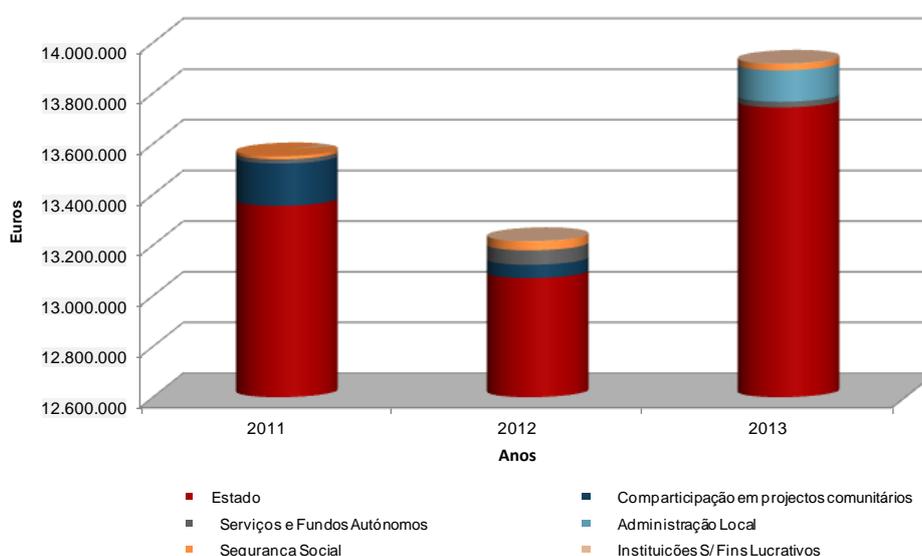
Quanto às demais componentes provenientes do Estado, sobressai a rubrica “Outros” que ocupa lugar de destaque no exercício de 2013, ao representar cerca de 20% da globalidade das transferências correntes”, agregando uma heterogeneidade de participações, como veremos mais à frente, e que pela sua heterogeneidade pode estar sujeita a maior oscilação tendo em conta a natureza de cada uma das participações.

Em 2013, a contrário das gerências anteriores em que nada foi arrecadado, temos as transferências provenientes do agregado da “ Administração Local” com o montante de 123.968 €, para concretização do Programa Metropolitano de Emergência Social, pela primeira vez financiado.

As restantes rubricas “Comparticipação em projetos comunitários”, Serviços e fundos autónomos” e “Segurança social”, assumem um valor residual cujo peso no seu conjunto em 2013 ultrapassa pouco mais de 1% do total das transferências correntes.

Gráfico 11

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



Quanto às transferências de capital, analisando de forma individualizada os seus agregados, pela sua natureza e rubricas envolvidas, apresentam uma maior tendência a oscilações de valor. Contudo são exatamente as suas características que lhe atribuem um papel de relevo não só nos orçamentos municipais, mas essencialmente nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe assim um papel muito importante no financiamento dessa mesma estratégia.

Conforme já foi observado anteriormente, no triénio analisado as transferências de capital apresentam uma quebra abrupta que em montante absoluto atinge os 4.021.278 €. Esta variação deveu-se

essencialmente, à rubrica “Comparticipação em projetos comunitários”, que engloba todos os projetos atualmente inseridos no “Quadro de Referência Estratégica Nacional” que abrange o período entre 2007 e 2013. Em 2013, a grande maioria dos projetos encontravam-se concluídos, com reflexos ao nível dos influxos financeiros associados que se resumiram a valores finais, faltando na sua maioria os 5% retidos até aprovação do relatório final. A variação em termos absolutos para este caso ascende a (-) 2.458.608 €. Contudo entre 2012 e 2013 também o FEF capital teve uma diminuição significativa, a qual decorre da opção por uma menor percentagem de fundos de capital em detrimento de correntes. Esta variação ascendeu a (-) 50% de FEF capital, que conforme já se abordou anteriormente, foram compensados na parte corrente pelo mesmo valor.

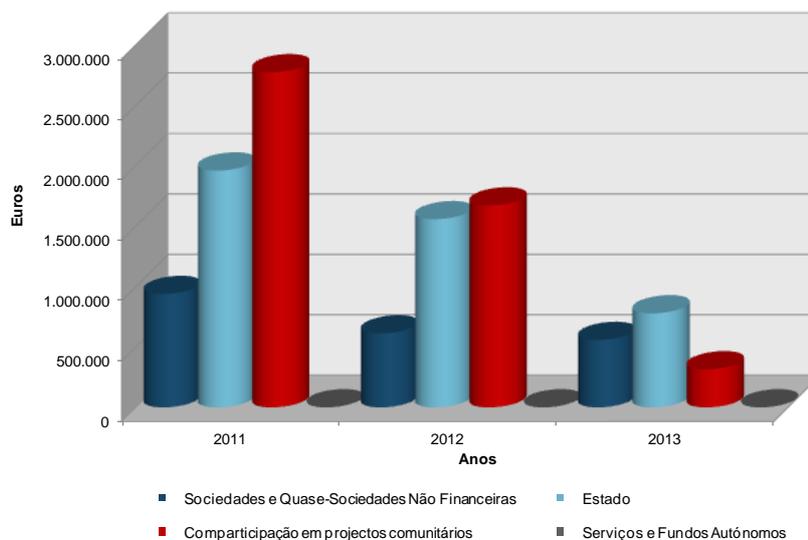
Por análise de cada uma das componentes nas quais se verificam influxos efetivos, aquela que apresenta menor variação é a referente a “Sociedade e Quase-Sociedades não Financeiras”, ao totalizar no exercício de 2013 o valor de 557.420 €, explicado quase na íntegra por uma participação financeira no valor de 500.000 €, no âmbito do Protocolo de Acordo com A BRISA Concessão Rodoviária, S.A., para alargamento e beneficiação da A4-Auto estrada Porto/Amarante, sublanço de Águas Santas-Ermesinde e construção do nó da escola da Granja com deslocalização de acampamento de pessoas de etnia cigana.

O peso desta rubrica no contexto das transferências de capital mais do que duplicou em 2013, não porque tenha aumentado o seu valor, mas sim, e sobretudo, por força da diminuição das restantes.

Por conta das demais rubricas, quer “Cooperação técnica e financeira” proveniente do Estado, quer dos Serviços e Fundos Autónomos”, durante o exercício de 2013 nada foi arrecadado, permanecendo assim a sua pouca expressividade ao longo do triénio.

Gráfico 12

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



Fundos Municipais

Fruto da sua importância no cômputo global das transferências, justifica-se uma análise individualizada aos Fundos Municipais, principalmente no atual contexto de profundas alterações na fórmula de cálculo do seu apuramento, isto é, da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios.

Quadro 21

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO							
	2011	2012	Variação 2011/2012	2013	Variação 2012/2013	2014	Variação 2013/2014
	Execução	Execução		Execução		Previsto OE	
Transferências Correntes - Estado	10.502.084	10.154.637	-3,3%	10.932.327	7,7%	10.998.856	0,6%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.734.702	2.333.070	-14,7%	3.110.760	33,3%	3.481.073	11,9%
Fundo Social Municipal	1.821.583	1.555.018	-14,6%	1.555.018	0,0%	1.555.018	0,0%
Participação Variável no IRS	5.945.799	6.266.549	5,4%	6.266.549	0,0%	5.962.765	-4,8%
Transferências Capital - Estado	1.953.381	1.555.380	-20,4%	777.690	-50,0%	386.786	-50,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.953.381	1.555.380	-20,4%	777.690	-50,0%	386.786	-50,3%
Total	12.455.465	11.710.017	-6,0%	11.710.017	0,0%	11.385.642	-2,8%

Un: Euros

Da apreciação da evolução dos valores transferidos pelo Estado a título de Fundos Municipais durante o último quadriénio, conclui-se que, apesar de entre 2012 e 2013 os valores totais permanecerem iguais, persiste a tendência de diminuição destes fundos transferidos do Orçamento de Estado iniciada em 2010, atendendo aos valores já conhecidos para o exercício de 2014, que retratam um decréscimo na ordem dos (-) 2,8%.

Em 2013, o total das transferências provenientes do Orçamento de Estado cifrou-se em 11.710.017 €, o que em termos absolutos anuncia uma quebra de (-) 1.069.823 €, neste quadriénio de 2011 a 2014.

Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução, verifica-se que estas receitas correspondem a cerca de 20% do total da receita cobrada. No Fundo Social Municipal cuja verba tem sido recorrentemente consignada à função “Educação”, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, verifica-se que entre 2011 e 2013, houve uma redução que ascendeu a (-) 266.565 €. Em 2014 a previsão para esta rubrica mantém-se ao nível da execução de 2013, pelo que, não se perspetiva um agravamento das condições de financiamento, no que a esta rubrica diz respeito.

Por sua vez, o “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, entre 2011 e 2012, também sofreu uma redução assinalável, repartindo-se por uma quebra de FEF corrente no valor de (-) 401.632 e de FEF capital no valor de (-) 398.001. Já entre os anos de 2012 e 2013 não se verifica qualquer perda, havendo apenas uma diferente distribuição do valor entre a parte corrente e a de capital, por força da alteração introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2012 à Lei das Finanças Locais. Desta forma a variação ocorrida no FEF corrente e capital deriva desta opção e não da variação de valores globais.

Já para 2014 prevê-se uma ligeira diminuição do valor global que ascende a 20.591 euros.

Quanto à “Participação Variável no IRS” é de igual modo visível que é a única rubrica que regista um acréscimo, de (+) 5,4% entre 2011 e 2013, sendo certo que para 2014 prevê-se também neste agregado uma diminuição relativa de (-) 4,8%, correspondendo-lhe um valor absoluto de (-) 303.784 €.

O Quadro 22 retrata o peso que estes fundos municipais têm na estrutura da receita do município, em particular no total das transferências, assumindo assim destaque no financiamento de atividades que estejam no âmbito das suas atribuições e competências.

Quadro 22

FUNDOS MUNICIPAIS (PIE) NA ESTRUTURA DA RECEITA									
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
	Execução	Execução	Execução	% Fundos (PIE) no Total das Transferências			% Fundos (PIE) no Total da Receita		
Fundos Municipais (PIE) Correntes	10.502.084	10.154.637	10.932.327	54,63%	59,54%	70,79%	16,56%	16,50%	19,47%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.734.702	2.333.070	3.110.760	4,23%	3,68%	20,14%	4,3%	3,79%	5,54%
Fundo Social Municipal	1.821.583	1.555.018	1.555.018	9,48%	9,12%	10,07%	2,87%	2,53%	2,77%
Participação Variável no IRS	5.945.799	6.266.549	6.266.549	30,93%	36,74%	40,58%	9,38%	10,19%	11,16%
Fundos Municipais (PIE) Capital	1.823.135	1.555.380	777.690	9,48%	9,12%	5,04%	2,88%	2,53%	1,38%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.823.135	1.555.380	777.690	9,48%	9,12%	5,04%	2,88%	2,53%	1,38%
Total de Fundos (PIE)	12.325.219	11.710.017	11.710.017	64,12%	68,66%	75,83%	19,44%	19,03%	20,85%
Total de Transferências	19.222.387	17.056.135	15.442.924	-	-	-	-	-	-
Total de Receita	63.401.380	61.526.092	56.154.535	-	-	-	-	-	-

Un: Euros

A análise evidenciada permite observar que a participação nos impostos do estado (PIE), como transferências que visam introduzir ao nível nacional objetivos de eficiência e equidade, apresentou uma diminuição em termos absolutos entre 2011 e 2012 mantendo-se o valor em 2013. Já para o ano económico de 2014, a previsão é a da continuidade da diminuição dos valores, estreitando-se consecutivamente a participação destas componentes nos orçamentos municipais.

No cômputo geral da receita cobrada, verifica-se que em 2013 o total destes fundos aumentou ligeiramente o seu peso, unicamente por força da influência da diminuição da receita total uma vez que o seu montante permaneceu igual ao da gerência anterior.

De igual modo é visível que os fundos (PIE) são aqueles que adquirem maior expressividade no contexto das transferências, representando em 2012 cerca de 69% do seu total, aumentando para cerca de 76% em 2013.

O grau de influência destes fundos tem assumido uma certa continuidade nos diferentes exercícios, ainda que com percentuais diferentes.

Sobressaem ainda claramente os valores assumidos pela “Participação Variável no IRS”, com particular preponderância não só no total das transferências mas também no contexto global da receita cobrada, não restando mais do que concluir que o nível de atividade e rendimentos obtidos pela população do concelho tem um significado considerável para o conjunto deste agregado.

Finaliza-se esta parte, referindo que a estrutura da receita se apresenta com alguma dependência das transferências em geral e dos fundos (PIE) em particular, sofrendo a atividade municipal perda de influência, sempre que tal receita venha a ser diminuída, nos termos já abordados anteriormente em matéria de eficiência e equidade.

Resumo das Transferências e Projetos Cofinanciados

Como análise final, inserem-se dois mapas que traduzem com particular relevância determinada orientação estratégica:

- ✓ Um que permite avaliar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e ação social, bem como a evolução das transferências para

projetos cofinanciados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2011 e 2013.

- ✓ O outro que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do QREN, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

Quadro 23

TRANSFERÊNCIAS E COMPARTICIPAÇÕES						
	2011		2012		2013	
	Execução	Execução	Variação 2011/2012	Execução	Variação 2012/2013	Peso
Transferências Correntes	3.049.480	3.062.123	0,4%	2.985.019	-2,5%	77,4%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	167.096	52.594	-68,5%	0	-100,0%	0,0%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais nas Administração Local	30.556	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - QIMONDA	46.854	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	89.686	52.594	-41,4%	0	-100,0%	0,0%
Administração Local	0	0	S/Var.	123.968	100,0%	3,2%
Programa Metropolitano de Emergência Social	0	0	S/Var	123.968	100,0%	3,2%
Serviços e Fundos Autónomos	16.681	57.102	242,3%	22.720	-60,2%	0,6%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	0	9.400	100,0%	4.500	-52,1%	0,1%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	6.681	45.627	173,5%	17.235	-62,2%	0,4%
Instituto Politécnico do Porto - Estágios Profissionais	0	2.075	100,0%	985	-52,5%	0,0%
Segurança Social	11.998	35.661	197,2%	24.942	-30,1%	0,6%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	11.998	35.661	197,2%	24.942	-30,1%	0,6%
Instituições S/ Fins Lucrativos	0	1.000	100,0%	1.600	60,0%	0,0%
Fundação Calouste Gulbenkian	0	1.000	100,0%	1.600	60,0%	0,0%
Outros:	2.853.704	2.915.766	2,2%	2.811.789	-3,6%	72,9%
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	1322.581	1314.338	-0,6%	859.688	-34,6%	22,3%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	514.545	447.533	-13,0%	432.572	-3,3%	11,2%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	587.108	885.804	50,9%	1222.236	38,0%	31,7%
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	100.133	138.222	38,0%	139.316	0,8%	3,6%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	100.501	0,0%	100.501	0,0%	2,6%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	1957	1368	-30,1%	4.445	224,8%	0,1%
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	88.694	0	-100,0%	40.831	100,0%	1,1%
Direcção Geral das Autarquias - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	0	28.000	100,0%	12.200	-56,4%	0,3%
D.R.E.N. - Compensação por Encargos com Acção Social Escolar do 1º Ciclo	138.166	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Transferências de Capital	3.847.688	2.283.995	-40,6%	871.856	-61,8%	22,6%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	938.041	611.553	-34,8%	557.420	-8,9%	14,45%
Protocolo de Acordo no Âmbito da Empréitada de Alargamento da A4 - Sublanço Águas Santas-Ermesinde	938.041	500.000	-46,7%	500.000	0,0%	12,96%
Protocolo com a Metro do porto S.A. - Obras de Inserção Urbana	0	10.553	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Fundação Calouste Gulbenkian	0	1.000	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Protocolo com a Auchan - Repavimentação da Via Comendador Valentim dos Santos Dinis	0	0	S/Var	50.000	100,0%	1,30%
Protocolo com a MaiaSul - Envolvimento à Vereda Abílio José dos Santos	0	0	S/Var	7.420	100,0%	0,19%
Estado - Cooperação Técnica e Financeira	136.605	1.767	-98,7%	0	-100,0%	0,00%
Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar - Escola Básica do Barroso	136.605	1.767	-98,7%	0	-100,0%	0,00%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	2.773.043	1.670.675	-39,8%	314.436	-81,2%	8,15%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar	1.784.633	950.501	-46,7%	238.932	-74,9%	6,19%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Aquisição e Apetrechamento de Biblioteca Itinerante	2.492	45.802	1737,6%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	714.093	578.624	-19,0%	50.390	-91,3%	1,31%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	9.996	83.540	735,7%	19.902	-76,2%	0,52%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Aldeia	66.500	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	56.614	2.845	-95,0%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	45.524	3.538	-92,2%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	93.190	5.824	-93,7%	5.211	-10,5%	0,14%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,00%
	6.897.168	5.346.119	-22,49%	3.856.875	-27,86%	100,00%

Un: Euros

Do montante global de 3.856.875 € arrecadado em 2013 por conta do agrupamento das transferências e comparticipações assume especial relevância a componente de natureza corrente, ao totalizar 2.985.019 €.

Mantendo a tendência de exercícios económicos anteriores, apesar do seu ligeiro decréscimo de (-) 3,6%, o maior o volume destas transferências correntes no montante de 2.811.789 € foi realizado por conta da rubrica “Outros”, sendo as mesmas quase todas destinadas à cobertura de despesas correntes na área da educação.

O decréscimo consecutivo de cerca de (-) 28% das receitas consignadas totais advém essencialmente da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados, sobretudo das rubricas que financiam despesas de capital, assumindo especial destaque os projetos associados:

- ✓ Ao conjunto de projetos incluídos na “Requalificação da Rede Escolar”, que ostentou em 2013 uma evolução negativa que ascendeu a (-) 711.569 €, e apresentaram neste último ano uma execução de 238.932 €. A variação ocorrida conforme já se assinalou anteriormente, é consequência da fase de execução em que se encontram os diversos projetos e consequente influxo de receita associado.
Desta forma não é surpreendente esta evolução negativa, sendo totalmente previsível, esperando-se para futuro que o mesmo ou outro de natureza similar, possa da mesma forma contribuir para níveis mais elevados de execução da receita e consequentemente da atividade autárquica, tomando em consideração o novo quadro de apoio que se avizinha.
- ✓ Ao “Sistema Integrado de Modernização Autárquica” que ascendeu em 2012 a 578.624 € e em 2013 de apenas 50.390 €, verificando-se uma oscilação de (-) 528.234 €.
- ✓ À “Aquisição e Apetrechamento da Biblioteca Itinerante” com uma execução de 45.802 € em 2012 e sem qualquer valor em 2013.
- ✓ Ao “Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia” que passou dos 83.540,00 € em 2012 para 19.902,00 € em 2013, havendo assim uma quebra de (-) 63.638,00 €.

No que se refere à rubrica dos “Serviços e Fundos Autónomos”, destaca-se:

- ✓ A continuidade da inexistência de fundos provenientes do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que até então entraram para financiar projetos no âmbito do Programa Especial de Realojamento.
- ✓ O financiamento destinado aos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), de natureza corrente, que apresenta um decréscimo de (-) 62,2% face a 2012.

A comparticipação da Segurança Social para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, apresenta em 2012 um acréscimo de 197%, apresentando um decréscimo na ordem dos 30% em 2013. No entanto tais variações derivam de meros reajustamentos contabilísticos.

Devido à sua relevância no âmbito das transferências realizadas sob a designação “Outros”, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos.

Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico, observadas no quadro anterior com as transferências por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem tirar-se algumas conclusões divergentes.

Quadro 24

TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO				
	Execução por ano letivo			Variação dos dois últimos anos letivos
	2010/2011	2011/2012	2012/2013	
Outros:	2.699.222	2.840.359	3.017.943	6%
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	1286.512	1300.425	1310.925	1%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	416.007	505.904	497.939	-2%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	796.069	866.195	898.374	4%
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	100.133	67.334	210.204	212%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	100.501	100.501	S/Var

Un: Euros

Promovendo uma análise aos valores executados por ano letivo e compatibilizando-a com a informação anterior é possível concluir que:

- ✓ Para o “Programa de Enriquecimento Curricular”, as verbas transferidas têm mantido uma evolução crescente nos três últimos anos letivos analisados, ao contrário do que resulta da execução orçamental que entre os exercícios económicos de 2011 e 2012 reflete um ligeiro decréscimo, que se acentua de forma significativa entre 2012 e 2013.
- ✓ No “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Acção Educativa” as conclusões obtidas em sede de ano letivo genericamente são compatíveis com a execução do ano civil, no que se reporta aos dois últimos anos, atenta a redução espelhada em ambos os cenários;
- ✓ No “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social” a perspectiva de análise por ano letivo também apresenta uma evolução positiva, refletindo uma recuperação de pagamento de dívida pela DREN, atual DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, relativamente a débitos de anos letivos anteriores. Na realidade, nos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013, os valores apresentados para os respetivos exercícios económicos e correspondentes análises comparativas, estavam prejudicados pelo sistemático diferimento dos pagamentos por parte da então DREN. No decurso de 2013 esse diferimento foi sendo corrigido, anotando-se que no final do ano apenas se encontrava em dívida o trimestre de outubro a dezembro do ano letivo 2013/2014.
- ✓ Ao nível do “Programa de Generalização de Refeições Escolares existiu uma quebra no ano letivo 2011/2012, essencialmente derivada de ajustamentos na comparticipação por refeição. Esta quebra foi reajustada no ano letivo 2012/2013, surgindo agora um acréscimo significativo;
- ✓ No que aos transportes escolares diz respeito, não são de assinalar alterações, nem qualquer divergência entre as perspectivas de análise.

O Quadro 25 identifica os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do QREN, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização. Destaca-se neste último quadro e face ao indicador referido, o elevado aproveitamento dos fundos disponibilizados.

Quadro 25

Designação do Projecto	Projetos		Investimento Elegível	Comparticipação		Despesa Submetida	Recebimentos	Diferença a Receber	Eficácia da despesa submetida até final de 2013 face ao valor da participação prevista
	Tipologia	Referência	Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor	
Construção do Centro Escolar do Corim	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000228	935.329,14	795.029,77	85,00%	793.317,60	753.470,97	39.846,63	99,78%
Construção do Centro Escolar da Gandra	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000221	2.450.573,47	2.082.987,45	85,00%	2.082.987,45	1.978.838,08	104.149,37	100,00%
Construção do Centro Escolar da Guarda	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000224	918.311,01	780.564,36	85,00%	780.564,36	741.536,14	39.028,22	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Paço	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000057	324.410,87	275.749,24	85,00%	275.749,24	261.961,78	13.787,46	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Monte das Cruzes	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE-10-0144-FEDER-000044	301.840,48	256.564,41	85,00%	256.564,11	243.736,19	12.827,92	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Pedras Rubras	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000055	140.143,92	119.122,33	85,00%	119.122,34	113.166,21	5.956,13	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EBI/JI Crestins	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000041	105.000,00	89.250,00	85,00%	87.020,14	84.787,50	2.232,64	97,50%
Construção do Centro Escolar de Monte Calvário	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE-10-0144-FEDER-000241	360.998,59	306.848,80	85,00%	299.673,09	291.506,36	8.166,73	97,66%
Construção do Centro Escolar de Vermoim/Queifães	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE-10-0144-FEDER-000222	2.507.621,25	2.131.478,06	85,00%	2.131.478,06	2.024.904,14	106.573,92	100,00%
Construção do Centro Escolar D. Manuel	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE-10-0144-FEDER-000239	563.760,67	479.196,57	85,00%	479.196,57	455.236,74	23.959,83	100,00%
Construção do Centro Escolar da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000035	2.019.104,84	1.716.239,11	85,00%	1.716.238,77	1.630.427,15	85.811,62	100,00%
Ampliação e Beneficiação da EBI/JI Currais	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000058	170.649,44	145.052,02	85,00%	145.052,02	137.799,41	7.252,61	100,00%
Ampliação e Beneficiação da EBI/JI Parada	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE-10-0144-FEDER-000056	250.000,00	212.500,00	85,00%	199.415,08	201.436,20	-2.021,12	93,84%
Construção do Centro Escolar da Giesta	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000229	772.957,09	657.013,53	85,00%	657.013,53	624.162,85	32.850,68	100,00%
Ampliação EBI/JI Arcos	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000326	575.583,52	489.245,99	85,00%	489.245,99	464.783,69	24.462,30	100,00%
Aquisição e Apeachmentamento da Biblioteca itinerante	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0352-FEDER-000057	64.865,86	55.135,98	85,00%	48.294,76	48.294,76	0,00	87,59%
Piano Municipal de Acessibilidades para Todos	Programa Operacional Potencial Humano - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas - Exo 6 - Acção 6.5 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	Projeto 011592/2008/65	90.221,00	64.643,35	71,65%	64.643,35	64.643,35	0,00	100,00%
Piano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 4 - Qualificação do Sistema Urbano - Mobilidade Territorial	PROJETO NORTE-10-0350-FEDER-000026	156.000,00	132.600,00	85,00%	119.408,87	113.438,41	5.970,46	90,05%
Sistema Integrado de Modernização Autárquica	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 5 - Governação e Capacitação Institucional	PROJETO NORTE-07-0826-FEDER-000187	1.839.488,85	1.563.565,52	85,00%	1.383.132,74	1.485.387,24	-102.254,50	88,46%
Construção do Polidesportivo de Aldeia	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000066	89.744,43	70.000,00	78,00%	70.000,00	66.500,00	3.500,00	100,00%
Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000128	122.618,16	104.225,44	85,00%	104.225,44	104.225,44	0,00	100,00%
Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000084	74.491,69	63.317,94	85,00%	63.317,94	60.152,04	3.165,90	100,00%
Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	ON 2 - O Novo Norte - Exo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000070	59.899,80	50.914,83	85,00%	50.914,83	48.369,09	2.545,74	100,00%
Totais			14.893.614,08	12.641.244,70		12.416.576,28	11.998.763,74	417.812,54	98%

Um Euro

PASSIVOS FINANCEIROS

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2013 o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo bancário.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

As Autarquias prosseguem a obtenção de um serviço público de qualidade, definido pelos olhos dos municípios, que deverá ser prestado com eficiência, eficácia e economicidade.

Aumentar a qualidade e reduzir os custos é o objetivo que se pretende atingir, perante as dificuldades financeiras que as Autarquias se têm deparado nos últimos anos decorrentes da redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado e da diminuição das receitas próprias.

Assim, atentos os desafios que presentemente se colocam à administração pública em geral, pede-se hoje às Autarquias maiores níveis de eficiência, isto é, que prestem um serviço de qualidade a menor custo, exigindo-lhes um esforço no controlo da despesa pública municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos, de forma a permitir libertar recursos para realizar investimento.

Neste capítulo, efetua-se uma análise das despesas correntes e de capital, procedendo-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada, transitada e nova.

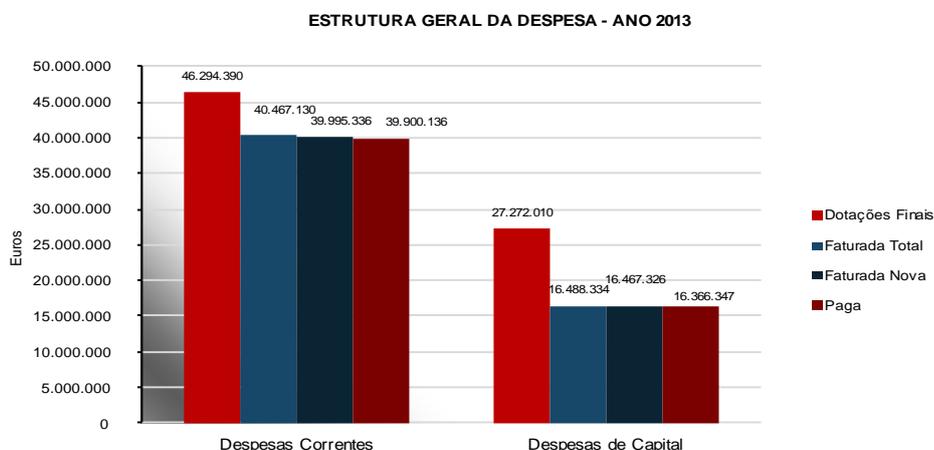
Quadro 26

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA												
	2012			2013				Despesa Paga		Taxa de Execução		
	Despesa Faturada		Transitada	Despesa Faturada		Peso Faturada Nova	Variação 2012/2013 Fact Nova	Total	Peso	Desp Faturada (e)/(b)	Desp Paga (f)/(e)	
	Nova (a)	Dotações Finais (b)	(c)	Nova (d)	Total (e)=(c)+(d)			(f)				
Despesas Correntes	39.913.272	46.294.390	471.794	39.995.336	40.467.130	70,84%	0,21%	39.900.136	70,91%	87,41%	98,60%	
Pessoal	17.576.159	20.690.910	56.761	19.042.240	19.099.001	33,73%	8,34%	19.098.164	33,94%	92,31%	100,00%	
Aquisição de Bens e Serviços	15.210.247	17.191.895	329.821	14.098.106	14.427.926	24,97%	-7,31%	13.942.798	24,78%	83,92%	96,64%	
Juros e Outros Encargos	1.415.641	1.241.400	0	1.054.313	1.054.313	1,87%	-25,52%	1.054.313	1,87%	84,93%	100,00%	
Transferências Correntes	2.971.526	2.787.475	9.049	2.615.609	2.624.658	4,63%	-11,98%	2.619.793	4,66%	94,16%	99,81%	
Subsídios	2.135.273	3.393.200	0	2.321.399	2.321.399	4,11%	8,72%	2.321.399	4,13%	68,41%	100,00%	
Outras Despesas Correntes	604.426	989.510	76.164	863.670	939.834	1,53%	42,89%	863.670	1,53%	94,98%	91,90%	
Despesas de Capital	13.622.314	27.272.010	21.008	16.467.326	16.488.334	29,16%	20,88%	16.366.347	29,09%	60,46%	99,26%	
Aquisição de Bens de Capital	4.469.346	16.873.800	21.008	7.015.694	7.036.701	12,43%	56,97%	6.914.714	12,29%	41,70%	98,27%	
Transferências de Capital	1.684.061	2.846.360	0	1.943.049	1.943.049	3,44%	15,38%	1.943.049	3,45%	68,26%	100,00%	
Activos Financeiros	0	52.300	0	9.650	9.650	0,02%		9.650	0,02%	18,45%	100,00%	
Passivos Financeiros	7.468.908	7.495.350	0	7.494.849	7.494.849	13,27%	0,35%	7.494.849	13,32%	99,99%	100,00%	
Outras Despesas de Capital	0	4.200	0	4.084	4.084	0,01%		4.084	0,01%	97,25%	100,00%	
Total Geral Despesas	53.535.586	73.566.400	492.802	56.462.662	56.955.464	100,00%	5,47%	56.266.483	100,00%	77,42%	98,79%	

Un:Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2013, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 13



Como é dado a observar no exercício de 2013, a despesa global faturada situou-se em 56.955.464 €, sendo de referir que 492.802 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior.

Ao nível da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução, de 77,42%, sendo mais evidente o rigor da previsão orçamental no caso das despesas correntes ao apresentar uma execução de 87,41%, em contraposição com as despesas de capital cuja execução rondou os 60,46%, destacando-se também nesta análise, o predomínio da faturação das despesas correntes que representam 70,84%, do montante global da nova despesa faturada.

Avaliando o comportamento da despesa entre o ano de 2012 e 2013, constatou-se um acréscimo na nova despesa faturada de (+) 2.927.076 €, que em termos percentuais se refletiu num aumento de (+) 5,47%, justificado quase na íntegra pela variação das despesas de capital (+) 20,88%, cujo acréscimo chega a ser visível em todas as suas rubricas, uma vez que as despesas de natureza corrente apresentam um incremento meramente residual, (+) 0,21%, para o que muito tem contribuído a política adotada pela autarquia de contenção na realização da despesa municipal.

Note-se porém, que o acréscimo de (+) 82.064 € nas despesas correntes, é impulsionado principalmente pela rubrica de Pessoal (+) 1.466.081 €, decorrente do pagamento do subsídio de férias e de natal à totalidade dos funcionários, em resultado da obrigatoriedade imposta pela Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013, uma vez declarada a inconstitucionalidade da norma no que se refere à suspensão do pagamento do subsídio de férias, logo seguido pelo aumento da nova faturação das Outras despesas correntes (+) 259.244 € proveniente do acréscimo da rubrica de restituições de impostos e taxas bem como outras despesas de natureza residual e em menor monta pelo incremento de (+) 186.126 da rubrica dos subsídios.

Em contraciclo, constatou-se na Aquisição de Bens e Serviços uma diminuição de (-) 1.112.142 €, na rubrica de Juros e Outros Encargos um decréscimo de (-) 361.328 € e nas transferências correntes uma redução de (-) 355.917 €, que conjuntamente quase que anulam o acréscimo constatado no agrupamento das despesas correntes.

Do exposto resulta que, grande parte deste acréscimo foi determinado por imposições legais, inultrapassáveis, e que a não existirem inverteriam a tendência de crescimento assinalada pelas despesas correntes, de forma significativa.

Em matéria das despesas de capital, verificou-se um relevante acréscimo de (+) 2.845.012 €, destacando-se a variação positiva ocorrida na rubrica de “Aquisição de Bens de Capital”, que ascendeu a (+) 2.546.348 €, contribuindo de forma decisiva para o desempenho global deste agrupamento de despesa, seguindo-se o aumento das transferências de capital que em termos absolutos se situou em (+) 258.989 €.

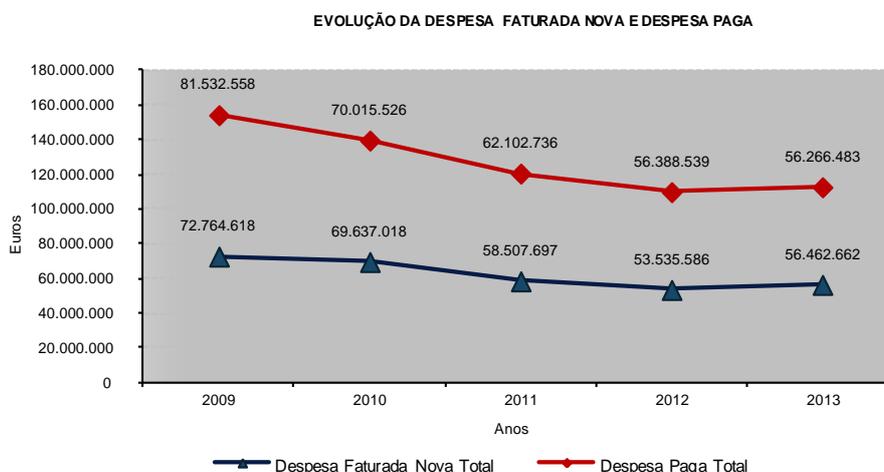
A variação positiva anotada na rubrica de “Aquisição de Bens de Capital”, (+) 56,97%, é maioritariamente explicada pela realização dos seguintes projetos:

- Celebração de escritura de aquisição do Edifício do posto da GNR e Secção Avançada dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia (1.630.000 €);
- Regularização do leito da Ribeira de Mogos (277.504 €);
- Construção do Centro Escolar da Pícuca – E.B.1 e JI na freguesia de Águas Santas (228.534 €);
- Intervenções de repavimentação e beneficiação dos diversos viadutos, arruamentos e obras complementares do Concelho.

Ao nível de despesa paga, o ano económico em apreciação, exhibe o referido montante de 56.266.483 €, traduzindo uma boa taxa de execução de pagamento ao atingir 98,79%, constatando-se que o maior esforço de pagamento foi orientado para as despesas de carácter corrente, ao assumirem 70,91% do total geral da despesa paga, onde se destacaram os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a variação da despesa nova faturada e despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua evolução, representada no Gráfico 14.

Gráfico 14



Dada a importância que ocupam no contexto da estrutura geral da despesa, justifica-se fazer uma análise mais detalhada dos seus subgrupos, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento de um município coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São um importante indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, na medida em que traduzem o montante de encargos fixos e obrigatórios, reunindo no seu conjunto as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja repartição nos últimos dois anos é visível no Quadro 27.

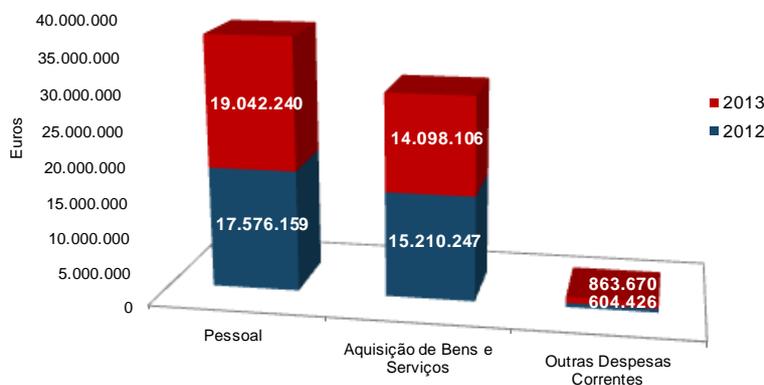
Quadro 27

ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO													
	2012						2013						
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (c)=(a)+(b)	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Transitada (d)	Nova (e)	Total (f)=(d)+(e)	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Tx Variação
Pessoal	55.934	17.576.159	17.632.093	52,64%	44,04%	32,83%	56.761	19.042.240	19.099.001	56,00%	47,61%	33,73%	8,34%
Aquisição de Bens e Serviços	954.140	15.210.247	16.164.387	45,55%	38,11%	28,41%	329.821	14.098.106	14.427.926	41,46%	35,25%	24,97%	-7,31%
Outras Despesas Correntes	1.486	604.426	605.912	1,81%	1,51%	1,13%	76.164	863.670	939.834	2,54%	2,16%	1,53%	42,89%
Total Desp Funcionamento	1.011.560	33.390.832	34.402.392	100,00%	83,66%	62,37%	462.746	34.004.016	34.466.761	100,00%	85,02%	60,22%	1,84%
Total Despesas Correntes	1.038.664	39.913.272	40.951.935		100,00%	74,55%	471.794	39.995.336	40.467.130	100,00%		70,84%	0,21%
Total Geral Despesas	3.386.948	53.535.586	56.922.534				492.802	56.462.662	56.955.464			100,00%	5,47%

Un: Euros
(a) e (d) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2012 e 2013, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 15

VARIAÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2012 / 2013



As despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram no exercício em análise o valor de 34.004.016 €, verificando-se um acréscimo de (+) 1,84%, comparativamente com o ano económico de 2012, para o que muito contribui o aumento da rubrica de despesas com pessoal (+) 8,34%, (+) 1.466.081 €, em resultado do já explicado pagamento do subsídio de férias em junho à totalidade dos funcionários, fruto da declaração de inconstitucionalidade da norma que o suspendia, bem como o pagamento do subsídio de Natal por duodécimos, também a todos os funcionários, decorrente da obrigatoriedade, imposta pela lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013, logo seguido pelo aumento da rubrica de outras despesas correntes com um acréscimo de (+) 42,89%, (+) 259.244 €, justificado pelo incremento da rubrica de restituições de impostos e taxas e outras despesas de natureza residual, contrariamente ao verificado com a rubrica de aquisição de bens e serviços que neste exercício económico registou um notório decréscimo de (-) 1.112.142 €, cerca de (-) 7%.

Mais uma vez se regista, que quer o crescimento das despesas com pessoal, quer o das outras despesas correntes foi determinado por imperativos legais, cuja inexistência determinaria uma redução expressiva das despesas de funcionamento.

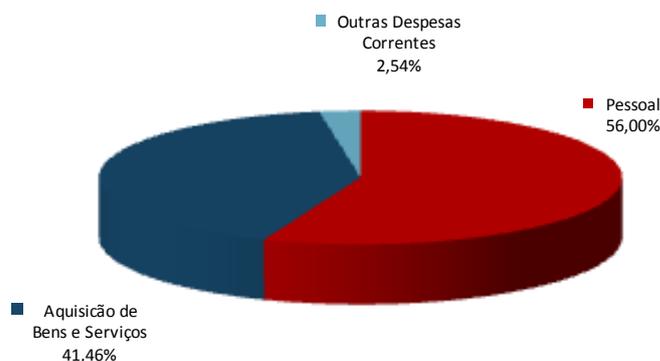
Como seria de esperar as despesas com o pessoal constituem a componente mais importante dos encargos de funcionamento, representando 56% do total dos custos envolvidos, peso este superior ao apurado em 2012 (52,64%), naturalmente por força dos mesmos argumentos aludidos, constatando-se também neste exercício económico, um acréscimo do peso da rubrica de outras despesas correntes, ambas em resultado do aumento dos seus valores, contrariamente ao verificado com a rubrica de aquisição de bens e serviços, cujo peso diminui no ano de 2013 em consequência da diminuição da despesa nova faturada com bens e serviços.

Atento o nível de desenvolvimento do Município, associado às competências que lhe são intrínsecas, as despesas de funcionamento realizadas, têm uma influência determinante, quer no total das despesas correntes, quer na despesa total, ao representarem 85,02% e 60,22% respetivamente, o que traduz um elevado volume de encargos suportado por esta edilidade em despesas de natureza obrigatória.

A título meramente ilustrativo do peso das despesas de funcionamento no exercício de 2013, insere-se o Gráfico 16.

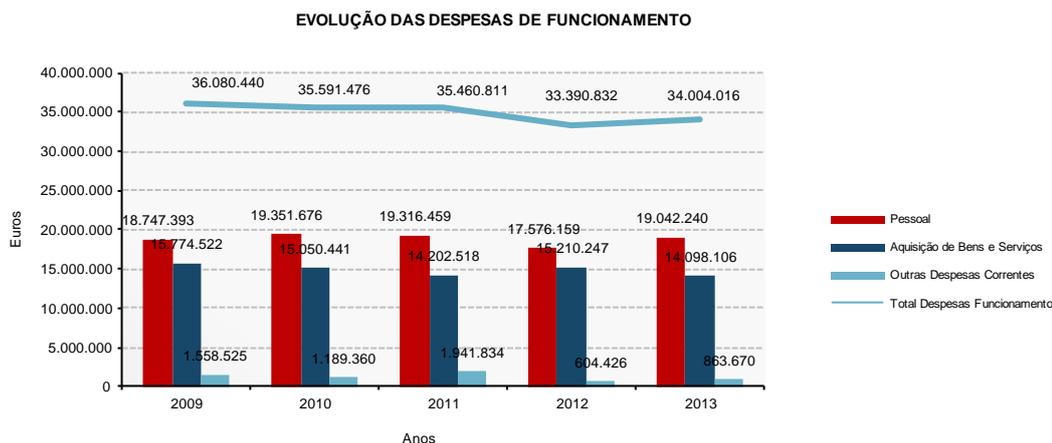
Gráfico 16

PESO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2013



A retratar a evolução das despesas de funcionamento no que respeita à nova despesa faturada, durante o último quinquénio, apresenta-se o **Gráfico 17**, de onde se conclui que do ano de 2009 até 2012 estas diminuíram no seu cômputo geral, tendência que se inverteu neste exercício económico, assistindo-se a um ligeiro aumento de (+) 1,84%, em resultado das aludidas razões.

Gráfico 17



Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram as despesas de funcionamento, procede-se a uma análise, individualmente mais detalhada da área das despesas com “Pessoal” e da “Aquisição de Bens e Serviços”.

Despesas com Pessoal

Neste agrupamento devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Engloba também os abonos acessórios e compensações, como sejam despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários.

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo, superiormente instituído às mesmas, a este montante acresce ainda as despesas com aquisição de serviços a particulares, informação que o Município tem o dever de reportar mensalmente à Direção Geral das Autarquias Locais, contudo perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com pessoal.

Neste domínio, apresenta-se o Quadro 28 que espelha o comportamento destas rubricas, nos dois últimos exercícios.

Quadro 28

DESPESAS COM PESSOAL							
	2012				2013		
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Nova Despesa Faturada		
	Nova (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)	Peso	Varição Valor	Tx Cresc
Remunerações Certas e Permanentes							
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	182.476		270.042	270.042	1,42%	87.567	47,99%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	9.197.968		9.062.392	9.062.392	47,59%	-135.576	-1,47%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8.500.204		9.044.127	9.044.127	47,50%	543.923	6,40%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratorio	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratorio	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	697.764		18.265	18.265	0,10%	-679.499	-97,38%
Pessoal para além dos quadros	0		0	0	0,00%	0	
Pessoal contratado a termo	1.162.587		987.077	987.077	5,18%	-175.510	-15,10%
PCT - Pessoal em funções	738.066		705.026	705.026	3,70%	-33.040	-4,48%
PCT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratorio	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratorio	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	424.521		282.051	282.051	1,48%	-142.470	-33,56%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	805.030	290	767.538	767.829	4,03%	-37.491	-4,66%
Pessoal aguardando aposentação	11.184		53.682	53.682	0,28%	42.498	380,00%
Pessoal em qualquer outra situação	166.078		347.786	347.786	1,83%	181.709	109,41%
Gratificações	0		0	0	0,00%	0	
Representação	145.540		102.860	102.860	0,54%	-42.681	-29,33%
Suplementos e prémios	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de refeição	970.580		920.043	920.043	4,83%	-50.537	-5,21%
Subsídios de férias e de Natal	747.808		1.852.327	1.852.327	9,73%	1.104.519	147,70%
Remunerações por doença (pessoal quadro CGA)	409.635		331.154	331.154	1,74%	-78.481	-19,16%
Subtotal	13.798.885	290	14.694.901	14.695.191	77,17%	896.016	6,44%
Abonos Variáveis ou Eventuais							
Gratificações variáveis ou eventuais	0		0	0	0,00%	0	
Horas extraordinárias	41266		46.015	46.015	0,24%	4.749	11,51%
Alimentação e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Ajudas de custo	1439		1.453	1.453	0,01%	13	0,92%
Abono para falhas	3.092		3.098	3.098	0,02%	6	0,20%
Formação	0		0	0	0,00%	0	
Colaboração técnica e especializada	0		0	0	0,00%	0	
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de prevenção	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	2.184		1.214	1.214	0,01%	-970	-44,40%
Subsídio de turno	339.338		294.024	294.024	1,54%	-45.314	-13,35%
Indemnizações por cessação de funções	18.707		51.009	51.009	0,27%	32.303	172,68%
Outros suplementos e prémios	39.143		40.700	40.700	0,21%	1.558	3,98%
Outros abonos em numerário ou espécie	0		0	0	0,00%	0	
Subtotal	445.169		437.513	437.513	2,30%	-7.655	-1,72%
Segurança Social							
Encargos com a saúde	744.304	56.470	693.323	749.793	3,64%	-50.981	-6,85%
Outros encargos com a saúde	213.318		209.043	209.043	1,10%	-4.276	-2,00%
Subsídio familiar a crianças e jovens	79.376		84.264	84.264	0,44%	4.888	6,16%
Outras prestações familiares	4.850		4.850	4.850	0,03%	-1	-0,01%
Contribuições para a segurança social	2.103.809		2.795.205	2.795.205	14,68%	691.396	32,86%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	1.365.080		1.932.783	1.932.783	10,15%	567.703	41,59%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	729.703		862.422	862.422	4,53%	132.719	18,19%
Outros	9.026		0	0	0,00%	-9.026	-100,00%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,00%	0	
Outras Pensões	0		0	0	0,00%	0	
Seguros	134.910		75.384	75.384	0,40%	-59.527	-44,12%
Outras despesas de segurança social	51.537		47.758	47.758	0,25%	-3.780	-7,33%
Subtotal	3.332.105	56.470	3.909.826	3.966.296	20,53%	577.720	17,34%
TOTAL	17.576.159	56.761	19.042.240	19.099.001	100,00%	1.466.081	8,34%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2013 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

A rubrica de despesas com pessoal ocupa um grande peso na globalidade das despesas municipais, representando na gerência em apreciação 56% das despesas de funcionamento, 47% das despesas correntes e cerca de 34% das despesas totais.

No ano de 2013, as despesas com pessoal tiveram um acréscimo de (+) 8,34% face ao ano anterior, cabendo-lhes o valor de 19.042.240 €, contribuindo para este cenário, o crescimento das despesas com remunerações certas e permanentes, bem como o acréscimo das despesas com a Segurança Social.

As *Remunerações Certas e Permanentes* representam neste exercício económico 77,17% do total das despesas com pessoal, correspondendo a um valor de 14.694.901 €, que evidencia em relação ao ano transato um acréscimo de (+) 6,49%, (+) 896.016 €, justificado na sua maioria pelo aumento da rubrica de Subsídio de Férias e de Natal em (+) 1.104.519 €, consequência do já referido pagamento desta prestação remuneratória à totalidade dos funcionários, por força da redação da lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013, uma vez declarada a inconstitucionalidade da norma que suspendia o subsídio de férias aos funcionários cuja remuneração fosse superior a 1.100 € mensais.

Acresce ainda, apesar da sua menor materialidade, a influência do aumento das despesas com pessoal em qualquer outra situação, (+) 181.709 €, determinada pela extinção da Empresa Municipal – Academia das Artes da Maia – Produções Culturais E.E.M, o que originou a que a Autarquia, conforme as obrigações contratuais previstas no contrato de gestão celebrado, tivesse que assegurar o pagamento dos vencimentos aos funcionários desta empresa.

Logo a seguir, também a contribuir neste sentido, releva-se o acréscimo da rubrica de titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos de (+) 87.567 €, que se prende com o pagamento do vencimento de dois vereadores que anteriormente estavam a receber pelos Serviços Municipalizados.

Por outro lado, paralelamente e não obstante o incremento global deste agregado das Remunerações, também se registaram decréscimos em várias das suas componentes, a saber:

- ✓ Pessoal dos Quadros Regime de Contrato Individual de Trabalho com uma redução de (-) 135.576 €, para o que muito contribuiu o número de aposentações efetivadas a que não correspondeu igual número de novas contratações de pessoal;
- ✓ Pessoal contratado a termo, com um decréscimo de (-) 175.510 €, determinado na íntegra pela regularização em 2012 dos trabalhadores dos contratos de trabalho a termo, considerando a ausência de qualquer tipo de nova contratação desta natureza;
- ✓ Remunerações por doença, com um decréscimo de (-) 78.481 €, o que denota uma diminuição dos custos decorrentes de ausências ao serviço quanto a pessoal do quadro vinculado à CGA de cerca de (-) 19,16%;
- ✓ Subsídio de refeição, a registar uma variação negativa de (-) 50.537 €, fundamentado pelo pagamento no ano de 2012 de retroativos de subsídio de alimentação aos técnicos contratados, para as atividades de enriquecimento curricular, a trabalhar a tempo parcial, não se constatando o mesmo neste exercício económico;

- ✓ Despesas de Representação diminuíram em (-) 42.681 €, devido à significativa redução do número dos cargos dirigentes, consequência da alteração da macroestrutura;
- ✓ Pessoal em regime de tarefa e avença, a assinalar uma diminuição de (-) 37.491 €, que denota o esforço de contenção em contratações desta natureza.

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais* afiguram 2,30% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 437.513 €, evidenciando em relação ao ano anterior, um decréscimo de (-) 7.655 €, (-) 1,72%, justificado fundamentalmente pela diminuição verificada na rubrica de subsídio de turno de (-) 45.314 €, em resultado do profundo trabalho que foi realizado neste âmbito em toda a organização tendo em vista uma maior eficiência na gestão dos nossos recursos.

Neste agrupamento de despesa, apesar da diminuição constatada, sobressai o aumento da rubrica de indemnizações por cessação de funções (+) 32.303 €, que teve origem no pagamento de indemnizações ao pessoal dirigente, por cessação dos respetivos cargos que estavam a ocupar, em consequência da alteração da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal da Maia, e com muito menor materialidade as horas extraordinárias com (+) 4.749 €, incremento justificado pela necessidade de assegurar os trabalhos associados à realização das eleições para os órgãos autárquicos, que são demasiado complexas em termos de atos e procedimentos administrativos a cumprir, impossível de assegurar atempadamente, apenas durante o horário normal de expediente.

Note-se porém que neste âmbito o município ao longo do último quadriénio fez um esforço assinalável de redução da despesa, tendo conseguido diminuir as horas extraordinárias para menos de metade, posicionando as mesmas atualmente em níveis que dificilmente podem ser reduzidos, sob pena de se comprometer o adequado funcionamento da organização.

A rubrica de outros suplementos e prémios, cujo acréscimo é meramente residual (+) 1.558 €, reporta-se sobretudo ao valor pago em senhas de presença aos membros dos órgãos autárquicos e resulta de um maior número de reuniões realizadas.

A *Segurança Social* consome 20,53% do total das despesas com pessoal, alcançando a importância de 3.909.826 €, demonstrando em relação ao ano anterior, um acréscimo de (+) 577.720 €, (+) 17,34%, explicado pelo aumento das contribuições para a segurança social (+) 691.396 €, principalmente devido ao incremento das respetivas taxas suportadas pelo Município, que passaram de 15% para 20% no caso da Caixa Geral de Aposentações, e de 22,30% para 23,75% no caso da Segurança Social. Paralelamente, pela própria natureza deste encargo, também teve a sua influência, o pagamento do subsídio de férias e natal a todos os colaboradores.

A análise perfilhada e os argumentos apresentados permitem concluir que o incremento das despesas com pessoal decorre fundamentalmente de imperativos de natureza legal, cuja inexistência invertia as conclusões finais proferidas.

Para uma melhor observação da variação das rubricas despesas com pessoal desta edilidade, no último quadriénio, elaborou-se o Gráfico 18.

Gráfico 18



Limitações às despesas com pessoal

No momento atual no que se refere a esta matéria ter-se-á apenas que atender às limitações legais à admissão de pessoal nas Autarquias Locais impostas pelas Leis do Orçamento de Estado, incluindo as relativas a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares, ao contrário do que, anteriormente sucedia onde eram fixados determinados limites legais às despesas com pessoal com contornos diferentes dos que existem atualmente.

Fazendo agora uma pequena retrospectiva do que tem sido estabelecido neste âmbito, nas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, relembre-se que a Lei do Orçamento de Estado de 2010- Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril – estabeleceu, no seu artigo 23.º, limitações à admissão de pessoal, designadamente ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do objetivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro. Esta regra é, por força do estabelecido no n.º 2 desse mesmo preceito legal, aplicável às autarquias locais. Adicionalmente, no ano de 2010, as autarquias locais passaram a atender ao disposto no artigo 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 junho, onde determina o controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas – diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental que visavam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Já na Lei do Orçamento de Estado para 2011 - Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2011), foram contempladas um conjunto de disposições muito restritivas às despesas com pessoal dos trabalhadores do Sector Público, nomeadamente no que se refere à imposição de reduções remuneratórias, proibição de valorizações remuneratórias e proibição de abertura de procedimentos

concurrais no caso dos municípios que se encontrassem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira.

No ano de 2012, na Lei do Orçamento do Estado - Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mais uma vez foram consideradas um conjunto de disposições relativas a trabalhadores do Sector Público, tendo como objetivo a contenção da despesa presente no art.º 20, nomeadamente no que se refere à imposição de reduções remuneratórias e proibição de valorizações remuneratórias, já impostas anteriormente pela LOE de 2011. Ficando também aqui estabelecido, entre outras medidas, a suspensão do pagamento de subsídio de férias e de Natal ou equivalentes, constante no artigo 21.º, o controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais previsto no artigo 46.º e a redução de cargos dirigentes e trabalhadores nas autarquias, imposta pelos artigos 47.º e 48.º.

Na Lei do Orçamento de Estado para 2013 – Lei n.º 66-B /2012 de 31 de dezembro, permanecem ainda e agravam-se várias restrições neste âmbito, ao constar designadamente a manutenção da redução das remunerações totais líquidas mensais das pessoas que recebem um valor superior a 1.500 €, a suspensão do pagamento de subsídio de férias às pessoas, cuja remuneração base mensal fosse superior a 1.100 €, norma que, posteriormente foi considerada inconstitucional, e a contrário do ano anterior repõe o pagamento do subsídio de Natal à totalidade dos funcionários mas em regime por duodécimos. Outra das disposições relativas aos trabalhadores do setor público já anteriormente imposta prende-se com a proibição de valorizações remuneratórias, constante no artigo 35.º, redução do número de trabalhadores nas Autarquias Locais no mínimo, em 2%, face aos existentes em 31 de dezembro de 2012, prevista no artigo 65.º e controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, imposto pelo artigo 66.º da referida Lei.

Anote-se que, tal-qualmente se tem verificado em anos anteriores, neste ano e de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/2013 de 11 de Março de 2013 (Execução Orçamento Estado para 2013), os Municípios em consonância com o artigo 61.º, têm de prestar obrigatoriamente informação à Direção Geral das Autarquias Locais, estabelecendo no ponto 3 desse mesmo artigo, que as autarquias locais enviam, através do SIIAL, a informação relativa a pessoal ao serviço e despesas com pessoal, necessária à verificação do disposto nos artigos 65.º e 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, nos termos definidos pela DGAL.

Permanecem assim no exercício de 2013 fortes limitações em matéria de gestão de recursos humanos.

Estrutura Orgânica

Face à importância da rubrica despesas com pessoal, importa observar a execução e o seu peso por capítulo orgânico durante o período em referência, conforme é visível no Quadro 29.

Anote-se que, no ano de 2013, a Câmara Municipal da Maia, por imposição legal, foi obrigada a proceder á alteração da sua Macroestrutura Organizacional. Esta recente reestruturação provocou alterações profundas ao nível da formatação, composição e engenharia das unidades orgânicas, passando a sua estrutura nuclear de 14 departamentos para apenas 4, o que determinou a adequação do orçamento à nova realidade orgânica.

Quadro 29

DESPESAS COM PESSOAL								
2013								
	Despesa Faturada				Despesa Faturada Nova %	Despesa Paga (e)	Taxa de Execução	
	Dotações Finais (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)			Desp Faturada (d)/(a)	Desp Paga (e)/(d)
Classes Inativas	58.698	0	58.335	58.335	0,31%	58.335	99,38%	100,00%
Órgãos de Autarquia	2.420.622	0	2.265.208	2.265.208	11,90%	2.265.208	93,58%	100,00%
Assembleia Municipal	34.200	0	28.399	28.399	0,15%	27.562	83,04%	97,05%
Dept.º Administração Geral e Suporte á Atividade	2.372.011	0	2.131.254	2.131.254	11,19%	2.131.254	89,85%	100,00%
Dept.º de Construção e Manutenção	2.982.884	0	2.817.789	2.817.789	14,80%	2.817.789	94,47%	100,00%
Dept.º Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	2.857.685	0	2.768.037	2.768.037	14,54%	2.768.037	96,86%	100,00%
Dept.º Educação, Acção Social, Desporto e Cultura	9.119.409	290	8.279.896	8.280.186	43,48%	8.280.186	90,80%	100,00%
Sub Total (1)	19.845.510	290	18.348.917	18.349.208	96,36%	18.348.371	92,46%	100,00%
Encargos com a saúde (2)	845.400	56.470	693.323	749.793	3,64%	749.793	88,69%	100,00%
TOTAL (1) + (2)	20.690.910	56.761	19.042.240	19.099.001	100,00%	19.098.164	92,31%	100,00%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2013 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Sobressai da observação do quadro, no que respeita às despesas com pessoal na nova estrutura orgânica existente no Município, a preponderância do Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura com (43,48%), seguida do Departamento de Construção e Manutenção (14,80%) e do Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, com (14,54%).

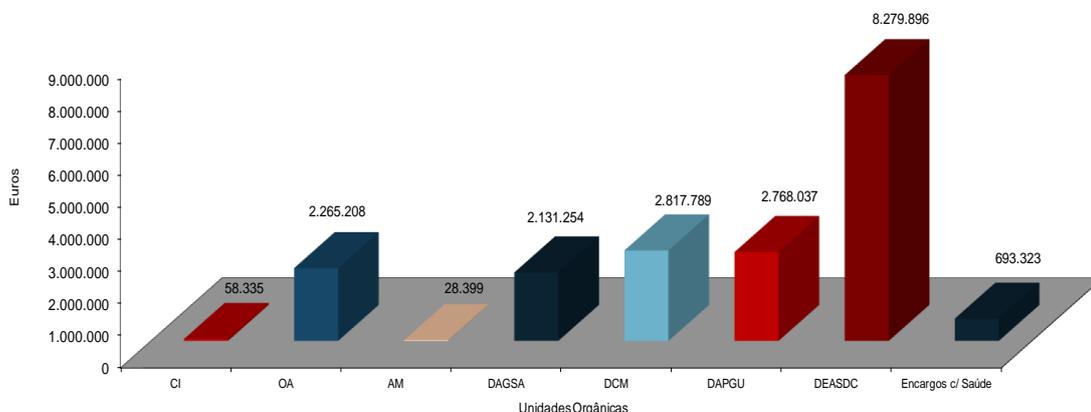
Com a nova realidade orgânica do Município, os Órgãos de Autarquia, bem como os outros departamentos, comparativamente com o exercício anterior, passaram a ter pesos e valores superiores, uma vez que houve a agregação das várias unidades orgânicas.

Convém salientar que os valores acima referenciados incluem 32.716 € de remunerações do pessoal destacado que se encontrava a desempenhar funções na Empresa Municipal Maiambiente, cujo quantitativo é debitado àquela empresa, anotando-se que este pessoal já regressou ao seu local de origem, pese embora, tal fato não alterar significativamente o peso das orgânicas que são influenciadas por estes destacamentos.

Da leitura do quadro anterior, realça-se por último, as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, dado o rigor das regras previsionais existentes no âmbito da orçamentação das despesas com pessoal e o seu grau de previsibilidade elevado, assim como da despesa paga cujos níveis de execução atingem os 100% em todas as orgânicas, exceto na orgânica da Assembleia Municipal.

Gráfico 19

DESPESAS COM PESSOAL POR ORGÂNICA - ANO 2013



Aquisição de Serviços a Particulares

Para além das despesas com pessoal, cuja análise foi feita anteriormente, interessa também dar um especial destaque, à parte relativa à “Aquisição de Serviços a Particulares”, sendo que, por conta desta rubrica são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas aos contribuintes em nome individual, nomeadamente serviços de vistorias, limpeza, reparações, formação, deslocações e estadas, transportes, portagens.

Por imperativo legal, esta informação é enviada mensalmente pelo Município para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) via SIIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 30

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TAXA VARIÇÃO 2012/2013
Despesa Paga							
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	275.370	153.366	133.021	53.507	39.348	23.632	-39,94%

Un: Euros

Da leitura do Quadro 30, retira-se que, as despesas com a Aquisição de Serviços a Particulares têm vindo a diminuir desde o ano de 2008 até ao presente exercício económico, apresentando uma redução de (-) 39,94%, em relação a 2012, assumindo no período em análise o valor de 23.632 €.

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Este agrupamento contempla as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, admitindo nomeadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, comunicações, publicidade, estudos pareceres e projetos, outros trabalhos especializados, assim como as despesas com a aquisição de bens de consumo, designadamente, matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Face à estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação geral, para depois proceder-se a uma avaliação mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Quadro 31

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS												
	2012			2013			Taxa de Execução					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada	Despesa Paga		Total	Desp Paga	Desp Faturada	Peso na nova Despesa Faturada		Despesa Faturada Nova	
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total				%Desp Func	%Desp corrente		%Desp Total
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)	(f)	(f)/(e)	(e)/(b)					
Aquisição de Bens	2.698.532	3.065.981	28.567	2.365.618	2.394.185	2.278.882	95,18%	78,09%	6,96%	5,91%	4,19%	-12,34%
Aquisição de Serviços	12.511.715	14.125.915	301.253	11.732.488	12.033.741	11.663.916	96,93%	85,19%	34,50%	29,33%	20,78%	-6,23%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	15.210.247	17.191.895	329.821	14.098.106	14.427.926	13.942.798	96,64%	83,92%	41,46%	35,25%	24,97%	-7,31%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	33.390.832	38.872.315	462.746	34.004.016	34.466.761	33.904.632	98,37%	88,67%	100,00%	85,02%	60,22%	1,84%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	39.913.272	46.294.390	471.794	39.995.336	40.467.130	39.900.136	98,60%	87,41%	100,00%	70,84%		0,21%
TOTAL GERAL DESPESAS	53.535.586	73.566.400	492.802	56.462.662	56.955.464	56.266.483	98,79%	77,42%		100,00%		5,47%

Un: Euros
(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2013, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

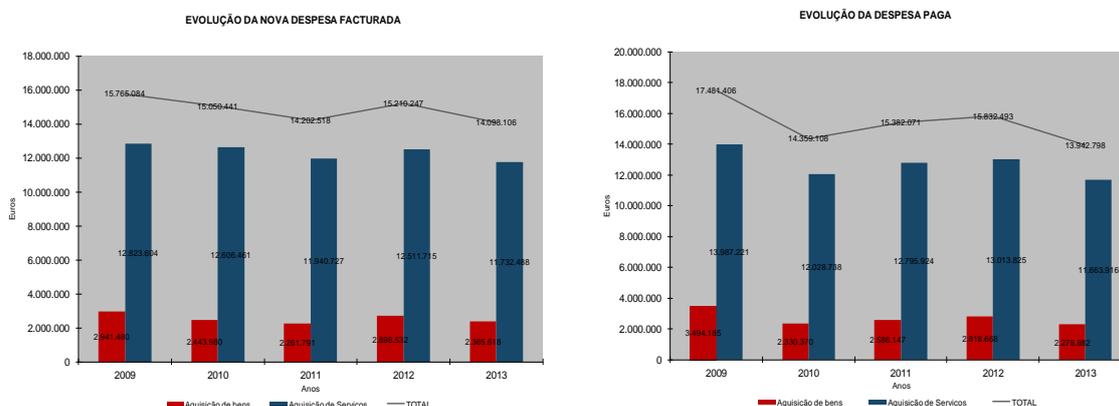
No ano económico em apreciação, a nova despesa faturada em matéria de Aquisição de Bens e Serviços perfez um total de 14.098.106 €, evidenciando uma redução de (-) 7,31%, (-) 1.112.142 €, em relação ao exercício anterior, ao qual equivaliu uma taxa de execução da despesa realizada de 83,92% e de pagamentos de 96,64%.

O decréscimo ocorrido neste agrupamento de despesa, resulta da diminuição verificada nas suas duas componentes, (-) 12,34% da aquisição de bens e (-) 6,23% da aquisição de serviços, todavia atenta a sua materialidade é esta última, a rubrica dos serviços, que com uma redução de (-) 779.227 € mais contribuiu para o resultado final deste agrupamento.

Em termos de rácios, a aquisição de bens e serviços representa 41,46% das despesas de funcionamento e 35,25% do total das despesas correntes, assumindo a rubrica dos serviços no contexto global desta tipologia de despesa a maior preponderância ao exibir um peso de 34,50%, no total das despesas de funcionamento, em contraposição com o peso da rubrica de bens que apenas se situou em 6,96%.

Com o objetivo de avaliar a evolução da nova despesa faturada e despesa paga das rubricas de aquisição de bens e serviços, ao longo do último quinquénio, insere-se seguidamente o Gráfico 20.

Gráfico 20



Ao analisar a evolução da nova despesa faturada na aquisição de bens e serviços comprova-se que, esta apresentou uma diminuição do ano de 2009 até ao ano de 2011, tendência que se inverteu no exercício de 2012 onde se constatou um acréscimo, voltando novamente a diminuir neste exercício económico, assumindo o citado decréscimo de (-) 7,31%, ocorrendo o mesmo com a despesa paga ao atingir uma diminuição de (-) 11,94%, relativamente ao ano transato.

Dada a relevância que a rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços” tem no cômputo global da despesa faturada nova, justifica-se uma análise individualizada da componente dos Bens e dos Serviços.

Aquisição de Bens

Quadro 32

AQUISIÇÃO DE BENS									
	2012		2013		Despesa Paga (e)	Variação (c)-(a)	Tx de Cresc. [(c)-(a)]/(a)	% no Total Aq Bens (c)/Total (c)	Tx Execução (e)/(d)
	Despesa Faturada Nova (a)	Despesa Transitada (b)	Despesa Faturada Nova (c)	Despesa Total (d)=(b)+(c)					
Aquisição de Bens									
Materias primas e subsidiárias	246.112	8.503	224.771	233.274	190.060	-21341	-8,67%	9,50%	81,48%
Combustíveis e lubrificantes	325.473	141	344.892	346.033	336.016	19.419	5,97%	14,58%	97,11%
Munições, explosivos e artificios	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Limpeza e higiene	23.697	0	42.607	42.607	38.293	18.910	79,80%	1,80%	89,88%
Alimentação - refeições confeccionadas	1619.435	0	1200.350	1200.350	1200.350	-419.085	-25,88%	50,74%	100,00%
Alimentação - géneros para confeccionar	2.111	0	2.111	2.111	2.111	-71	-3,24%	0,09%	100,00%
Vestuário e artigos pessoais	23.094	0	17.735	17.735	17.067	-5.359	-23,21%	0,75%	96,23%
Material de escritório	60.722	0	29.104	29.104	25.001	-31618	-52,07%	1,23%	85,90%
Produtos químicos e farmacêuticos	41.035	0	35.343	35.343	34.958	-5.692	-13,87%	1,49%	98,91%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Material de consumo clínico	4.114	0	10.139	10.139	10.139	6.025	146,42%	0,43%	100,00%
Material de transporte	36.075	46	35.980	36.026	32.211	-95	-0,26%	1,52%	89,41%
Material de consumo hoteleiro	2.367	0	686	686	686	-1681	-71,03%	0,03%	100,00%
Outro material peças	9.391	1848	15.767	17.615	10.361	6.376	67,90%	0,67%	58,82%
Prémios condecorações e ofertas	95.176	0	187.477	187.477	187.277	92.301	96,98%	7,93%	99,89%
Mercadorias para venda	2.343	0	0	0	0	-2.343	-100,00%	0,00%	
Ferramentas e utensílios	7.288	221	7.066	7.306	5.244	-202	-2,78%	0,30%	71,77%
Livros e documentação técnica	328	0	547	547	515	219	66,65%	0,02%	94,22%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Material de educação cultura e recreio	91.469	9.973	43.868	53.841	37.357	-47.601	-52,04%	1,85%	69,38%
Outros bens	108.232	6.836	167.157	173.993	151.237	58.925	54,44%	7,07%	86,92%
Total Aquisição de Bens	2.698.532	28.567	2.365.618	2.394.185	2.278.882	-332.914	-12,34%	100,00%	95,18%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2013 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Perante os dados presentes, constata-se que o valor da nova despesa faturada na aquisição de bens no ano de 2013 foi de 2.365.618 €, e a despesa paga atingiu o montante de 2.278.882 €, apresentando um nível de execução de pagamento de 95,18%.

A despesa faturada com a aquisição de bens apresenta neste período uma diminuição de (-) 332.914 €, (-) 12,34%, sendo este resultado principalmente justificado pelo comportamento da rubrica “Alimentação – refeições confeccionadas” que isoladamente apresentou um decréscimo de (-) 419.085 €. Regista-se que uma parte relevante desta variação, resulta de ajustamentos de faturação, no âmbito da eficácia dos processos de aquisição, submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas.

A contribuir também para este cenário, embora sem a mesma expressividade, temos a diminuição registada nas rubricas de “Material de Educação, Cultura e Recreio”, com (-) 47.601 €, “Material de

Escritório” com (-) 31.618 € e as “Matérias-primas e Subsidiárias” com (-) 21.341 €, originando que o acréscimo patenteado nos demais grupos de despesa tenha sido inteiramente absorvido por estas variações.

Em contraciclo, temos a rubrica de “Prémios, Condecorações e Ofertas” ao apresentar uma variação de (+) 92.301 €, essencialmente justificada pelas aquisições destinadas aos diversos eventos promovidos pela autarquia, observando-se simultaneamente ligeiros aumentos noutras rubricas, adquirindo maior relevância as de “Outros Bens”, “Combustíveis e Lubrificantes”, “Limpeza e Higiene”, que no seu conjunto contribuem com (+) 97.254 €.

Em termos de nova despesa faturada, verifica-se que as rubricas com maior peso no total da aquisição de bens são:

- “Alimentação-Refeições Confeccionadas” com um peso de 50,74%, assumindo o valor de 1.200.350 €;
- “Combustíveis e Lubrificantes” com o valor de 344.892 € e um peso de 14,58%;
- “Matérias-Primas e Subsidiárias” que em termos absolutos atingiu o montante de 224.771 € revelando um peso de 9,50%.

Aquisição de Serviços por Económica

Quadro 33

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA									
	2012		2013		Despesa Paga	Variação	Taxa de Cresc.	%Total Aq. Serviços	Tx. Execução
	Despesa Faturada Nova	Despesa Faturada Transitada	Despesa Faturada Nova	Despesa Faturada Total					
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)
Aquisição de Serviços									
Encargos de instalações	2.538.222	196.523	2.541.573	2.738.096	2.519.218	3.351	0,13%	2166%	92,01%
Limpeza e higiene	149.423	823	141.513	142.336	140.532	-7.909	-5,29%	1,2%	98,73%
Conservação de bens	285.549	15.297	299.311	314.608	296.235	13.762	4,82%	2,55%	94,16%
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Locação material informática	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Locação de outros bens	418.820	0	436.703	436.703	422.771	17.883	4,27%	3,72%	96,81%
Comunicações	268.218	3.021	266.662	269.683	265.577	-1556	-0,58%	2,27%	98,48%
Transportes	451.589	26.529	330.482	357.011	350.421	-12.107	-26,82%	2,82%	98,15%
Representação dos serviços	18.738	0	18.883	18.883	18.745	146	0,78%	0,1%	99,27%
Seguros	135.853	0	85.843	85.843	85.843	-50.010	-36,81%	0,73%	100,00%
Deslocações e estadas	18.049	134	20.057	20.192	18.073	2.009	11,13%	0,17%	89,50%
Estudos, pareceres, projectos	266.101	3.831	201.354	205.186	205.186	-64.747	-24,33%	1,72%	100,00%
Formação	7.803	0	5.895	5.895	5.895	-1.908	-24,46%	0,05%	100,00%
Seminários, exposições e similares	2.1792	453	16.917	17.369	1.204	-4.875	-22,37%	0,14%	6,93%
Publicidade	57.766	1.479	76.427	77.907	77.292	18.662	32,31%	0,65%	99,21%
Vigilância e segurança	684.076	1.979	600.480	602.459	602.271	-83.596	-12,22%	5,12%	99,97%
Assistência técnica	353.513	7.039	487.000	494.039	442.616	133.486	37,76%	4,15%	89,59%
Outros trabalhos especializados	2.498.725	42.840	2.672.487	2.715.326	2.687.396	173.761	6,95%	22,78%	98,97%
Utilização de infra-estruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Serviços de saúde	1.000	0	22.450	22.450	22.450	21.450	2145,00%	0,1%	100,00%
Outros serviços especializados	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	
Encargos de cobrança de receitas	1678.529	0	651.805	651.805	651.805	-1026.724	-61,17%	5,56%	100,00%
Iluminação pública	2.357.824	0	2.504.597	2.504.597	2.504.597	146.773	6,22%	21,35%	100,00%
Outros serviços	300.126	1.305	352.047	353.353	345.790	5.1922	17,30%	3,00%	97,86%
Total Aquisição Serviços	12.511.715	301.253	11.732.488	12.033.741	11.663.916	-779.227	-6,23%	100,00%	96,93%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2013 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Observada a nova despesa faturada na aquisição de serviços que em 2013 totalizou a quantia de 11.732.488 €, verifica-se que teve um decréscimo em relação ao ano anterior de (-) 779.227 €, (-) 6,23%, e que a despesa paga somou 11.663.916 €, apresentando assim um bom nível de execução de pagamentos ao atingir os 96,93%.

Subjacente a esta quebra assume especial destaque a influência exercida pela rubrica de “Encargos de cobrança de receitas” que reflete a imputação ao Município, no período homólogo de 2012, de despesas resultantes do processo de avaliação geral de imóveis de acordo com o previsto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, concorrendo isoladamente com (-) 1.026.724 €.

A contribuir também para o cenário de decréscimo deste agrupamento de despesa e cumprindo com o objetivo pretendido de forte contenção na realização da despesa municipal, destaca-se o decréscimo proveniente das seguintes rubricas que de forma agregada contribuem para o resultado final com (-) 319.459 €:

- “Transportes”, com uma diminuição de (-) 121.107 €;
- “Vigilância e Segurança” com uma variação de (-) 83.596 €;
- “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” com um decréscimo de (-) 64.747 €;
- “Seguros” com uma redução de (-) 50.010 €.

Com tendência inversa e a refletir um crescimento em algumas componentes deste agregado de despesa, sobressaem as rubricas de:

- “*Outros Trabalhos Especializados*”, com um acréscimo de (+) 173.761 €, (+) 6,95%, estando aqui interpostas atividades que se destacam como o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lipor e a manutenção de espaços verdes;
- “*Iluminação Pública*”, com um incremento de (+) 146.773 €, (+) 6,22%, decorrente do aumento do custo da própria tarifa;
- “*Assistência Técnica*”, com um aumento de (+) 133.486 €, (+) 37,76%, concorrendo para esta variação crescente, o licenciamento de *software* do Microsoft Office.

A nível da sua representatividade na despesa, mantém-se a tendência de anos anteriores, sendo as rubricas com os valores faturados entre os 2,5M€ e 2,6M€ que assumem o maior peso no total da aquisição de serviços, designadamente os “Outros Trabalhos Especializados”, com 22,78%, os “Encargos de Instalações”, com 21,66%, e a “Iluminação Pública” com 21,35%, respetivamente.

Aquisição de Serviços por Orgânica

Quadro 34

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA									
	2013					Taxa de Execução			
	Despesa Faturada				%	Desp Paga	%	Desp Faturada	Desp Paga
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total					
(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(c)/Total(c)	(e)	(e)/Total(e)	(d)/(a)	(e)/(d)	
Órgãos de Autarquia	5.868.557	57.702	5.262.540	5.320.241	44,85%	5.185.728	44,46%	90,66%	97,47%
Assembleia Municipal	15.050	0	6.858	6.858	0,06%	6.858	0,06%	45,57%	100,00%
Dept.º Administração Geral e Suporte à Atividade	257.815	0	133.842	133.842	1,14%	130.780	1,12%	51,91%	97,71%
Dept.º Construção e Manutenção	1.252.417	31.271	872.932	904.203	7,44%	864.156	7,41%	72,20%	95,57%
Dept.º Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	3.109.279	39.441	2.650.989	2.690.431	22,60%	2.678.341	22,96%	86,53%	99,55%
Dept.º Educação, Acção Social, Desporto e Cultura	3.622.796	172.839	2.805.327	2.978.167	23,91%	2.798.053	23,99%	82,21%	93,95%
TOTAL	14.125.915	301.253	11.732.488	12.033.741	100,00%	11.663.916	100,00%	85,19%	96,93%

Un: Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de este ano que se efetuaram em 2013 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Quanto à redistribuição da aquisição de serviços por unidade orgânica, verifica-se que são os Órgãos de Autarquia que efetivam um maior volume de nova despesa faturada nesta área ao absorverem 44,85% do total da rubrica, sucedendo-se o Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura e o Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana com um peso de 23,91% e 22,60% respetivamente. Com efeito, o valor dos 5.262.540 € de aquisição de serviços afetos aos Órgãos de Autarquia têm um peso muito significativo uma vez que, estão aqui contempladas parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, nomeadamente encargos de instalações, incluindo também vigilância e segurança, assistência técnica e iluminação pública.

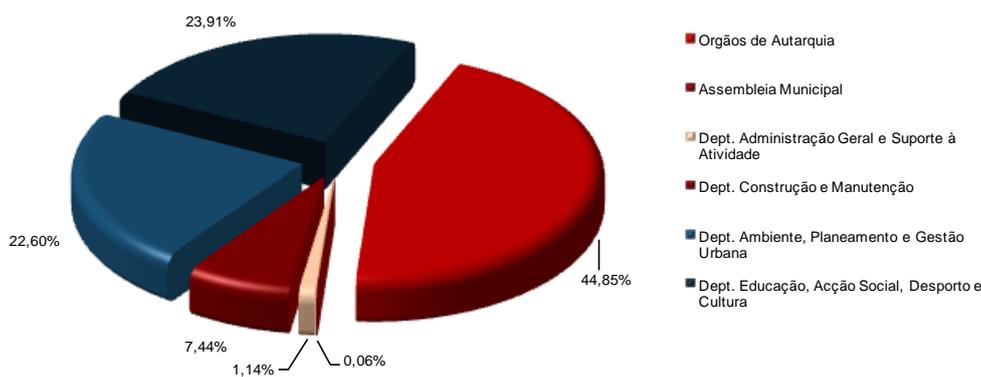
Da aquisição de serviços acometida ao Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, no valor de 2.650.989 €, importa relevar que mais de metade destas despesas são referentes ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela Lipor (1.590.038 €), que em abono da verdade dada a sua natureza, enquadram-se na atividade da Empresa Municipal Maiambiente, fruto do seu objeto social.

Quanto às taxas de execução das despesas realizadas e pagas, são visíveis os elevados níveis de execução nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 85% e 97%.

De forma a visualizar melhor o anteriormente exposto, apresenta-se de seguida o Gráfico 21 que retrata a distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas.

Gráfico 21

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA - ANO 2013



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, a ação social, desporto, património, cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, responsável em 2013 por cerca de 9% do total da nova despesa realizada, sendo o sistema de atribuição destes apoios, matéria de enquadramento normativo interno, através de legislação própria de base, e de criação de procedimentos de verificação e controlo, de forma a garantir clareza e objetividade no sistema de atribuição dos mesmos.

Numa ótica financeira, as transferências efetuadas pelos Municípios, estão divididas segundo o classificador económico em três agrupamentos, como sejam:

- Transferências Correntes
- Subsídios
- Transferências de Capital

No agrupamento das *Transferências Correntes* registam-se as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica estão assim registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar, transferências para a Administração Local – Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas atividades, transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos, transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras, transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas carenciadas, portadoras de deficiências, apoios a atletas na área desportiva e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos *Subsídios*, tendo embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma classificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis transferidos para as empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, e que se designam no auxílio das correspondentes despesas de funcionamento.

Por último, nas *Transferências de Capital* são registadas todas as transferências que tenham como objetivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais, sendo esta matéria avaliada posteriormente.

Seguidamente insere-se o Quadro 35, representativo da distribuição das transferências correntes e subsídios atribuídos.

Quadro 35

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS														
	2012				2013				Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Taxa de Execução		
	Despesa Faturada			Dotações Finais	Despesa Faturada			Desp Paga				Taxa de Execução	Desp Paga	Desp Faturada
	Transitada	Nova	Total		Transitada	Nova	Total							
(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)	(h)	(f)/Total(f)	[(f)-(b)]/(b)	(h)/(g)	(g)/(d)			
Transferências Correntes														
Soc. e quase sociedades não financeiras	0	0	0	100	0	0	0	0	0,00%			0,00%		
Administração Central		0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%		
Administração Local														
Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%		
Freguesias	1.521	989.718	991.239	911.000	0	910.792	910.792	910.792	18,45%	-7,97%	100,00%	99,98%		
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%		
Associações de Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%		
Assembleia Distritais	0	0	0	1.700	0	0	0	0	0,00%			0,00%		
Outras	0	61.493	61.493	61.500	0	61.493	61.493	61.493	1,25%	0,00%	100,00%	99,99%		
Instituições sem Fins Lucrativos	25.582	1.790.387	1.815.970	1.508.550	9.049	1.389.471	1.398.520	1.393.655	28,14%	-22,39%	99,65%	92,71%		
Famílias	0	129.928	129.928	304.425	0	253.853	253.853	253.853	5,14%	95,38%	100,00%	83,39%		
Subtotal	27.104	2.971.526	2.998.630	2.787.475	9.049	2.615.609	2.624.658	2.619.793	52,98%	-11,98%	99,81%	94,16%		
Subsídios														
Soc. e quase sociedades não financeiras														
Empresas Públicas	0	2.135.273	2.135.273	3.393.150	0	2.321.399	2.321.399	2.321.399	47,02%	8,72%	100,00%	68,41%		
Municipais/Intermunicipais														
Outras	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%		
Subtotal	0	2.135.273	2.135.273	3.393.200	0	2.321.399	2.321.399	2.321.399	47,02%	8,72%	100,00%	68,41%		
TOTAL	27.104	5.106.799	5.133.903	6.180.675	9.049	4.937.007	4.946.056	4.941.192	100,00%	-3,32%	99,90%	80,02%		

Un:Euros

(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2012 e 2013 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Os montantes dos apoios concedidos pela autarquia durante o exercício de 2013, ascenderam a 4.937.007 €, consubstanciando globalmente um decréscimo nesta área de (-) 3,32% apesar de se distribuir de forma diferenciada pelos seus pares, concretizando-se numa diminuição na área das transferências correntes de (-) 11,98%, que em termos absolutos se traduziu numa diminuição de (-) 355.917 €, e num aumento de (+) 8,72%, na rubrica dos subsídios atribuídos às empresas públicas municipais que perfeitamente (+) 186.126 €.

Relativamente à rubrica dos subsídios importa registar que neste exercício económico, foi atribuído um subsídio à empresa municipal, “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M”, no montante de 1.021.408 €, com vista à realização de obras de conservação de carácter extraordinário nos empreendimentos municipais de habitação social.

Ainda no âmbito deste agrupamento, foi transferido para a Academia das Artes da Maia – Produções Culturais E.E.M, o valor de 349.991 €, estando em causa a sua dissolução (liquidação), obedecendo ao disposto na Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

Nestas condições celebrou-se um contrato de gestão, cujas obrigações contratuais previstas, procuraram garantir fundamentalmente a manutenção parcial e temporária dos serviços prestados ao Município, bem como a necessária cabimentação de verbas para pagamento de vencimentos de funcionários, impostos e encargos sociais, liquidação de dívidas a fornecedores e despesas gerais de funcionamento, até ao encerramento do processo de liquidação.

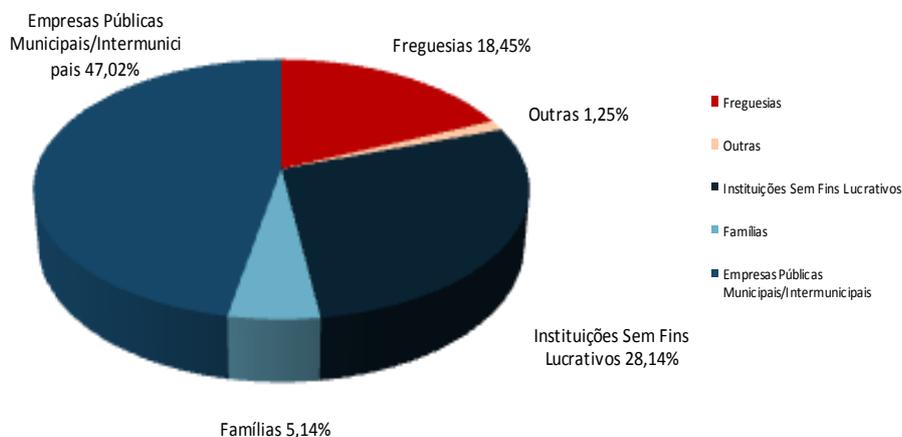
Releva-se também, que neste ano de 2013, por proposta da Junta Metropolitana do Porto, a Assembleia Metropolitana, aprovou a celebração de um Protocolo de Cooperação Financeira, entre a própria Área Metropolitana do Porto e o Município, para implementação do Programa Metropolitano de Emergência Social, que se destinava a disponibilizar um apoio financeiro excecional e temporário a agregados familiares carenciados, residentes na área do respetivo Município, em situação de emergência social grave, nomeadamente, no âmbito da habitação, da carência alimentar, de cuidados de saúde e do apoio à educação.

De igual modo se regista as elevadas taxas de execução apuradas ao nível da despesa paga, que atingiram os 99,90%.

Como é dado a observar na representação gráfica que se insere, neste agrupamento económico, o maior peso centra-se nos subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais que ao atingirem 2.321.399 €, representam 47,02%, do total deste agregado, sucedendo-se os apoios concedidos às Instituições Sem Fins Lucrativos com 28,14%, e um valor de 1.389.471 € e as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia com 18,45% e um montante de 910.792 €.

Gráfico 22

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2013



Finaliza-se a apreciação desta matéria com a apresentação do Quadro 36, que ilustra a distribuição dos Subsídios e Transferências Correntes atribuídos, uma vez que estes apoios representam uma importante fonte de despesa autárquica.

Quadro 36

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
Ano 2013	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.619.793
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	910.792
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS	
Complicação do Município com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto - quota de 2013	61.493
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	911.116
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música e Ranchos / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial	137.480
Associações Humanitárias dos Bombeiros	162.000
Educação - Agrupamentos de Escolas	167.693
Associações de Carácter Social	12.616
Subsídios atribuídos à Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso para complicitar nas festas dos santos populares e santos padroeiros	1.750
Subsídio atribuído à Junta de Freguesia de Noqueira para as associações recreativas e culturais, bandas de música, grupos de teatro e demais instituições de índole recreativo e cultural do concelho da Maia para o ano de 2013	1.000
FAMÍLIAS	
Protocolo de cooperação financeira, entre a Área Metropolitana do Porto e o Município da Maia, no âmbito da implementação do Programa Metropolitano de Emergência Social - apoio financeiro excepcional e temporário a agregados familiares carenciados, residentes na área do respetivo concelho.	126.563
Valor pago aos MCEI (pessoal requisitado ao centro de emprego), para exercer funções na Autarquia e nas Escolas do Concelho.	123.827
Renovação da atribuição do subsídio a um munícipe portador de deficiência intelectual - a exercer funções no horto municipal.	2.280
Subsídio concedido para a época desportiva 2012/2013, aprovado na reunião de câmara de 06/12/2012	1.182
SUBSÍDIOS	2.321.399
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. - Atribuição de subsídio à exploração para o corrente ano de 2013 à Entidade Empresarial Municipal "Maiambiente- Empresa Municipal do Ambiente- E.E.M.", conforme deliberação de câmara de 2013/01/22.	950.000
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais E.E.M. - Funcionamento da Academia das Artes da Maia- Produções Culturais E.E.M até ao encerramento do processo de liquidação, conforme deliberação de câmara de 2013/01/22.	349.991
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. - Transferência com vista à realização de obras de conservação de carácter extraordinário nos empreendimentos municipais de habitação social, conforme deliberação de câmara de 2013/04/04.	1.021.408
TOTAL	4.941.192

Un: Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

Se do ponto de vista económico, o investimento significa a aplicação de capital em meios de produção para aumentar a capacidade produtiva, quando se fala em investimento público, alude-se ao capital aplicado pelo Estado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que não tem como objetivo somente o lucro financeiro. Todavia são conceitos necessariamente interligados e correlacionados. Por exemplo o investimento em infraestruturas como estradas, pontes, hospitais, portos, saneamento básico e escolas, que são essenciais para a economia e crescimento de um país, dependem quase em exclusivo do investimento público. Outros destinos dos investimentos públicos incluem investimentos na área social, urbana, em transportes ou em fatores produtivos. Acresce ainda que todo o investimento em infraestruturas tem vários efeitos multiplicadores, refletindo-se em empregos criados ou em rendas recebidas das obras realizadas. Pelo que, o destino e a forma de execução destes investimentos tem uma grande incidência sobre o desenvolvimento nacional e local, sendo por isso uma temática de enorme importância para a boa governança do bem público.

O Investimento Global engloba o Investimento Direto, efetuado com Aquisição de Bens de Capital, as Transferências de Capital, e os Ativos Financeiros. Para uma análise à sua evolução apresentar-se-á um conjunto de elementos comparativos sobre os últimos anos, sistematizando a informação de forma individual e agregada, tendo em consideração a despesa faturada no próprio período.

Quadro 37

INVESTIMENTO GLOBAL												
	2010		2011		2012		2013		% Investimento global	% despesas capital	% despesa total	Taxa de variação %
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova				
Aquisição de bens de capital	5.844.940	17.043.659	4.243.491	5.541.511	1.007.128	4.469.346	21.008	7.015.694	78,2%	42,6%	12,4%	57,0%
Transferências de capital	1.367.679	1.642.748	941.441	2.712.018	1.341.156	1.684.061	0	1.943.049	21,7%	11,8%	3,4%	15,4%
Ativos financeiros	0	43.801	0	253.676	0	0	0	9.650	0,1%	0,1%	0,0%	
Total	7.212.619	18.730.208	5.184.932	8.507.205	2.348.284	6.153.407	21.008	8.968.393	100,0%	54,5%	15,9%	45,7%
Faturada Total	25.942.827		13.692.137		8.501.691		8.989.401					
Despesas de Capital (fat. nova)								16.467.326		100,0%	29,2%	
Despesas Totais (fat. nova)								56.462.662			100,0%	

Un. Euro

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2010, 2011, 2012 e 2013, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Da apreciação da evolução do investimento global neste quadriénio, verifica-se que no exercício de 2013 se registou uma inversão da tendência de decrescimento verificada nos três últimos anos, considerando o aumento de 45,7% na nova faturação, face a 2012, fruto do comportamento das suas três componentes, cujo maior contributo advém dos 7.015.694 € imputáveis ao *Investimento Direto*, que permanece como a rubrica mais relevante do total dos 16.467.326 € investidos, ao assinalar um aumento de 57%.

Apesar da sua menor expressividade, as transferências de capital registam também um aumento de 15,4% face ao ano anterior fixando-se em 1.943.049 €, sendo que o acréscimo dos ativos financeiros é meramente residual.

Gráfico 23



Regista-se ainda como bem espelha o Gráfico 24 que no exercício de 2013 o incremento do investimento global é o principal motor do acréscimo da despesa total,

Gráfico 24



Investimento Direto

São englobadas nesta tipologia a aquisição de terrenos e edifícios bem como de bens duráveis ou suas modificações que visem aumentar o período de duração desses bens.

O Quadro 38 retrata com maior detalhe a composição e execução desta tipologia de despesa, pelas suas diversas componentes, estabelecendo um comparativo com o ano de 2012.

Quadro 38

	2012		2013		% no Total PPI	Pago (e)	Taxa de Execução		Taxa de variação % (d)/(a)
	Fat. Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fat Transitada (c)	Fat. Nova (d)			[(c)+(d)]/(b)	(e)/[(c)+(d)]	
Terrenos e Recursos Naturais	870.871	378.100	0	223.399	3,2%	223.399	59,1%	100,0%	-74,3%
Habitação	315.801	674.150	0	11.988	0,2%	11.988	1,8%	100,0%	-96,2%
Construção	315.801	668.400	0	11.988	0,2%	11.988	1,8%	100,0%	-96,2%
Aquisição	0	0	0	0	0,0%	0			
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0			
Edifícios	681.246	3.757.720	0	2.730.066	38,9%	2.715.279	72,7%	99,5%	300,7%
Instalações de serviços	0	152.800	0	92.012	1,3%	92.012	60,2%	100,0%	
Instalações desport. e recreat.	319.538	386.700	0	350.211	5,0%	350.211	90,6%	100,0%	9,6%
Escolas	324.818	1.398.250	0	623.349	8,9%	608.562	44,6%	97,6%	91,9%
Outros	36.889	1.819.970	0	1.664.494	23,7%	1.664.494	91,5%	100,0%	4412,1%
Construções Diversas	1.984.979	10.141.950	16.362	3.365.070	48,0%	3.285.008	33,3%	97,1%	69,5%
Dominio Privado	496.024	1.158.050	8.118	531.004	7,6%	534.231	46,6%	99,1%	7,1%
Dominio. Público	1.488.954	8.983.900	8.244	2.834.066	40,4%	2.750.778	31,6%	96,8%	90,3%
Material de Transporte	3.388	154.000	0	0	0,0%	0	0,0%		-100,0%
Maq. e Equipamento	263.030	775.300	4.551	422.349	6,0%	426.039	55,1%	99,8%	60,6%
Equipamento Informático	93.933	208.000	4.551	97.436	1,4%	101.987	49,0%	100,0%	3,7%
Software Informático	18.358	106.800	0	19.033	0,3%	19.033	17,8%	100,0%	3,7%
Equipamento Administrativo	4.983	47.500	0	36.882	0,5%	36.882	77,6%	100,0%	640,2%
Equipamento Básico	139.265	389.400	0	252.738	3,6%	252.153	64,9%	99,8%	81,5%
Ferramentas e Utensílios	6.492	23.600	0	16.260	0,2%	15.984	68,9%	98,3%	150,5%
Investimentos Incorpóreos	163.083	352.600	0	44.317	0,6%	44.317	12,6%	100,0%	-72,8%
Outros Investimentos	184.488	599.980	95	209.403	3,0%	199.583	34,9%	95,3%	13,5%
Outros	2.460	40.000	0	9.102	0,1%	9.102	22,8%	100,0%	270,0%
Artigos e Objectos Valor	2.460	15.000	0	6.150	0,1%	6.150	41,0%	100,0%	150,0%
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0			
Bens Património Histórico-Cultural	0	25.000	0	2.952	0,0%	2.952	11,8%	100,0%	
Outros Bens Dominio Público	0	0	0	0	0,0%	0			
Total	4.469.346	16.873.800	21.008	7.015.694	100,0%	6.914.714	41,7%	98,3%	57,0%

Un. Euros

a)

Notas:

(c) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2013, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores

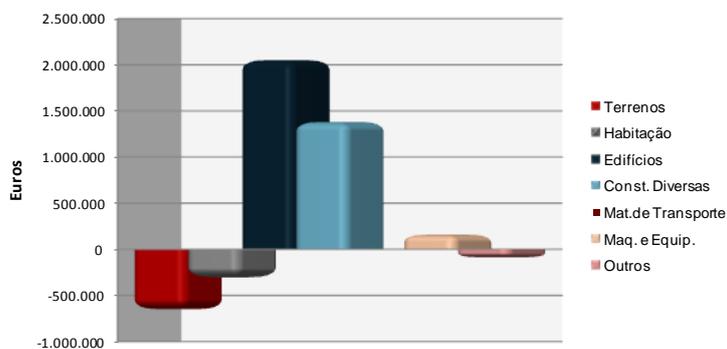
Da observação dos dados apresentados conclui-se que no exercício de 2013, a nova faturação em investimento direto ascendeu a 7.015.694 €, registando um acréscimo de 57% face a 2012, para o que contribuiu de forma distinta o comportamento de algumas das componentes.

Este aumento é justificado sobretudo pelo investimento em edifícios, onde se destaca a aquisição do edifício e terreno para a instalação do posto da GNR e Bombeiros no montante de 1.630.000 €, na sub-rubrica “Outros”, e em menor monta o melhoramento de Escolas e Instalações Desportivas e Recreativas que totalizaram 623.349 € e 350.211 € respetivamente. Logo a seguir destaca-se o valor verificado nas “Construções Diversas” (+) 69,5% e na rubrica “Material e Equipamento” (+) 60,6%.

Em contra ciclo foram verificadas diminuições nas rubricas restantes, “Terrenos e Recursos Naturais”, (-) 74,3% e “Outros”, com (-) 24,9%.

Gráfico 25

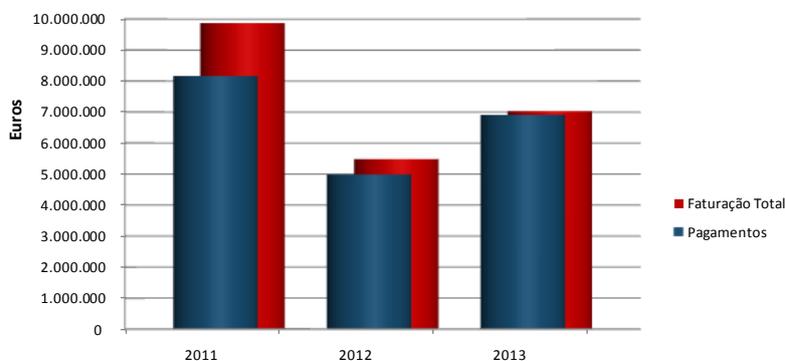
VARIAÇÃO - INV. DIRECTO 2013



Realça-se nesta componente a elevada taxa de execução em matéria de pagamentos que atingiu os 98,1%, superior à verificada no ano transato.

Gráfico 26

FATURAÇÃO/PAGAMENTOS



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada do Investimento Direto pelas rubricas que o compõem, de modo a evidenciar os projetos que mais contribuíram para a nova faturação registada.

Terrenos

No ano de 2013 a despesa realizada na rubrica “*Terrenos e Recursos Naturais*” ascendeu a 223.399 €, registando em relação ao ano transato uma diminuição de (-) 74.3%.

Os valores faturados reportam-se maioritariamente ao pagamento das quantias acordadas nos contratos de compra e venda ocorrida no ano transato nomeadamente a aquisição de parcela de terreno com a área de 2.500M², destinada à futura ampliação do cemitério da freguesia de Santa Maria de Avioso, conforme deliberação de Câmara de 2011/09/01 no valor de 150.000 €.

O restante valor reparte-se pelas seguintes situações

- Compra de um prédio urbano sito na travessa Nova da Giesta, 629 e 631, da freguesia de Pedrouços para a construção da rotunda rodoviária na confluência da av. da Natividade com travessa Nova da Giesta - 32.500 €;
- Pagamento do saldo do acordo de dação em pagamento, para proceder à regularização do saldo de conta da Câmara Municipal e a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, deliberação de 22/01/2013 - 26.898 €;
- Aquisição de parcela de terreno 280 m² para a execução do novo canal do “Ribeiro do Boi Morto” - 14.000 €.

Habitação

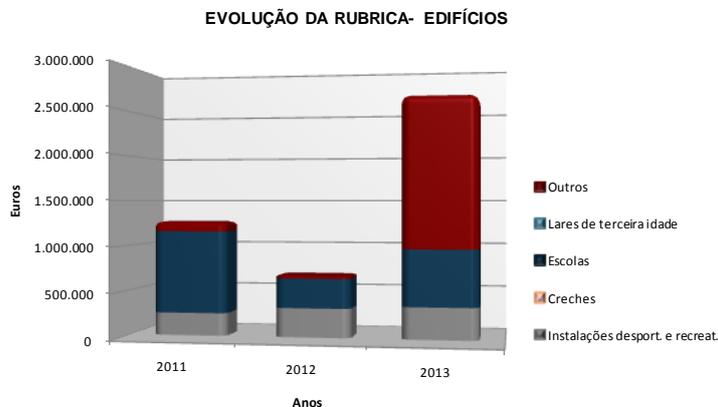
Em 2013 o valor registado nesta rubrica foi algo residual totalizando apenas 11.988 €, relativo à construção de habitação social com vista ao realojamento, no âmbito do alargamento da A4, no lugar da Granja, freguesia de Águas Santas – loteamento de iniciativa municipal e construção de 14 fogos de habitação.

Edifícios

A assumir maior materialidade neste agrupamento consta a sub-rubrica “*Outros*” onde se destaca o já referido investimento realizado para a instalação do posto da GNR e Bombeiros no valor de 1.630.000 €. Acresce ainda, com valores meramente residuais, a despesa com a ampliação e adaptação das atuais instalações da esquadra de Águas Santas, 26.680 €, e as intervenções de carácter urgente no centro de recolha de animais de companhia da Maia (C.R.A.C.M) com 7.814 €.

Logo de seguida há que destacar o aumento na sua sub-rubrica “*Escolas*” que em 2013 totalizou 623.349 €, sobremaneira influenciado pela construção do Centro Escolar da Pícua - EB1 e J.I. -, na freguesia de Águas Santas com um total de 228.534 €.

Gráfico 27



O valor diferencial reporta-se a obras beneficiações e reparações realizadas em diversos edifícios escolares destacando-se os seguintes:

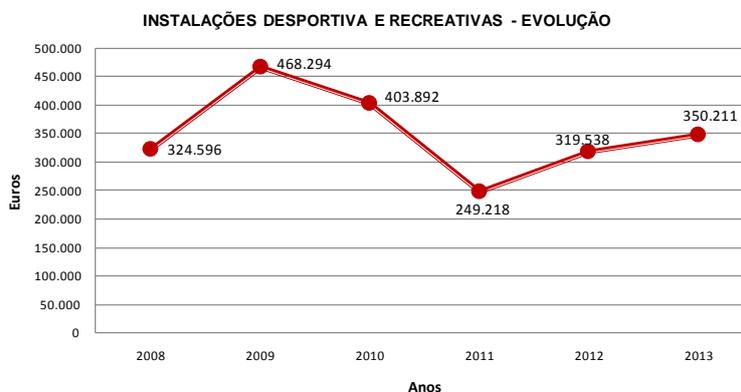
- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes (EB1 Frejufe, EB1 St^a Cristina, biblioteca na EB1/JI da Prozela, EB1/JI de Gueifães, EB1 dos Moutidos) – 143.929 €;
- Construção, ampliação ou adaptação de outras instalações destinadas ao Ensino Pré-Escolar da designada rede pública do Ensino Pré-Escolar (Centro Escolar D. Manuel II, Infantário de Crestins, Infantário de Vermoim e Centro de Dia de Silva Escura, EB1/JI de Currais, Infantário de Águas Santas I, Infantário de Águas Santas II, Centro de Dia de Crestins, Infantário e Centro de Dia da Guarda, Infantário de Milheirós) – 80.533 €;
- Construção, remodelação ou adaptação de edifícios escolares, levadas a cabo em anos anteriores (EB1 do Barroso, Centro Escolar D. Manuel II, EB 1 de Arcos) - Revisão de preços – 51.239 €;
- Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 de Cidade Jardim, na Freguesia de Vermoim – 39.921 €;
- Centro Escolar da Maia - Pavimento flutuante do equipamento desportivo – 31.090 €.

Em matéria de instalações desportivas, verifica-se que o investimento concretizado foi ligeiramente superior ao do ano transato, (+) 9,6%, ao fixar-se nos 350.211 €, onde se relevam os projetos:

- Aquisição de edifícios de carácter sociocultural ou desportivos destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) – 179.308 €;
- Conservação de instalações desportivas, efetuadas com a remodelação e ampliação dos balneários do campo municipal de jogos de Folgosa – 137.742 €;
- Conservação de instalações desportivas, beneficiação da cafetaria e sanitários de apoio ao campo de treinos do estádio Dr. José Vieira de Carvalho – 33.160 €;

Conforme se pode verificar no Gráfico 28, com os investimentos realizados nesta área, o valor médio do investimento dos últimos 6 anos ronda os 350.000 €.

Gráfico 28



Construções Diversas

Estão englobadas nas “*Construções Diversas*” todas as construções, grandes reparações ou a renovação de obras, como por exemplo viadutos arruamentos estradas e pontes, parques de estacionamento parques desportivos e instalações de saneamento e água bem como parques e jardins entre outros. Dai que esta rubrica possui sempre um peso considerável no total do investimento em termos de valores absolutos.

Em 2013 as “*Construções Diversas*” ao totalizarem 3.365.070 € são responsáveis por cerca de 50% do Investimento Direto do Município, assumindo maior preponderância que na gerência anterior.

Gráfico 29

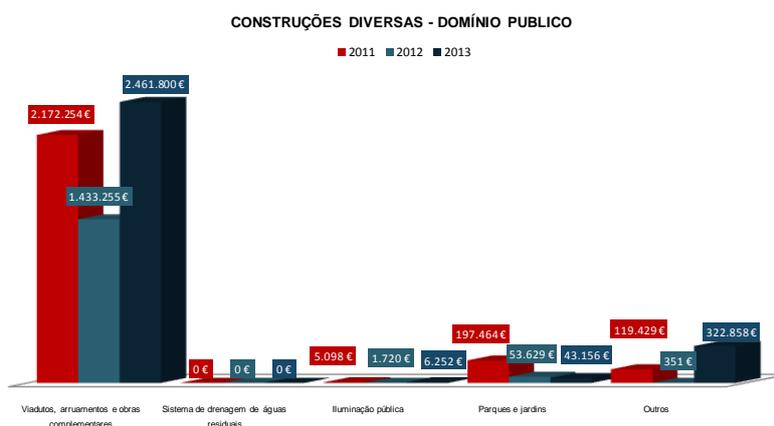


As construções diversas dividem-se em dois tipos “domínio privado” e “domínio público”, sendo que a segunda por força das competências dos municípios possui um maior peso.

⇒ **Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público**

As “Construções Diversas - Domínio Público”, totalizaram em 2013, 2.834.066 €, aumentando assim 67,9%, sendo que é a variação da sua sub-rubrica “Viadutos, arruamentos e obras complementares” que mais contribui para esse valor com o incremento de (+) 1.028.545 €, apesar de se ter verificado também um aumento na sub-rubrica “Outros” por contrapartida de uma diminuição da sub-rubrica “Parques e Jardins”.

Gráfico 30



Dos projetos que contribuíram para o valor registado nos “Viadutos, arruamentos e obras complementares” destacam-se os seguintes:

- Intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas – 545.387 €;
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento – 353.770 €;
- Beneficiação e construção de passeios da rua da Fábrica, na freguesia de Vila Nova da Telha – 279.517 €;
- Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do concelho – 260.413 €;
- Via Periférica Sudeste da Cidade, entre a rua de São Romão, em Vermoim, à rua do Santo Condestável, à rua de D. Sílvia Teixeira, à rua do Cavaco, à rua de D. Manuel II - E.N. 107 - e a articulação com o nó de acesso ao I.C. 24 - 227.722 €;
- Beneficiação da Rua Central de Rebordãos, na freguesia de Águas Santas – 163.898 €;
- Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação – 160.638 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do concelho, com vista à sua recuperação urbana – 133.400 €;

- Remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios – 101.755 €;

Ainda nas “*Construções Diversas*” e dentro da sub-rubrica “Outros” que atingiu os 332.858 €, destacam-se estes dois projetos;

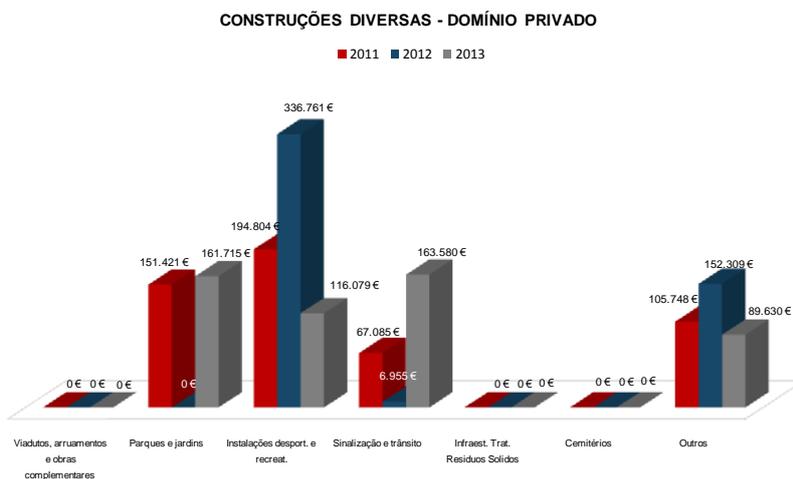
- Regularização da Ribeira dos Mogos, no troço entre a rua de S. Romão e a alameda Manuel Gonçalves Ramos – 277.504 €;
- Construção de ramais de baixa tensão e de média tensão - Enterramento das infraestruturas de baixa tensão (BT) na via periférica entre a rua de S. Romão e a rua de Santo Condestável, freguesia de Vermoim - 55.354 €.

As restantes sub-rubricas *Parques e Jardins* e *Iluminação Pública* mantiveram a sua pouca expressividade, tendo a nova faturação atingido os 43.156 € e 6.252 € respetivamente. Ainda assim destaca-se quanto aos *Parques e Jardins* os seguinte projetos:

- Tratamento paisagístico da via Sá Carneiro (fase 2 e 3) na freguesia de Barca e Gemunde – 20.108 €;
- Execução das áreas verdes envolventes à vereda Abílio José Santos na freguesia da Maia - 19.784 €.

⇒ **Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia**

Gráfico 31



Esta rubrica, ao assumir um valor de 531.004 €, representa um aumento de (+) 15,78% face ao anterior ano, por força do acréscimo de investimentos nas rubricas de “*Sinalização e Trânsito*” e “*Parques e Jardins*”, contrariamente à tendência apresentada entre 2011 e 2012.

No que concerne aos “*Parques e Jardins*”, que tiveram um grande aumento evidenciam-se os seguintes investimentos indicando-se os locais de intervenção:

- Parques e Jardins – 94.411 €;
 - Parque Infantil do Jardim da Granja, na freguesia de Águas Santas;
 - Parque Infantil da Rua do Rosmaninho, na freguesia de Pedrouços;
 - Parque Infantil do Jardim Miraparque, na freguesia da Maia;
 - Parque Infantil do Monte Nossa Sr.^a da Hora, na freguesia de Nogueira;
 - Parque Infantil da Casa do Alto, na Freguesia de Pedrouços;
 - Parque Infantil Monte de Santo António, freguesia de Silva Escura;
 - Parque Infantil da Urbanização do Solheirinho, freguesia de Nogueira;
 - Parque Infantil da Urbanização Ponte Moreira, na freguesia de Moreira;
 - Parque Infantil de Folgosa;
 - Parque Infantil no Centro de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, na freguesia de Avioso, St.^a Maria.
- Beneficiação de percursos pedonais e de pavimentos em jardins e parques – 67.303 €;

Na “*Sinalização e Trânsito*” que também teve um acréscimo substancial, fixando-se nos 163.580 €, a maior parte deste reporta-se à beneficiação e reparação da diversa sinalização horizontal existente no concelho, 89.140 €. O restante valor diz respeito à reparação e conservação de instalações semaforicas.

Apesar da queda verificada na sub-rubrica “*Instalações desportivas e recreativas*”, que deixou de ter a relevância do ano transato, evidenciam-se os seguintes projetos:

- Construção do complexo desportivo do Castelo da Maia na freguesia de Gemunde – empreitada de construção de conjunto de balneários – 67.384 €;
- Conservação de instalações desportivas, - remodelação de balneários do complexo desportivo de Pedrouços – 31.749 €;
- Construção do complexo desportivo de Nogueira, na freguesia de Nogueira – remodelação de balneários - 16.946 €.

Com uma descida de cerca de 41%, a sub-rubrica “*Outros*” *totalizou* 89.630 €, cujo valor reporta-se essencialmente a três intervenções :

- Construção do aeródromo de Vilar de Luz – reparação de pavimentos – 36.696 €;
- Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas - consolidação do muro em alvenaria de granito do Parque Central da Maia, freguesia da Maia - 16.841 €;
- Fornecimento e instalação de vedação para a zona de alojamento de animais da quinta da Gruta - 12.913 €.

Material de Transporte

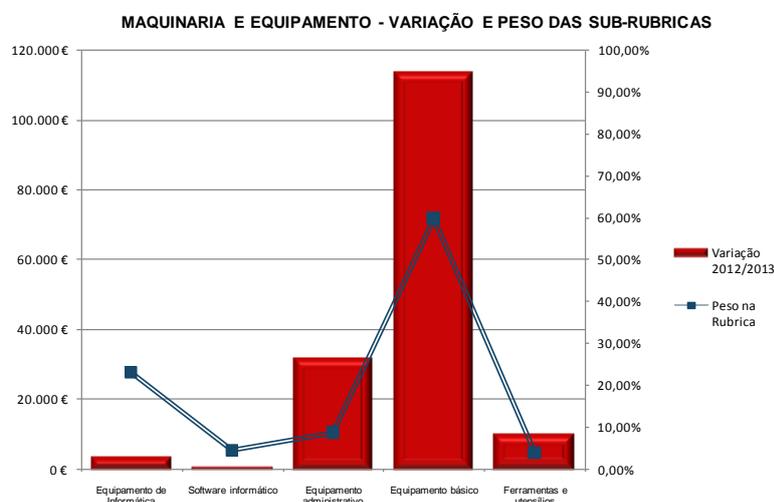
Na classificação económica *Material de Transporte*, não se verificou a existência de investimentos.

Maquinaria e Equipamento

Os investimentos efetuados em máquinas e ferramentas, incluindo grandes reparações, obtiveram no ano de 2013 um incremento de (+) 159.319 €, fixando-se nos 422.349 €. Em virtude de nesta classificação económica, estarem incluídas diversos tipos de equipamento com objetivos diversos, o mesmo encontra-se discriminado para uma melhor análise em *Hardware*, *Software*, *Equipamento Básico*, *Administrativo* e *Ferramentas e Utensílios*.

O Gráfico 32 apresenta as variações em Euros face ao ano de 2012, bem como o peso de cada sub-rubrica no total do investimento efetuado, permitindo concluir que cerca de 60% do investimento foi canalizado para equipamento básico que assume a maior subida com quase (+) 120.000 €.

Gráfico 32



⇒ **Equipamento informático**

O Investimento efetuado com a aquisição de equipamento informático e *software* manteve sensivelmente os mesmos montantes de 2012, fixando-se em 116.469 €, o que retrata uma variação de (+) 3,7% em relação ao ano anterior (112.291 €).

Os valores registados devem-se em parte ao investimento realizado no projeto - "*Maia Welcome Center*" - Infraestrutura Tecnológica de Apoio à Rede de Lojas Interativas de Turismo, no âmbito do Programa Operacional ON2, com vista à criação de um rede de informação turística para a região do Porto e norte de Portugal, iniciado em 2010 - 53.377 € .

O restante valor reporta-se a despesas com a manutenção e atualização do diverso material informático existente quer a nível de *hardware* que a nível de *software*.

⇒ **Equipamento básico**

Conforme anteriormente mencionado foi a aquisição de equipamento básico que mais contribui para o valor registado, fixando-se nos 252.738 €. Nesta rubrica estão incluídos todos instrumentos, máquinas,

ferramentas e outros bens, necessárias ao município nas suas mais diversas áreas de atuação como a educação, o desporto, a biblioteca, a sinalização e trânsito e outros serviços municipais, para a realização a extração, transformação e elaboração dos produtos ou a prestação de serviços.

Da análise à faturação nova registada conclui-se que foram os investimentos com a instalação/manutenção/reparação e apetrechamento dos parques infantis que mais contribuíram para esse valor, 183.084 €, entre os quais:

- Fornecimento e instalação de equipamento infantil na urbanização de ponte de Moreira na freguesia de Moreira, no parque infantil da casa do Alto e na rua do Rosmaninho, em Pedrouços – 44.514 € ;
- Fornecimento e instalação de equipamento infantil no complexo de educação ambiental da Quinta da Gruta -36.198 €;
- Fornecimento e instalação de equipamento no jardim da Granja freguesia de Águas Santas – 27.043 €;
- Fornecimento e instalação de equipamento de manutenção (Geriátrico) para o Parque de Calvilhe – freguesia de Gueifães, Parque da Pícuca – freguesia de Águas Santas e Parque de Catassol - freguesia de Vermoim - 18.891 €;
- Fornecimento e instalação de equipamento infantil na freguesia de Folgosa (rua Central) – 14.217 €;
- Fornecimento e instalação de equipamento no jardim Miraparque na freguesia da Maia - 13.620 €;
- Instalação de equipamento infantil com fornecimento e colocação de pavimento de pavimento de borracha, Monte da Nossa Sr.^a da Hora de Nogueira - 10.269 €;
- Fornecimento e instalação de equipamento infantil Monte de Santo António, freguesia de Silva Escura 9051 €;
- Fornecimento e instalação de equipamento infantil na urbanização designada por “Solheirinho”, freguesia de Nogueira – 8.728 €.

Ao nível de aquisição de equipamentos desportivos, registou-se um valor de nova faturação de 61.057 €, destacando-se os seguintes investimentos:

- Fornecimento e instalação de tabelas de basquetebol no Pavilhão Municipal da Maia II - 33.764 €
- Aquisição de equipamento de *fitness*, para o Complexo Municipal de Ginástica da Maia - 22.750 €

⇒ **Equipamento administrativo**

A aquisição de equipamento administrativo em 2012 foi pouco expressiva, no entanto em 2013 registou um valor de 36.882 €. Este valor deve-se essencialmente à aquisição de equipamento e mobiliário para equipar o posto de turismo ao abrigo do projeto de remodelação e modernização da Loja Interativa de Turismo da Maia mencionado anteriormente, 25.584 €.

⇒ **Ferramentas e utensílios**

Nos investimentos enquadrados na rubrica *Ferramentas e Utensílios* apenas se registou como faturação nova o valor de 16.260 €. A maior parte deste valor à semelhança do ano transato reporta-se a material necessário para a manutenção de jardins,

Investimentos incorpóreos

No que concerne aos investimentos incorpóreos a facturação registada reporta-se a uma única situação referente ao projeto de arquitetura e especialidades da Igreja Nossa Senhora da Natividade (5ª prestação) no valor de 44.317 €.

Outros investimentos

A despesa nova realizada em 2013, enquadrada nesta rubrica e que pela sua natureza possui fins diversos, circunscreveu em 2013 o valor de 209.403 €, dos quais se destacam as seguintes intervenções:

- Construção ou manutenção de redes de iluminação pública, remodelação da iluminação pública (IP) ou nas avenidas D. Manuel II e Luís de Camões freguesia de Vermoim – Instalações de Luminárias com tecnologia LED – 74.776 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento afins, com o objetivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito e, bem assim, de o informar – 23.540 €;
- Fornecimento e colocação e colocação de iluminação exterior do estádio municipal de Pedras Rubras – 17.147 €;
- Conservação de instalações desportivas – 11.513 €;
- Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais – 14.339 €;
- Instalação de sistema de rega em jardins e espaços verdes municipais, Av.ª padre Alves Rego, freguesia de Vermoim - 8.543 €;
- Aquisição de placa toponímicas, a colocar em diversos locais do concelho – 7866 €.

Outros

⇒ **Artigos e Objetos de Valor**

A aquisição de retratos a óleo de personalidades ilustres do concelho engloba a totalidade do investimento registado nesta área com o valor de 6.150 €.

⇒ **Bens de património histórico e cultural**

Nesta rubrica onde se engloba a aquisição de objetos que visem enriquecer o património cultural, há apenas a referir a aquisição de um pedestal em granito e placa referente à geminação Maia/Ourense no valor de 2.952 €.

Transferências de Capital

Todos os anos o município transfere para determinadas entidades ou organismos, um conjunto de valores para financiar as despesas de capital das mesmas sem qualquer contrapartida direta para a autarquia. Nestas entidades incluem-se não só as freguesias mas também empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos.

O Quadro 39 apresenta um comparativo com o ano de 2012 de acordo com a tipologia das entidades receptoras, bem como a respetiva taxa de execução ocorrida em 2013.

Quadro 39

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL										
	2012			2013						
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	% Total Transf	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c)	Tx Execução (f)/[(d)+(e)]	Tx de Variação %
Sociedades e quase-sociedades não financeiras										
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	112.242	676.318	700.000	0	643.754	33,1%	643.754	92,0%	100,0%	-4,8%
Outras	0	0	50	0	0			0,0%		
Privadas	0	50.000	100.050	0	65.819	3,4%	65.819	65,8%	100,0%	31,6%
Administração Central										
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	50	0	0	0,0%		0,0%		
Administração Local										
Municípios	0	0	286.750	0	286.745	14,8%	286.745	100,0%	100,0%	
Freguesias	1.228.914	607.550	634.100	0	174.708	9,0%	174.708	27,6%	100,0%	-71,2%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	50	0	0	0,0%		0,0%		
Outras	0	0	50	0	0	0,0%		0,0%		
Instituições sem fins Lucrativos	0	350.193	1.117.610	0	772.024	39,7%	772.024	69,1%	100,0%	120,5%
Famílias			7.550	0	0	0,0%		0,0%		
Resto do Mundo			100	0	0	0,0%		0,0%		
Total	1.341.156	1.684.061	2.846.360	0	1.943.049	100,0%	1.943.049	68,3%	100,0%	15,4%
Faturada Total	3.025.217			1.943.049						

Un.: Euros

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2012 e 2013, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Em 2013 registou-se um aumento de (+) 15,4% no volume das transferências efetuadas, fixando-se o seu valor, nos 1.943.049 €. Destaca-se aqui inexistência de qualquer faturação transitada de 2012, bem a manutenção de uma taxa de execução em matéria de pagamentos de 100% á semelhança do ano anterior.

Apesar do aumento registado no montante das transferências, releva-se que no âmbito da tipologia das entidades receptoras a variação foi diversa. Verifica-se assim uma diminuição de (-) 71,2% no que concerne às transferências para as freguesias, e em contrapartida, um aumento de (+) 120,5% no que se refere às instituições sem fins lucrativos, que ao totalizarem 772.004 €, passam a ser a rubrica com maior peso. Acresce ainda que em 2013 foi faturado e pago o valor de 286.635 € relativo ao protocolo com o Município de Matosinhos para na empreitada pública designada “infraestruturas, passeios e pavimentos das ruas de Catassol e Santana 2º fase”, não tendo tido esta rubrica dos municípios qualquer movimento em 2012.

Em matéria de apoios concedidos às *instituições sem fins lucrativos*, que visam apoiar financeiramente diversas entidades que contribuem para a coesão social do concelho, mas também que promovem a atividade desportiva, destacam-se durante o ano de 2013 os seguintes:

- Concessão de benefício público entre o Município da Maia e a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Miguel de Barreiros, tendo em vista a atribuição de um apoio financeiro na

empreitada respeitante às obras de beneficiação da envolvente do Santuário da Nossa Senhora do Bom Despacho - 233.600 €;

- Atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia da Maia, para a empreitada de remodelação e ampliação do centro social de Milheirós (segundo apoio) – 100.000 €;
- Atribuição de subsídio à Associação de Solidariedade Social "O Amanhã de Criança" para a empreitada de reconversão de parte do centro de atividades de tempos livres em berçário/creche em centro de estudos pedagógicos (3º e 4º e último apoio) -100.000 €;
- Atribuição de subsídio à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Maia (APCCDM) para a empreitada de construção do lar residencial, centro de atividades de ocupacionais e serviço de apoio domiciliário (terceiro apoio) – 66.333 €;
- Celebração de contrato de concessão de benefício público coma a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Cosme Damião e Damião de Gemunde tendo em vista a atribuição de apoio financeiro nas obras de restauro da Igreja Paroquial de Gemunde – 50.000 €;
- Atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos "Bombeiros Voluntários de Moreira - Maia"- tendo em vista a comparticipação desta Câmara Municipal no suporte das despesas de aquisição de uma viatura ambulância de socorro – 30.000 €;
- Contrato de concessão e benefício público entre o Município da Maia e a Comissão Fabriqueira de Folgosa tendo em vista a atribuição de apoio financeiro nas obras de construção do Centro Social de Folgosa, 1º e 2º pagamento – 25.000 €;
- Atribuição de subsídio ao núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa para apoio na aquisição de uma ambulância transformadora tipo B – 20.000 €;
- Subsídio a título excecional à Associação Atlético de Aguas Santas tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara no suporte das despesas de aquisição de viatura para transporte dos atletas – 18.425 €;
- Subsídio, a título excecional, ao Pedrouços Atlético Clube tendo em vista à comparticipação financeira desta câmara no suporte das despesas de aquisição e reparação de duas viaturas para transporte dos atletas - 16.300 €;
- Subsídio, a título excecional, ao Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara no suporte das despesas de aquisição de uma viatura para o transporte dos atletas - 15.041 €;
- Atribuição de subsídio extraordinário à Associação “os Vencedores de Sangemil” tendo em vista apoiar as obras de arranjos do palco do anfiteatro da sede social – 16.375 €;
- Contrato de concessão de benefício público entre o Município da Maia e a Associação Cultural e Recreativa “Os Fontineiros da Maia” tendo em vista a atribuição de um apoio financeiro nas obras de requalificação do auditório e construção de um WC para deficientes -15.000 €;

No que concerne às transferências para as freguesias, ficaram-se pelos 174.708 €, evidenciando uma tendência de descida naturalmente verificada nos dois últimos por força da conclusão dos investimentos

nos edifícios sede das juntas de freguesia, sendo que os valores transferidos tiveram como finalidade o apoio aos seguintes projetos:

- Atribuição de subsídio à junta de freguesia de Nogueira para equipar o parque infantil da creche infantilário de Nogueira (Propriedade da junta de freguesia) – 65.000 €;
- Celebração de um contrato programa entre a Câmara Municipal e a junta de freguesia de Folgosa, tendo em vista a comparticipação financeira nos encargos da junta com as obras de alargamento do cemitério, aprovado na reunião de 06/12/2012, com efeitos financeiros em 2013 - 42.105 €;
- Comparticipação na construção do edifício sede da junta de freguesia de Águas Santas, para sede para sede de autarquia e para outros serviços de utilização comum – Construção do centro cívico – comparticipação na revisão de preços - 30.642 €;
- Contrato de concessão de benefício público entre o Município da Maia e freguesia de Gueifães, com vista à atribuição de subsídio para apoio financeiro nas obras de manutenção e conservação no interior e exterior do edifício da casa mortuária e reparação e beneficiação do pavimento do 1º cemitério – 15.000 €;
- Atribuição de subsídio à junta de freguesia de Nogueira para equipar o parque infantil da creche infantilário de Nogueira (propriedade da junta de freguesia) – 5.500 €;
- Atribuição de subsídio à junta de freguesia de Moreira para preparação dos terrenos com vista à delimitação do caminho de passagem nos termos do acordo celebrado, conforme deliberação 26/02/2013 b) n.º 4 do Art.º 64 da Lei 169/99 de 18/09 - 3.960 €.

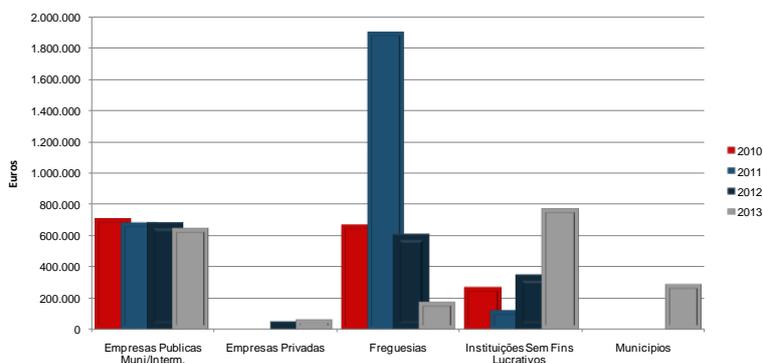
Quanto às transferências inseridas nas “*Sociedades e quase-sociedades não financeiras*”, cujo valor é quase exclusivamente destinado à LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, regista-se que os valores transferidos para esta entidade tem vindo a sofrer quebras ligeiras mas constantes, posicionando-se a redução este ano nos (-) 4.8%.

O restante valor de 65.819 € reporta-se ao 2º e 3º pagamento do apoio à construção do Edifício-Sede da AEM - Associação Empresarial da Maia iniciado em 2012.

De modo a vislumbrar-se a evolução das transferências por tipologia de entidade apresenta-se de seguida o Gráfico 33, com a evolução e distribuição das “*Transferências de Capital*” nos últimos 4 anos:

Gráfico 33

TRANFERÊNCIAS DE CAPITAL



Ativos Financeiros

Ao nível de “Ativos Financeiro” registou-se o valor de 9.650 €, respeitantes a:

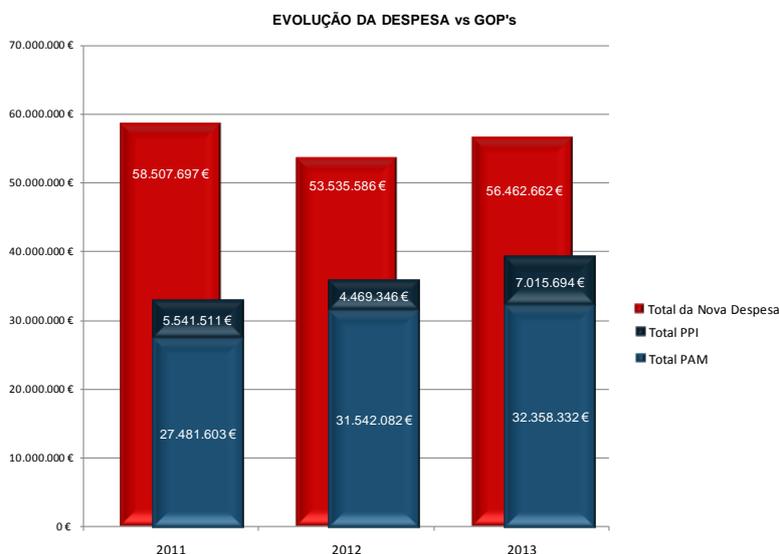
- Formalização do contrato de abertura de crédito a prazo fixo no âmbito do Programa Finicia - 7.650 €;
- Adesão do município da Maia, à Cooperzoo – Cooperativa Zoológica da Maia, C.R.L., - Aquisição de 10 títulos – 2.000 €.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opção do Plano são constituídas pelo plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano de Atividades mais Relevantes (PAM) nelas se refletem a estrutura do planeamento económico e social local e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento.

Uma apreciação geral à sua evolução e representatividade no total da despesa municipal, caracterizada no Gráfico 34, permite concluir que o peso das GOP's têm vindo a aumentar ao longo dos anos, sobretudo devido à criação de novos projetos, particularmente de Atividades Mais Relevantes associadas a despesas regulares que outrora não eram relevadas neste documento, passando já a constituir cerca de 70% do total da faturação. Note-se porém que no exercício de 2013 é o PPI que maior contributo tem para o aumento da despesa das GOP'S.

Gráfico 34



O quadro seguinte apresenta a distribuição dos montantes alocados por classificação funcional, efetuando-se uma comparação com anos anteriores.

Quadro 40

Classificação Funcional	GOPs										
	2012					2013					Tx de Variação %
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	% Total GOPs	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c) (g) (f)/[(d)+(e)] (h)			
Funções Gerais:	1.358.446	6.016.558	9.848.867	218.015	7.863.965	20,0%	7.700.311	82,1%	95,3%	30,7%	
Serviços Gerais de Administração Pública	1.352.697	5.817.616	7.859.746	218.015	5.965.411	15,2%	5.801.757	78,7%	93,8%	2,5%	
Segurança e Ordens Públicas	5.749	198.942	1.989.121	0	1.898.554	4,8%	1.898.554	95,4%	100,0%	85,4%	
Funções Sociais:	1.192.499	15.293.220	27.762.056	90.198	16.230.877	41,2%	16.236.579	58,8%	99,5%	6,1%	
Educação	104.769	6.359.407	7.704.010	36.012	5.791.191	14,7%	5.794.116	75,6%	99,4%	-8,9%	
Saúde	0	295	29.450	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	-100,0%	
Segurança e Acção Sociais	62.158	809.736	1.616.617	1.945	1.129.649	2,9%	1.127.982	70,0%	99,7%	39,5%	
Habitação e Serviços Colectivos	878.680	5.206.775	14.030.901	42.064	6.361.406	16,2%	6.382.545	45,6%	99,7%	22,2%	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	146.892	2.917.006	4.381.078	10.176	2.948.632	7,5%	2.931.936	67,5%	99,1%	1,1%	
Funções Económicas:	343.092	4.831.419	7.651.270	14.558	5.864.645	14,9%	5.788.090	76,8%	98,5%	21,4%	
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%	
Indústria e energia	31.307	2.367.598	2.826.100	6.345	2.632.551	6,7%	2.638.896	93,4%	100,0%	11,2%	
Transportes e Comunicações	311.785	1.611.571	4.261.350	8.213	2.825.023	7,2%	2.742.123	66,5%	96,8%	75,3%	
Comércio e Turismo	0	124.411	434.620	0	331.799	0,8%	331.799	76,3%	100,0%	166,7%	
Outras Funções Económicas	0	727.839	129.200	0	75.272	0,2%	75.272	58,3%	100,0%	-89,7%	
Outras Funções:	0	9.870.231	9.568.800	0	9.411.586	23,9%	9.411.587	98,4%	100,0%	-4,6%	
Operações da Dívida Autárquica	0	8.792.183	8.513.800	0	8.500.795	21,6%	8.500.795	99,8%	100,0%	-3,3%	
Transferências entre Administrações	0	910.792	911.000	0	910.792	2,3%	910.792	100,0%	100,0%	0,0%	
Outras não especificadas	0	167.256	144.000	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	-100,0%	
TOTAL	2.894.037	36.011.428	54.830.993	322.771	39.371.074	100,0%	39.136.567	72,4%	98,6%	9,3%	
Facturada Total	38.905.465				39.693.845					2,0%	

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2012 e 2013, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

As Grandes Opções do Plano ao evidenciarem 39.371.074 € de nova despesa faturada, registaram em 2013, um aumento de 9,3%, influenciado não só pela inclusão de novos projetos, mas principalmente, como já foi referido, pelo nível de investimento realizado (PPI), que teve um acréscimo de 56% face a 2012.

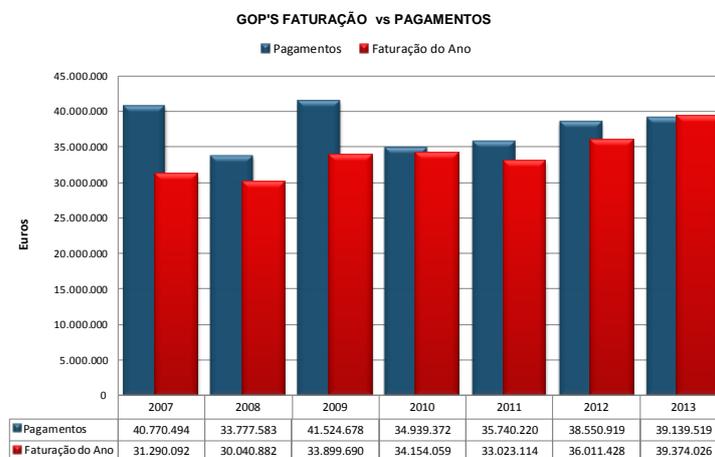
À semelhança do ano transato continuam a ser as “Funções Sociais” que maior peso possuem no total das GOP’s, 41,2%, sendo as suas sub-rubricas “Educação” e “Habitação e Serviços Coletivos” as mais representativas com um peso de 16,2% e 14,7% respetivamente.

As “Outras Funções” que são constituídas essencialmente pelo serviço de dívida, com 23,9% é a segunda função mais expressiva, apesar de uma diminuição de (-) 4,6%.

Relativamente às restantes funções “Funções Gerais” e “Funções Económicas” registou-se um aumento do seu peso no total das GOP’s passando a representar 20% e 14,9% respetivamente, resultado do aumento verificado nos valores de nova despesa faturada de 30,7% e 21,4%.

Releva-se que em matéria de pagamentos se manteve uma elevada taxa de execução, 98,6%, apesar de ligeiramente inferior à registada em 2012 (99,1%). Deste modo o volume de faturação a transitar para 2014 é de 557.279 € representando apenas cerca 1,4% do total da faturação.

Gráfico 35



O Quadro 41 apresenta de um modo mais detalhado a composição das GOP's, evidenciando os valores de faturação e pagamentos e respectiva taxa de execução por tipo de plano PPI e PAM. Demonstra-se ainda dentro de cada função quais as sub-funções que mais contribuíram para as variações registadas.

Quadro 41

GRANDES OPÇÕES DO PLANO															
Classificação Funcional	2013				2013				2013				% Total GOPs	% Pago/Fat	
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO			
1. Funções Gerais:	4.551	1.800.135	1.804.686	1.802.033	213.464	6.063.831	6.277.295	5.898.278	218.015	7.863.965	8.081.981	7.700.311	20,0%	95,3%	
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	4.551	143.371	147.922	145.269	213.464	5.822.041	6.035.505	5.656.488	218.015	5.965.411	6.183.427	5.801.757	15,2%	93,8%	
1.1.1. Administração Geral	4.551	143.371	147.922	145.269	213.464	5.822.041	6.035.505	5.656.488	218.015	5.965.411	6.183.427	5.801.757	15,2%	93,8%	
1.2. Segurança e Ordens Públicas	0	1.656.764	1.656.764	1.656.764	0	241.790	241.790	241.790	0	1.898.554	1.898.554	1.898.554	4,8%	100,0%	
1.2.1. Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	0	0	0	0	0	241.790	241.790	241.790	0	241.790	241.790	241.790	0,6%	100,0%	
1.2.2. Polícia Municipal	0	1.656.764	1.656.764	1.656.764	0	0	0	0	0	1.656.764	1.656.764	1.656.764	4,2%	100,0%	
2. Funções Sociais	8.244	2.416.377	2.424.621	2.396.399	81.954	13.817.452	13.899.406	13.843.132	90.198	16.233.829	16.324.027	16.239.531	41,2%	99,5%	
2.1. Educação	0	607.993	607.993	592.621	36.012	5.183.198	5.219.210	5.201.495	36.012	5.791.191	5.827.203	5.794.116	14,7%	99,4%	
2.1.1. Ensino não Superior	0	556.169	556.169	541.381	36.012	3.987.731	4.023.743	4.006.028	36.012	4.543.900	4.579.912	4.547.409	11,5%	99,3%	
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	0	51.824	51.824	51.240	0	1.195.467	1.195.467	1.195.467	0	1.247.291	1.247.291	1.246.707	3,2%	100,0%	
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
2.3. Segurança e Acção Sociais	0	0	0	0	1.945	1.129.649	1.131.594	1.127.982	1.945	1.129.649	1.131.594	1.127.982	2,9%	99,7%	
2.3.2. Acção Social	0	0	0	0	1.945	1.129.649	1.131.594	1.127.982	1.945	1.129.649	1.131.594	1.127.982	2,9%	99,7%	
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	8.244	1.385.077	1.393.321	1.385.060	33.821	4.979.280	5.013.101	5.000.437	42.064	6.364.358	6.406.422	6.385.497	16,2%	99,7%	
2.4.1. Habitação	0	191.296	191.296	191.296	0	1.021.408	1.021.408	1.021.408	0	1.212.704	1.212.704	1.212.704	3,1%	100,0%	
2.4.2. Ordenamento do Território	8.244	223.079	231.323	231.323	0	57.491	57.491	57.491	8.244	280.570	280.570	280.570	0,7%	100,0%	
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	2.540.038	2.540.038	2.540.038	0	2.540.038	2.540.038	2.540.038	6,5%	100,0%	
2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	0	970.702	0	962.441	33.821	1.360.344	1.394.164	1.381.501	33.821	2.331.046	2.364.867	2.343.941	5,9%	99,1%	
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	0	423.307	423.307	418.719	10.176	2.525.325	2.535.501	2.513.218	10.176	2.948.632	2.958.807	2.931.936	7,5%	99,1%	
2.5.1. Cultura	0	35.333	35.333	30.745	837	636.045	636.882	620.332	837	671.378	672.215	651.077	1,7%	96,9%	
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	0	387.974	387.974	387.974	9.339	1.849.213	1.858.552	1.852.819	9.339	2.237.187	2.246.526	2.240.793	5,7%	99,7%	
2.5.4. Juventude	0	0	0	0	0	40.067	40.067	40.067	0	40.067	40.067	40.067	0,1%	100,0%	
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3. Funções Económicas:	8.213	2.799.182	2.807.395	2.716.283	6.345	3.065.463	3.071.808	3.071.807	14.558	5.864.645	5.879.203	5.788.090	14,9%	98,5%	
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.2. Indústria e energia	0	127.953	127.953	127.953	6.345	2.504.597	2.510.942	2.510.942	6.345	2.632.551	2.638.896	2.638.895	6,7%	100,0%	
3.2.1. Iluminação	0	82.599	82.599	82.599	0	2.504.597	2.504.597	2.504.597	0	2.587.196	2.587.196	2.587.196	6,6%	100,0%	
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	0	45.354	45.354	45.354	0	0	0	0	0	45.354	45.354	45.354	0,1%	100,0%	
3.2.3. Racionalização Energética	0	0	0	0	6.345	0	6.345	6.345	6.345	0	6.345	6.345	0,0%	100,0%	
3.3. Transportes e Comunicações	8.213	2.538.278	2.546.491	2.455.378	0	286.745	286.745	286.745	8.213	2.825.023	2.833.236	2.742.123	7,2%	96,8%	
3.3.1. Transportes rodoviários	0	2.501.579	2.501.579	2.410.466	0	286.745	286.745	286.745	0	2.788.324	2.788.324	2.697.211	7,1%	96,7%	
3.3.2. Transportes aéreos	8.213	36.699	44.912	44.912	0	0	0	0	8.213	36.699	44.912	44.912	0,1%	100,0%	
3.4. Comércio e Turismo	0	132.951	132.951	132.951	0	198.848	198.848	198.848	0	331.799	331.799	331.799	0,8%	100,0%	
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.4.2. Turismo	0	132.951	132.951	132.951	0	198.848	198.848	198.848	0	331.799	331.799	331.799	0,8%	100,0%	
3.5. Outras Funções Económicas	0	0	0	0	0	75.272	75.272	75.272	0	75.272	75.272	75.272	0,2%	100,0%	
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	7.454	7.454	7.454	0	7.454	7.454	7.454	0,0%	0,0%	
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.5.4. Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	2.000	2.000	2.000	0	2.000	2.000	2.000	0,0%	100,0%	
3.5.5. Actividades Económicas	0	0	0	0	0	65.819	65.819	65.819	0	65.819	65.819	65.819	0,2%	100,0%	
4. Outras Funções:	0	0	0	0	0	9.411.586	9.411.586	9.411.586	0	9.411.586	9.411.586	9.411.586	23,9%	100,0%	
4.1. Serviço da dívida autárquica.	0	0	0	0	0	8.500.795	8.500.795	8.500.795	0	8.500.795	8.500.795	8.500.795	21,6%	100,0%	
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	0	910.792	910.792	910.792	0	910.792	910.792	910.792	2,3%	100,0%	
4.3. Diversas não especificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
4.3.2. Propriedades diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
Total	21.008	7.015.694	7.036.701	6.914.715	301.763	32.358.332	32.660.095	32.224.804	322.771	39.374.026	39.696.797	39.139.518	100,0%	98,6%	

Un-Euros

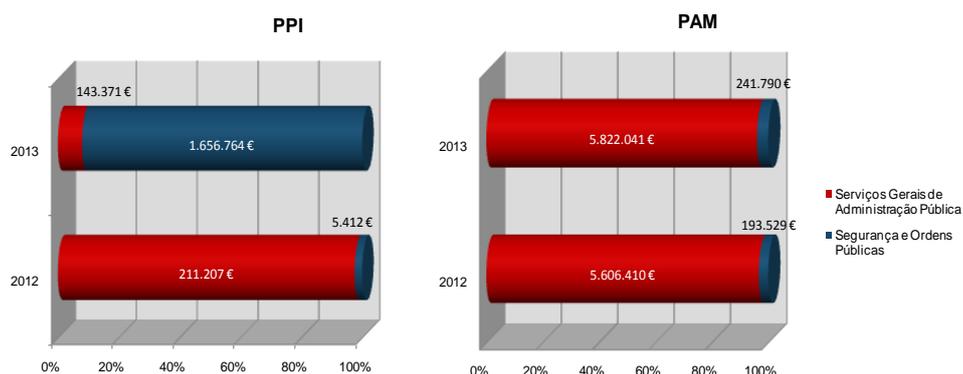
Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2013, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

De modo a compreender as variações registadas nas diversas funções apresenta-se de seguida uma descrição dos diversos projectos e ações que contribuíram para as variações registadas dando ênfase à actividade mais relevantes, uma vez que a análise ao PPI já foi realizada em capítulo anterior.

Funções Gerais

Gráfico 36



Constituem as “*Funções Gerais*” as atividades necessárias à administração da autarquia e indispensáveis à sua existência, estas dividem na sub-funções *Serviços Gerais de Administração Pública* e *Segurança e Ordens Públicas*, sendo que continua-se a verificar-se a preponderância da primeira em termos de valores totais faturados.

Em 2013 o total da nova despesa registada nas *Funções Gerais* atingiu um valor de 7.863.965 €, aumentando (+) 30,7% essencialmente devido à influência do PPI que totalizou 1.800.135 €. Este aumento considerável no PPI resultou sobretudo da aquisição de um prédio para a instalação do posto da GNR da Maia e de uma Secção Avançada dos Bombeiros Voluntários de Moreira, no valor de 1.630.000 €. O diferencial no montante de 170.134 € reporta-se a investimentos com a conservação de edifícios (Torre do Lidador) e aquisição de equipamento informático.

Ao nível do *Plano das Atividades Mais Relevantes* a despesa faturada ao totalizar 6.063.831 €, aumenta ligeiramente face a 2012, em grande parte devido à celebração de novos contratos de fornecimento contínuo dos bens e serviços de consumo corrente, no total de 749.016 €, que passaram a integrar este documento.

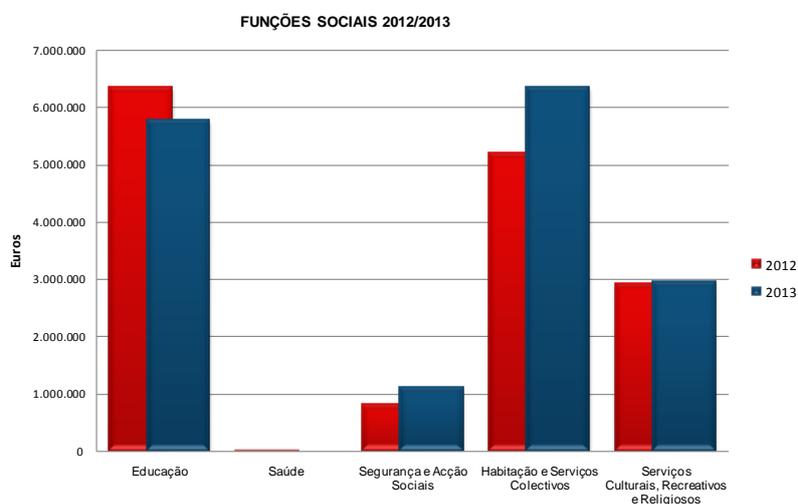
Descrimina-se de seguida as atividades que mais contribuíram para os valores obtidos enquadráveis nesta função;

- Consumo de energia elétrica -1.617.931 €
- Contratualização de serviços de vigilância e segurança de instalações - 640.332 €
- Consumo de gás natural e GPL – 531.487€;
- Consumo de água – 442.416 €;
- Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos de carácter corrente, excluindo reparações e bens para reparações automóveis – 387.565 €,

- Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos - 306.240 €;
- Serviços de assistência técnica, manutenção e inspeção – 290.562 €;
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 290.004 €;
- Contrato de prestação de serviços de locação operacional para equipamentos de cópia e impressão – 191.549 €;
- Contrato de aluguer operacional de viaturas – 173.181 €;
- Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica - 169.903 €.
- Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços. – 161.000 €;
- Contratação de Seguros -155.410 €;
- Aquisição de serviços de telecomunicações – 153.830 €
- Contratação de serviços de limpeza – 118.391 €;
- Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais – 83.051 €
- Comunicações postais – 79.005 €;
- Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet – 76.605 €.

Funções Sociais

Gráfico 37

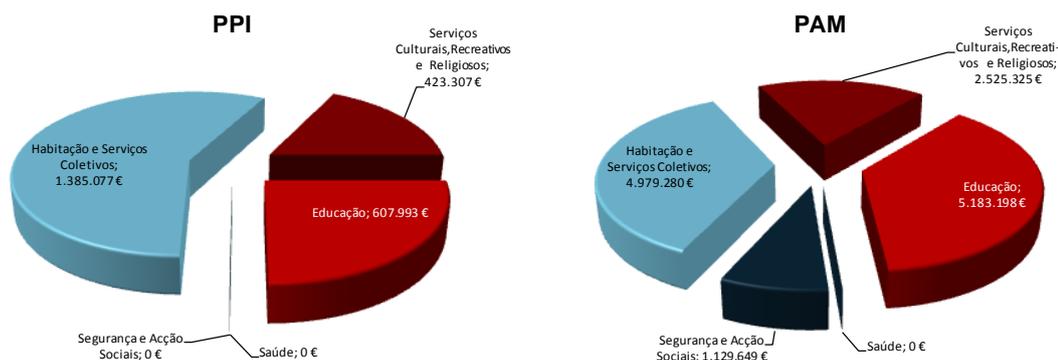


Os investimentos e as despesas correntes realizadas em áreas como a educação, a saúde, a segurança e acção social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos, que visam satisfazer as necessidades básicas da população do município integram-se nas funções sociais.

Estas funções ao registarem em 2013 um valor de 16.230.877 €, aumentam 6,1% face ao ano anterior e continuam a assumir um claro predomínio na acção municipal ao representarem 41,2% das GOP's e cerca de 30% do total da despesa municipal.

Inflitando a tendência de 2012, aparece como mais expressiva a rubrica da “*Habituação e Serviço colectivos*”, que com um aumento de 22% passou a registar um total de faturação nova de 6.361.406 €, cerca de 16,2% das GOP's

Gráfico 38



Ao nível de *Plano Plurianual de Investimentos*, esta subfunção totalizou 1.382.125 €, valor ligeiramente inferior ao verificado em 2012 (1.433.053 €), destinado sobretudo á componente da *Protecção do Meio ambiente e Conservação da Natureza* principalmente no que toca à manutenção de espaços verdes e parques infantis, que se encontram discriminados no capítulo de investimento global.

Ao nível das *Actividades Mais Relevantes*, esta subfunção absorveu 4.979.280 €, refletindo um significativo aumento de cerca de 1.200.000 €, muito por força da celebração de um contrato programa com a empresa Espaço Municipal, tendo em vista a conservação e reabilitação do património imobiliário do Município, cujo valor da nova faturação ascendeu a 1.021.408 €.

Das restantes atividades que contribuíram para o valor desta sub-função destacam-se as seguintes:

- Tratamento de resíduos sólidos pela LIPOR – 1.590.039 €;
- Participação à "Maiambiente, E.M." na gestão corrente das suas atividades. - 950.000 €;
- Participação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida – 643.754 €;
- Contratos celebrados ou a celebrar com empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo concelho 561.329 €.

A “*Educação*” composta pelo ensino pré-escolar, básico (EB1), artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino, continua a constituir uma das grandes prioridades estratégicas do Município quer ao nível do investimento nos novos centros escolares e beneficiação dos edifícios existentes como também ao nível de políticas e programas de apoio educativo.

Totalizou em 2013 a apreciável quantia de 5.791.191 € passando a ter um peso de 14,7% no total das GOP's, apesar da diminuição de (-) 8,9 % face a 2012, dominada sobretudo pela influência das actividades mais relevantes, cuja quebra foi atenuada pelo aumento verificado em matéria de investimento, que totalizou 607.993 €, e que se refere fundamentalmente à construção Construção do Centro Escolar da Pícuca - EB1 e J.I. -, na freguesia de Águas Santas e remodelação de edifícios escolares existentes.

Do lado das actividades mais relevantes, o valor da nova despesa totalizou 5.183.198 €, sendo destinadas essencialmente a assegurar o funcionamento do ensino pré-escolar e basico, isto engloba não só o fornecimento das refeições escolares, transportes bem como a contratação do pessoal necessário ao seu funcionamento .

Destacam-se as seguintes atividades:

- Programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar (Programa participado pela DREN). – 1.904.820 €;
- Programa de enriquecimento curricular – 1.334.257 €;
- Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.195.467 €;
- Serviço de apoio à família – 311.129 €;
- Serviço de transportes escolares – 262.253 €;
- Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audiovisual e comunicações com vista ao funcionamento da componente letiva do EB1 - 69.076 €;
- Programa de ação social escolar no EB1 – 68.970 €.

No âmbito da subfunção “Segurança e Ação Social” assinala-se à semelhança do ano transato um aumento dos valores registados, que em 2013 totalizam 1.129.649 €. Este facto é demonstrativo do esforço efetuado nos últimos anos de apoiar diretamente os munícipes ou instituições que tenham objetivos de natureza social e ou cultural. Pela natureza desses apoios, não se regista qualquer valor ao nível de PPI's.

Apresenta-se de seguida uma descrição dos principais apoios concedidos.

- Apoio à construção do Centro Social e Paroquial da Maia, a ser levada a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica, – 150.000 €;
- Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social - 126.563 €;
- GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local, 125.327 €;
- Apoio à Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" na obra de adaptação/transformação de suas instalações com vista a albergar um berçário e creche, 100.000 €;
- Apoio às obras de ampliação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, na Freguesia de Gueifães.- 100.000 €;

- Apoio às obras de beneficiação do adro da Igreja Paroquial da freguesia de S. Miguel de Barreiros, a serem levadas a efeito pela respetiva Comissão de Fabrica. 73.600 €;
- Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho – 60.000 €;
- Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) - 56.995 €;
- Atribuição de cabaz de natal a famílias carenciadas – 52.763 €;
- Apoio às obras de beneficiação e restauro da Igreja Paroquial de Gemunde. - 50.000 €;
- Apoio à beneficiação do centro de atividades ocupacional da APPACDM, na freguesia de S. Pedro de Avioso. 41.333 €.

A subfunção *Serviços Culturais também* registou um aumento de 1,1 %, fixando-se o seu valor em 2013 nos 2.525.325 €, o que representa 7,5 % das GOP's. Esta variação deve-se essencialmente ao aumento registado no lado das *Atividades Mais Relevantes*, uma vez que no PPI se verificou uma ligeira quebra da despesa tendo o seu valor final ficado nos 423.307 €. Para este aumento contribuíram os encargos decorrentes da dissolução da "Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M." que totalizaram 349.991 €.

Esta subfunção é claramente dominada pelos valores relacionados com as atividades desportivas, recreativas e de lazer tanto a nível de PPI como das *Atividades Mais Relevantes*.

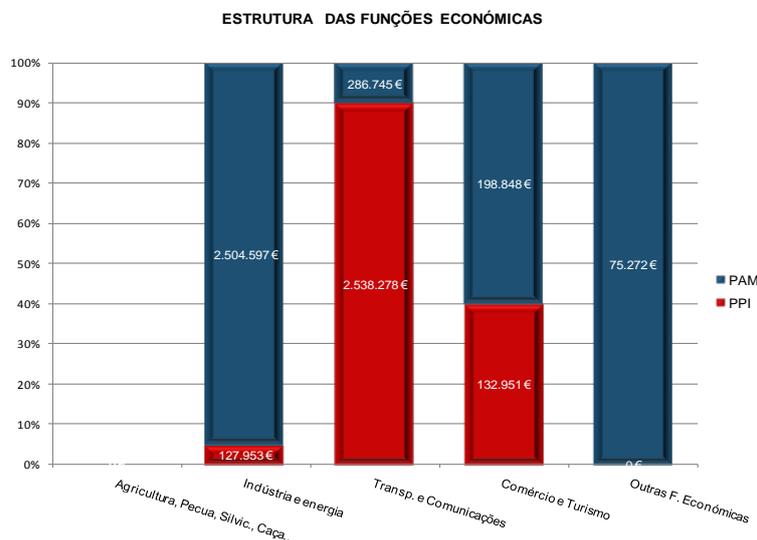
Nos valores registados ao nível do PPI, os quais já foram objeto de análise no capítulo do investimento global, a maioria reporta-se a investimento efetuado na áreas da construção e/ou beneficiação de instalações desportivas (investimento direto) e aquisição de equipamento desportivo (equipamento básico).

No que concerne às atividades mais relevantes destacam-se os seguintes valores despendidos, fazendo-se apenas referência que, ao contrário de anos anteriores, um grande número de eventos desportivos foram agregados num só plano de *Atividades Mais Relevante* denominado "Maia desporto para todos":

- Apoios a associações e coletividades com vista ao financiamento das suas atividades – 848.577 €;
- "Maia Desporto para Todos" - 693.804 €;
- Festival internacional de teatro cómico; "Teatro Cómico da Maia" - 130.612 €;
- Férias desportivas municipais – 115.243 €;
- Encargos com as inscrições de jovens praticantes de associações e coletividades da Maia - protocolo com as associações distritais – 69.859 €;
- Apoio à aquisição de viaturas por parte de associações ou coletividades desportivas – 52.334 €;
- Maia Cidade Europeia do Desporto - 48.048 €;
- Apoios a associações e coletividades culturais ou recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades – 30.858 €;

Funções Económicas

Gráfico 39

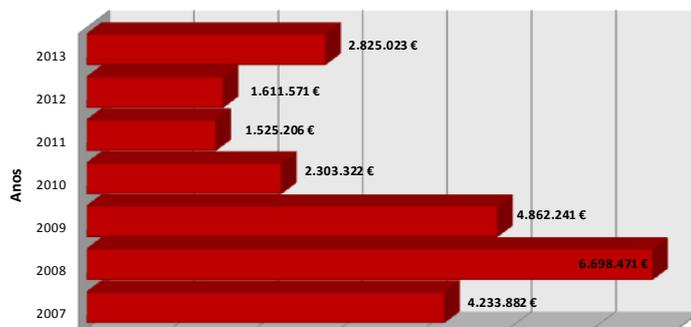


Os valores registados nas Funções Económicas são claramente dominados por duas subfunções. No lado do PPI temos os “Transportes e Comunicações”, que em 2013 totaliza 2.538.278 €, o que traduz um aumento superior a 50% face ao ano transato, e a “Indústria e Energia” no lado das *Atividades Mais Relevantes*, que com 2.504.597 € representa a sua maioria. Refira-se que nesta última rubrica o valor reporta-se única e exclusivamente à iluminação pública.

Na sub-rubrica “Transportes e Comunicações” estão englobados não só a construção, recuperação, beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, bem como a instalação de diversa sinalização com vista a regular o tráfego rodoviário e pedonal.

Gráfico 40

EVOLUÇÃO DA SUBFUNÇÃO TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES



Este âmbito de atuação municipal também assume especial relevância principalmente ao nível de investimento que em 2013 totalizou 2.538.278 €. A maior parte deste valor, 1.713.757 €, destinou-se essencialmente à construção, recuperação, beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação. Destaca-se a despesa com as intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas que atingiu um valor de 562.228 €.

A aquisição e instalação de diversa sinalização rodoviária e semaforização de vias tiveram em 2013, como faturação nova registada, 205.446 €, o que espelha um aumento considerável face a 2012 (31.642 €).

Em 2013 manteve-se o investimento com melhoramentos efetuados no aeródromo Vilar de Luz que totalizaram 36.698 €.

A reformulação do *Maia Welcome Center* ao nível de infraestrutura Tecnológica de Apoio à Rede de Lojas Interativas, iniciada em 2012, contribuiu para o aumento verificado na função *Comércio e Turismo*, essencialmente ao nível de investimento, que totalizou 132.951 € destinado na sua totalidade a este projeto. Ainda relacionado com este projeto mas com reflexo nas Atividades Mais Relevantes há a registar o valor de 22.043 €.

O *Programa Turismo Sénior*, com 117.424 €, e a *realização* da Feira de Artesanato, com 59.381 €, totalizam o remanescente da despesa efetuada nesta função.

A componente “*Outras Funções Económicas*”, que engloba as despesas que pela sua especificidade não são enquadráveis nas anteriores, e por isso possui variações irregulares, apenas registou um valor de nova despesa de 75.272 €, exclusivamente nas Atividades Mais Relevantes.

Aquele valor refere-se quase na sua totalidade ao subsídio de 65.818 € concedido para apoio à construção do edifício-sede da AEM - Associação Empresarial da Maia.

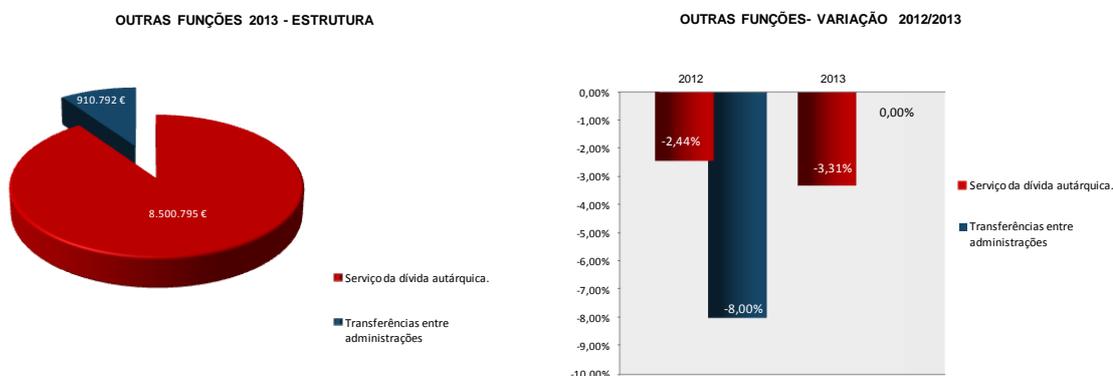
O diferencial reporta-se ao montante despendido com os serviços prestados no âmbito do protocolo celebrado com a DECO - 1º Trimestre/2013, 7.453 € e com a adesão do município da Maia à “Cooperzoo – Cooperativa Zoológica da Maia C.R.L”, 2.000 €.

Outras Funções

Neste item estão englobadas essencialmente o serviço de dívida autárquica e as transferências entre administrações, sendo que no exercício de 2013, nenhuma destas componentes teve movimentos associados ao Plano Plurianual de Investimentos, mas apenas e só ao Plano de Atividades Mais Relevante:

- O Serviço de Dívida Autárquica totalizou um valor 8.500.795 €, representando assim uma diminuição de cerca de (-) 3,31% face ao ano anterior.
- As transferências entre administrações, que apenas incluíram as transferências correntes para as juntas de freguesia, totalizaram 910.791 €, mantendo-se em níveis iguais aos do exercício anterior.

Gráfico 41



2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

A análise ao endividamento autárquico formalizada neste capítulo está alicerçada em duas áreas, que embora distintas são complementares: endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”.

Em matéria de **Endividamento - Stricto Sensu**, promove-se uma apreciação circunscrita à evolução do endividamento do município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios, e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes das peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente nos últimos anos.

Primeiro, é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Em matéria de **Endividamento - Lato Sensu**, desenvolve-se uma avaliação do endividamento líquido municipal, calculado com base no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95).

Atento este conceito, são incorporados no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último, avalia-se a posição do município face a esses limites.

Independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

A avaliação promovida neste âmbito acolhe a informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros, não fundam no período em referência efetivas obrigações.

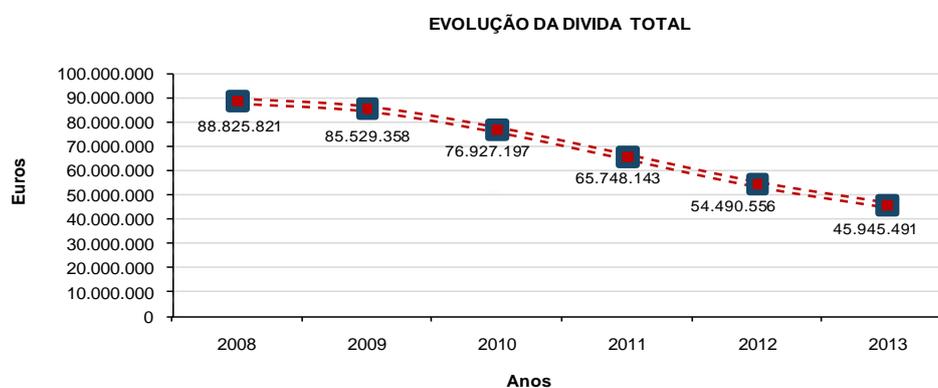
DÍVIDA TOTAL

Quadro 42

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						VARIÇÃO		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2012	2013/2008	2013/2006
Divida de Médio e Longo Prazo	62.187.638	67.909.742	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	-7.706.314	-25.006.669	-34.951.557
Divida de Curto Prazo	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	-838.751	-17.873.662	-31.433.845
Divida Total	88.825.821	85.529.358	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	-8.545.065	-42.880.330	-66.385.402
Taxa de Crescimento da Dívida	-12,1%	-3,7%	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-15,7%	-48,3%	-59,1%
Médio e longo prazo	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-17,2%	-40,2%	-48,5%
Curto prazo	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-8,7%	-67,1%	-78,2%

Un: Euros

Gráfico 42



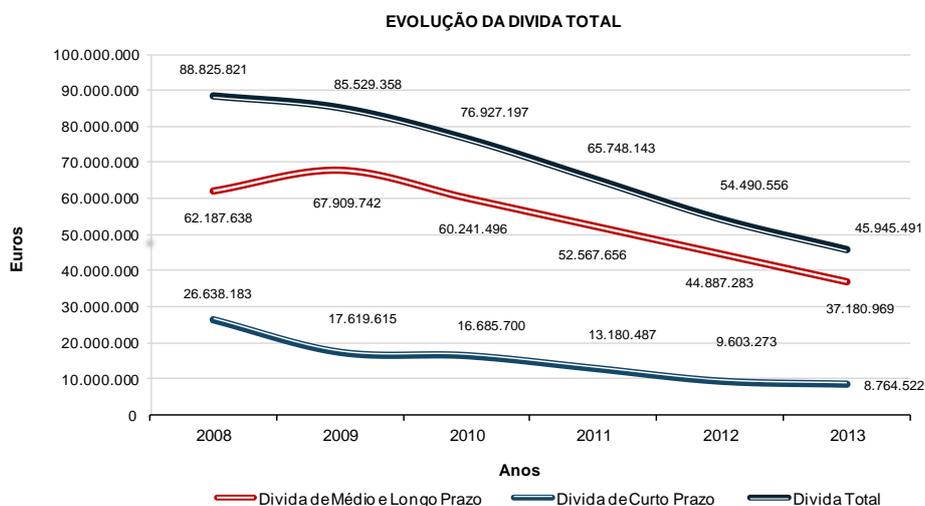
Numa avaliação global ao período compreendido entre 2008 e 2013, ressalta como principal conclusão a diminuição generalizada dos dois agrupamentos da dívida, curto e médio prazo, convergindo assim para uma redução sistemática e contínua do endividamento municipal, que está sustentado num ritmo de reduções anuais entre os oito e os onze milhões de euros, o que não é de todo despiciente do ponto de vista de gestão de tesouraria, atento o contexto de austeridade e de expressiva quebra de receita que tem caracterizado os últimos anos.

No final do exercício de 2013 permanece, assim, a tendência decrescente desde há muito iniciada, e a dívida do município ao totalizar 45.945.491 €, assinala, menos (-) 8.545.065 € que no ano anterior, o que denota um decréscimo de (-) 15,7%, sobretudo devido ao impacto da redução da sua componente de médio e longo prazo, que ao perfazer (-) 7.706.314 €, posiciona esta dívida nos 37.180.969 €.

Paralelamente, também a dívida de curto prazo, no valor de 8.764.522 €, surge, em relação ao ano transato, diminuída em (-) 838.751 €, isto é, (-) 8,7%.

Do exposto resulta que, ao longo dos últimos anos, a diminuição do passivo e o controlo do endividamento autárquico tem sido um dos objetivos prosseguidos pelo município, cuja concretização se tem pautado por demarcado e indubitável sucesso.

Gráfico 43



Efetivamente, em contexto de profunda crise económica, e sem ter recorrido ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o total da dívida municipal entre 2006 e 2013 sofreu uma significativa redução de (-) 59% (de 112.330.893 € para 45.945.491 €), o que demonstra que em devido tempo o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo, designadamente, um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, num cenário em que as exigências que se colocam à administração local assumem particular relevância.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

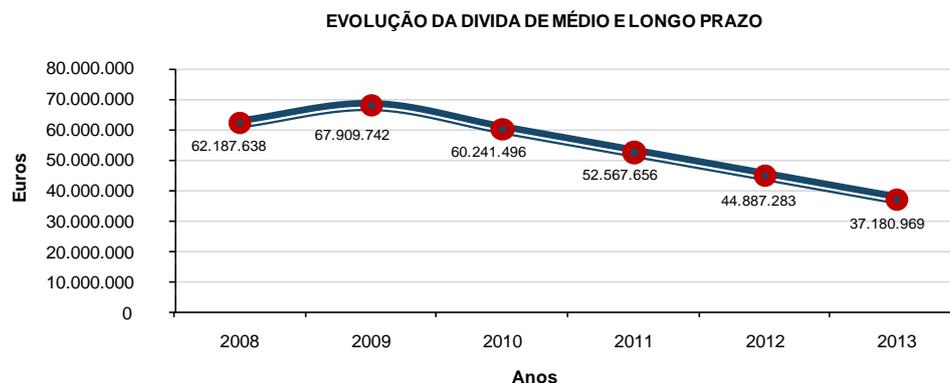
Em conformidade com o que se tem verificado nos últimos anos, no exercício de 2013 também não foi contraído qualquer novo empréstimo bancário, pelo que a apreciação formalizada neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos, consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

Quadro 43

	ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						VARIAÇÃO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2012/2013
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	60.443.050	66.376.618	58.919.838	51.457.464	43.988.556	36.493.707	-7.494.849
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	38.021.442	45.012.098	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.666	-6.307.608
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	22.054.677	19.269.150	16.483.623	13.698.097	10.912.570	8.127.044	-2.785.527
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	15.966.765	13.950.147	11.933.530	9.916.912	7.900.295	5.883.677	-2.016.618
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	11.792.801	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.945	-1.505.464
Banco Santander Totta	0	6.774.588	5.269.124	3.763.660	2.258.196	752.732	-1.505.464
Estado	0	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	0
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	22.421.608	21.364.520	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	-1.187.241
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	6.740.937	6.462.700	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.295.123	-300.642
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	4.483.371	4.241.906	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	-273.416
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	11.197.300	10.659.914	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	-613.183
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	-211.465
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	-211.465
Total da dívida de médio e longo prazo	62.187.639	67.909.741	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	-7.706.314
Taxa de crescimento	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	

Un: Euros

Gráfico 44



Também em matéria de endividamento autárquico de médio e longo prazo, independentemente da sua natureza, conclui-se que a ação desenvolvida pelo município tem sido profícua, uma vez que desde o ano 2009 que todos os empréstimos existentes apresentam saldos finais de exercício muito inferiores ao do *terminus* da anterior gerência, mantendo-se este princípio igualmente patente no exercício de 2013.

Com efeito, a dívida de médio e longo prazo do município no final de 2013 totaliza 37.180.969 €, menos (-) 7.706.314 € que no ano transato, o que representa um decréscimo de (-) 17,2 %, assegurando, assim, a tendência de diminuição encetada em 2009.

Este movimento de descida contínua da dívida deve-se à conjugação de dois fatores, à amortização dos diferentes empréstimos contraídos nos anos anteriores em cumprimento do serviço de dívida oportunamente negociado, e ao facto do município não ter contraído mais nenhum financiamento bancário, à exceção do exercício de 2009, consequência do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE),

É extensível uma conclusão análoga, efetuada que seja uma análise mais pormenorizada às diversas tipologias de empréstimos, uma vez que, consoante estes concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo, permanece a redução perceptível desde 2009, sendo visível que, ano após ano, os níveis dessa redução aumentam, bem como, o maior peso recai sobre os empréstimos que concorrem para o cálculo do limite de endividamento.

Atento o cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, no cômputo global da diminuição obtida, como tem sido recorrente, predomina o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de (-) 2.785.527 € no valor da dívida, logo seguido do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou um corte adicional de (-) 2.016.618 €.

Conflui também a amortização de (-) 1.505.464 € do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), decorrente na íntegra da parte imputável à instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado ainda se encontra em período de diferimento.

Quanto aos empréstimos que não relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD, ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER 1 e 2), cujo valor total ascendeu a (-) 886.599 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, estes responsáveis por uma redução de (-) 300.642 €.

As demais dívidas de médio e longo prazo, somente decorrentes da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, avocam no endividamento de médio e longo prazo uma redução de (-) 211.465 €.

Quanto aos limites à contração de empréstimos de médio e longo prazo, o necessário enquadramento legal do município é reportado no capítulo subsequente.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2008 e 2013.

Quadro 44

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	6.854.266	7.282.879	7.758.500	7.542.077	7.322.947	7.020.496
Amortizações	4.802.144	5.554.876	6.307.608	6.307.608	6.307.608	6.307.608
Juros	2.052.122	1.728.003	1.450.892	1.234.469	1.015.338	712.888
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	1.652.255	1.575.090	1.471.700	1.470.008	1.469.237	1.480.299
Amortizações	1008.108	1057.087	1149.173	1.154.766	1.161.299	1.187.241
Juros	644.147	518.003	322.527	315.242	307.938	293.058
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	303.465	260.515	223.316	226.765	224.251	217.596
Amortizações	211.465	211.465	211.465	211.465	211.465	211.465
Juros	92.000	49.050	11.851	15.299	12.786	6.131
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	8.809.986	9.118.484	9.453.516	9.238.850	9.016.434	8.718.391
Amortizações	6.021.717	6.823.428	7.668.246	7.673.840	7.680.373	7.706.314
Juros	2.788.269	2.295.056	1.785.270	1.565.010	1.336.062	1.012.077
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	-3,7%	3,5%	3,7%	-2,3%	-2,4%	-3,3%
Amortizações	-0,3%	13,3%	12,4%	0,1%	0,1%	0,3%
Juros	-10,3%	-17,7%	-22,2%	-12,3%	-14,6%	-24,2%
Juros / Receita Total Cobrada	3,6%	2,9%	2,6%	2,5%	2,2%	1,8%
Juros / Despesa Total Paga	3,8%	2,8%	2,5%	2,5%	2,4%	1,8%
Juros / Despesa de Capital Paga	10,4%	7,2%	6,5%	8,5%	8,4%	6,2%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	11,5%	11,6%	13,6%	14,6%	14,7%	15,5%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	12,0%	11,2%	13,5%	14,9%	16,0%	15,5%

Un: Euros

Durante o último triénio, são igualmente evidentes e frutíferos os resultados da ação desenvolvida pelo município em relação ao controlo do seu passivo de médio e longo prazo, consequência normal da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos contratados, principalmente dos que relevam para efeitos de cálculo da capacidade de endividamento, associada ao facto de a partir de 2009 não ter sido contratualizado mais nenhum financiamento externo.

Se até ao final de 2010 sobressai o acréscimo dos encargos decorrentes do serviço de dívida, sobretudo devido à componente das amortizações de capitais associadas aos dois empréstimos bancários de maior monta - Empréstimo Bancário de M.L.P contratado com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 €, e Empréstimo Bancário de M.L.P contratado com o Banco Português de Investimento, no montante de 20.000.000 € -, concluídos que foram os respetivos períodos de deferimento, a partir de 2011 inverte-se tal tendência, em resultado da significativa diminuição dos encargos financeiros, (-) 12,3%, face à redução do capital em dívida da generalidade dos empréstimos contratualizados, uma vez que as amortizações dos empréstimos PER aumentaram cerca de (+) 0,1%.

O agravamento evidenciado entre 2008 e 2010 prende-se sobremaneira com as amortizações de capital decorrentes da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 12.545.533 €, uma vez que a parte do financiamento correspondente à instituição de crédito não contemplava qualquer período de diferimento, havendo lugar a amortizações desde logo no exercício de 2009. Note-se porém que no âmbito deste financiamento, a parte concedida pelo Estado, no valor de 5.018.213 €, nos primeiros 5 anos - primeira metade do seu prazo - tem carência de capital e a taxa de juro é de 0%, não determinado assim, ainda, qualquer impacto no serviço de dívida municipal.

Gráfico 45

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE MLP 2006-2013



Quanto ao peso do serviço de dívida nas diferentes componentes do orçamento municipal, no período em análise são visíveis diferentes comportamentos. Se, por um lado, o peso dos juros em ambas as componentes da receita e despesa municipais tem vindo sempre a reduzir, orientação inversa apresenta o peso do serviço de dívida no total dessas variáveis, porquanto a partir de 2009 o seu peso aumenta, agravando-se particularmente nos dois últimos anos, sendo que em 2013 representa cerca de 15,5% do total da receita cobrada e da despesa paga.

É igualmente perceptível que no peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca 88% do seu valor global.

Regista-se ainda que, pese embora no exercício de 2013 o volume total do serviço de dívida tenha diminuído, atendendo à materialidade do montante das amortizações realizadas conjuntamente com a expressiva redução dos níveis de receita cobrada, o seu peso no total da receita municipal aumenta, o que impõe um significativo esforço em matéria de gestão de disponibilidades, não obstante o município ter vindo sempre a cumprir, de forma pontual e rigorosa, estas suas obrigações.

Apresenta-se no Quadro 45 uma descrição detalhada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em análise, bem como a respetiva previsão para o próximo exercício de 2014.

Quadro 45

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado em 2013			Previsto em 2014		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	2.785.527	45.551	3.201.078	2.785.527	299.394	3.084.921
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	2.016.618	297.337	2.313.954	2.016.618	216.750	2.233.368
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € - PREDE	1.505.464	35.002	1.540.466	752.732	6.991	759.723
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT), de 7.527.320,43 € - PREDE			0	501.821	39.831	541.652
Sub Total	6.307.608	747.890	7.055.498	6.056.697	562.966	6.619.664
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	300.642	221.100	521.741	305.754	208.997	514.751
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C.G.D - até 7.481.968,46 €	273.416	9.757	283.173	273.423	8.483	281.907
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C.G.D - até 2.107.411,44 €	613.183	27.200	640.383	616.543	22.105	638.647
Sub Total	1.187.241	258.056	1.445.297	1.195.720	239.585	1.435.305
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	6.131	217.596	211.465	1.980	213.445
Sub Total	211.465	6.131	217.596	211.465	1.980	213.445
TOTAL	7.706.314	1.012.077	8.718.391	7.463.883	804.531	8.268.414

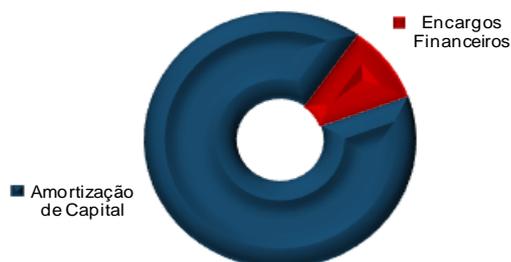
Un: Euros

Assim como em anos anteriores, também em 2013 são as amortizações que, dada a sua materialidade, predominam no cômputo global das despesas realizadas com o serviço de dívida, ao totalizarem 7.706.314 €, cerca de 88% do total do serviço de dívida, onde avultam as associadas aos empréstimos que relevam para efeitos do cálculo da capacidade de endividamento, perspetivando-se igual peso no próximo exercício. Em observância ao que se encontra contratualmente estabelecido, e apesar de ainda não terem sido integralmente saldadas nenhuma das dívidas de médio e longo prazo existentes, para o ano financeiro de 2014 estima-se uma redução do serviço de dívida municipal de (-) 449.977 €.

Para esta diminuição contribui, sobretudo, além da redução do montante de juros a liquidar em toda a tipologia de empréstimos, consequência natural da descida do capital em dívida dos empréstimos contratados, a redução do volume de amortizações imputável ao empréstimo bancário ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), em resultado da liquidação integral da dívida da parte correspondente à instituição de crédito, logo no final do primeiro semestre de 2014, não acompanhada por igual volume de amortizações na parte concedida pelo Estado, cujo período de amortização se inicia no final do exercício de 2014.

Gráfico 46

Previsão da Composição do serviço de dívida
Ano 2014



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

Com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, introduz-se o Quadro 46 com a síntese dos empréstimos existentes e respetivos valores dos capitais em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade.

Quadro 46

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	2013	
	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	29.717.086	79,93%
Empréstimos Bancários de MLP	29.241.289	78,65%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	13.724.968	36,91%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	5.34157	14,37%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	3.867.060	10,40%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	4.516.392	12,5%
Banco Santander Totta	0	0,00%
Estado	4.516.392	12,5%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	15.516.321	41,73%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.989.368	13,42%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.893.024	7,78%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.633.929	20,53%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	475.797	1,28%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	475.797	1,28%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	7.463.883	20,07%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.252.418	19,51%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	6.056.697	16,29%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	7,49%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	5,42%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.254.553	3,37%
Banco Santander Totta	752.732	2,02%
Estado	501.821	1,35%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	1.195.720	3,22%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	305.754	0,82%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	273.423	0,74%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	616.543	1,66%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,57%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,57%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	37.180.969	100,00%

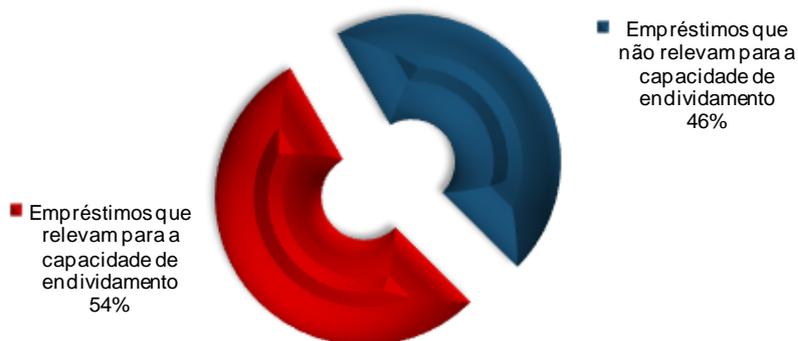
Un: Euros

À semelhança de anteriores gerências, apesar do decréscimo significativo do capital em dívida dos empréstimos que relevam para efeitos do cálculo do limite do endividamento, e a conseqüente redução do seu peso, permanece a sua preponderância ao absorverem cerca de 54% do cômputo geral

contratualizado. Os restantes 46% reportam-se aos empréstimos que foram consignados à construção da habitação social, e encontram-se na sua grande maioria indexados à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento.

Gráfico 47

**Relevância dos Empréstimos de MLP para efeitos de Capacidade de Endividamento
Ano 2013**



PREVISÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DO ANO DE 2014

Complementarmente, a título de informação adicional, insere-se ainda o Quadro 47, ilustrativo do posicionamento deste agrupamento da dívida no fim do exercício de 2014.

Quadro 47

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2014		
	Valor	Peso
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	29.241.289	98%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	13.724.968	46%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	5.341.517	18%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	3.867.060	13%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	4.516.392	15%
Banco Santander Totta	0	0%
Estado	4.516.392	15%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	15.516.321	52%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.989.368	17%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.893.024	10%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.633.929	26%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	475.797	2%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	475.797	2%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	29.717.086	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Uma breve nota preliminar sobre as implicações em matéria de gestão da dívida de curto prazo, decorrentes das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).

Efetivamente, mais uma vez a LOE para 2013, para além de continuar a impor limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo cada vez mais restritivos, mantém aplicável a norma que obriga à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, pelo que o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento assumem particular relevância no contexto global da gestão do endividamento autárquico. Note-se, porém, que o Município está posicionado fora das entidades com pagamentos em atraso desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações nesta matéria.

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 48.

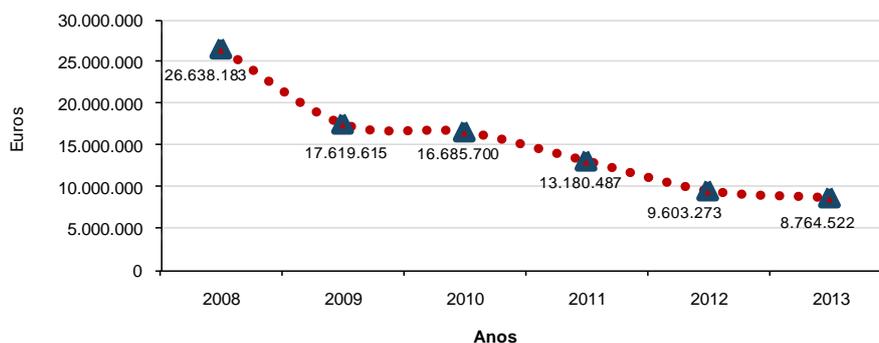
Quadro 48

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO						VARIÇÃO			
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2012	2013/2008	2013/2006	
	Valor			Valor			Peso			
Fornecedores c/c	3.735.283	1.787.016	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	5,8%	86.891	-3.228.045	-4.038.584
Fornecedores imobilizado	16.421.032	10.394.811	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	55,4%	4.184.166	-11.563.196	-27.780.542
Outros credores	6.481.868	5.437.788	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	38,8%	-5.109.808	-3.082.420	385.280
Estado	14.195	0	12.684	0	0	0	0,0%	0	-14.195	-10.570
Credores de transferências das autarquias	5.848.082	4.937.938	4.406.201	4.678.269	3.467.979	3.176.146	36,2%	-291833	-2.671936	727.341
Credores por Investimentos Financeiros	0	0	15.125	99.760	99.760	99.760	1%	0	99.760	-62.590
Credores Diversos	619.591	499.850	281233	577.977	4.941518	123.543	14%	-4.817.975	-496.048	-268.900
Total da Dívida de Curto Prazo	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	100,0%	-838.751	-17.873.662	-31.433.846
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%		-8,7%	-67,1%	-78,2%
Fornecedores c/c	-6,4%	-52,2%	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%		20,7%	-86,4%	-88,8%
Fornecedores imobilizado	-22,6%	-36,7%	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621%		621%	-70,4%	-85,1%
Outros credores	-14,9%	-16,1%	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%		-60,0%	-47,6%	12,8%

Un: Euros

Gráfico 48

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO



A análise comparativa da dívida de curto prazo durante o último sexénio permite concluir que a estratégia do município em matéria de controlo desta componente do endividamento autárquico foi claramente eficaz, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 67%, passando de 26.638.183 € em 2008, para 8.764.522 € em 2013.

Independentemente da sua natureza, fornecedores - conta corrente e imobilizado -, e outros credores, em regra, desde 2008 que se mantém a tendência de diminuição dos níveis da dívida de curto prazo, sendo que, se os patamares anuais de redução aumentam de forma significativa até 2011, atingido que foi o seu máximo na gerência de 2009, desde então são menos expressivos, o que é de todo compreensível, uma vez que os níveis da dívida das componentes mais importantes na atividade operacional do município, os seus fornecedores, excluídas que sejam as dívidas que estão a ser dirimidas em sede judicial, se encontram estabilizados.

Conclui-se de forma análoga na gerência em apreço, dado que a dívida de curto prazo, ao totalizar 8.764.522 €, reduz (-) 8,7%, face ao exercício de 2012.

Em termos de contributo de cada uma das suas componentes, e antes de qualquer análise detalhada ao seu comportamento, importa desde logo assinalar que no final da gerência de 2013, por força do trânsito em julgado do respetivo processo judicial, se procedeu definitivamente à conformação contabilística do débito relacionado com o Parque Urbano de Avioso, efetuando-se a transição do respetivo valor de “Credores Diversos” para “Fornecedores de imobilizado”, movimento este contrário ao que tinha sido feito no transato ano de 2012, pelo facto de não se encontrarem àquela data reunidas as condições formais que determinavam a exigibilidade da dívida.

Com efeito, só no final de 2013 ficaram reunidos os pressupostos que determinaram a exigibilidade daquele valor, designadamente o trânsito em julgado do processo, facto que exigiu o necessário reposicionamento do débito em “Fornecedores de Imobilizado”, tendo em vista o seu ulterior pagamento.

Pelas razões expostas, as oscilações registadas nas componentes de “Fornecedores de Imobilizado” e de “Credores Diversos”, negativa e positiva, respetivamente, são explicadas pela referida conformação contabilística, ficando assim prejudicada a comparabilidade das referidas rubricas relativamente ao exercício económico anterior, em benefício do rigor da informação financeira reportada, quer em 2012, quer em 2013, sem prejuízo porém da comparabilidade do total da dívida.

Conclua-se que, a inexistir tal conformação contabilística em 2013, o montante da dívida registada em “Credores Diversos” diminuiria, mas não tão expressivamente, ao fixar-se em (-) 5%. Por outro lado, o montante da dívida registada em “Fornecedores de Imobilizado” teria baixado substancialmente, em (-) 9%.

Já no que respeita à rubrica de “Fornecedores conta corrente”, nada obsta a que se estabeleça uma análise comparativa, anotando-se assim que o valor de 507.238 € apurado no final do exercício de 2013 traduz um agravamento de (+) 86.891 €, face ao ano anterior.

Todavia, regista-se que o mencionado valor de 507.238 € reporta-se a faturação emitida em datas próximas do final do ano 2013, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida. Pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado à cadência mensal de faturação do Município da Maia, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, que ronda os 27 dias.

Pelos mesmos argumentos atrás referenciados, fica igualmente desvirtuada uma análise comparativa em termos de preponderância de cada uma das rubricas no cômputo geral da dívida de curto prazo, assumindo-se a rubrica de fornecedores de imobilizado como a mais relevante na gerência de 2013, com um peso de 55,4%, fruto da materialidade do seu montante.

Quanto aos Credores de Transferências das Autarquias, o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.289 €, de participações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação de que também são devidas taxas de construção ao município, na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Relativamente ao valor contabilizado em Credores por Investimentos Financeiros, reitera-se a informação de anteriores relatos, designadamente, a existência de um valor subscrito e ainda não realizado, referente à participação do Município da Maia na Fundação do Desporto, na sequência da realização dos censos às fundações, em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro.

Permanece ainda como cobrança em atraso por parte do Estado, a condicionar o passivo de curto prazo, o montante de 871.104 €, dos quais, 319.886 € se referem ao “Acordo de Cooperação Pré Escolar – Componente Social”, atinente ao último trimestre de 2013, cujo valor se destina a cobrir despesas correntes de funcionamento do ensino pré-escolar, que pela sua natureza têm de ser pagas pelo município em devido tempo, e que prejudicam o igual cumprimento em outras áreas.

Em matéria de cumprimento do que está legalmente imposto quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, reitera-se que o município se posiciona fora das entidades com pagamentos em atraso desde meados de 2012, sem necessidade de ter recorrido ao Programa de Apoio à Economia Local, assim permanecendo até à presente data, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

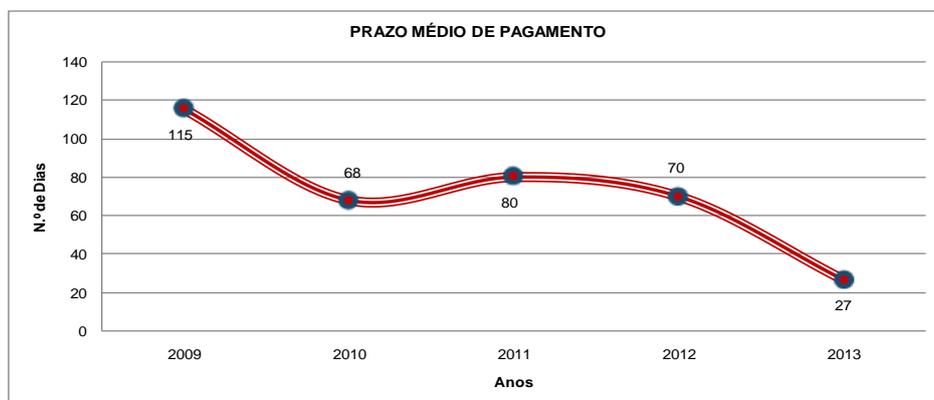
Apraz de igual modo registar a melhoria significativa do prazo médio de pagamento do município, que no final de 2013 ascende a 27 dias, como está bem patente no Gráfico 49.

Quadro 49

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF}{\sum_{i=1}^n A} \times 365$	129	115	68	80	70	27

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 49



ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu

Uma nota prévia sobre o jurídico aplicável em matéria de endividamento municipal no ano de 2013, por força do novo regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e que contém alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de constas individuais e consolidadas

Com efeito, se este novo regime financeiro que revoga a Lei n.º 2/2007, de 15 de fevereiro, introduz uma alteração substantiva no que toca à matéria do endividamento municipal e do perímetro da consolidação de contas, nomeadamente face ao disposto no seu artigo 54.º, que, por força da remissão da sua alínea e) ao n.º 4 do artigo 75.º, veio incluir, para efeitos de apuramento do endividamento municipal e da consolidação de contas, entidades participadas pelo município que até então não relevavam para esse efeito, quanto ao exercício de 2013, tal norma não lhe é aplicável, atenta a data da sua entrada em vigor, 1 de janeiro de 2014.

Clarificada a lei das finanças locais habilitante para o exercício em análise, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e uma vez observadas as disposições lá constantes, sobressai em matéria de endividamento autárquico um capítulo próprio onde se relevam um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, nomeadamente a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico legalmente aplicável, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- Impondo um limite de endividamento de líquido, correspondente ao *stock* de 125% de um conjunto de recursos próprios (receitas provenientes dos impostos municipais, das participações

do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e das participações do sector empresarial local

- Limitando a contração de empréstimos a 100% do valor daqueles recursos.

Prevê ainda o n.º 3 do seu artigo 5.º que a Lei do Orçamento de Estado pode definir limites máximos ao endividamento municipal diferentes, com o objetivo de assegurar a coordenação efetiva entre as finanças do Estado e as finanças das Autarquias Locais.

Impõe-se, assim, no âmbito da apreciação formalizada, contextualizar o efeito das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado (LOE), pois só deste modo é possível proceder a uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que se reitera a necessidade de se proceder com grande prudência a qualquer avaliação comparativa.

Considerando as imposições da LOE para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro), mantém-se, deste modo, para a gerência em apreço, a alteração dos limites previstos na Lei das Finanças Locais, determinando, mais uma vez, valores muito inferiores aos limites que a redação inicial desta impunha, ao estipular no seu artigo 98º que:

- O limite de endividamento líquido de cada município para 2013, terá de assegurar uma variação global nula do endividamento líquido no seu conjunto.
- Quanto ao limite de endividamento bancário de médio e longo para 2013, é imposto que a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, assegurado que seja o cumprimento do limite de endividamento líquido.

LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Face ao enquadramento legal, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal no exercício de 2013, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento fixados na Lei das Finanças Locais, a que se acrescem os limites de endividamento introduzidos em sede da LOE 2013 para a gerência em análise, ainda mais restritivos: Endividamento Líquido e o de Celebração de Novos Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

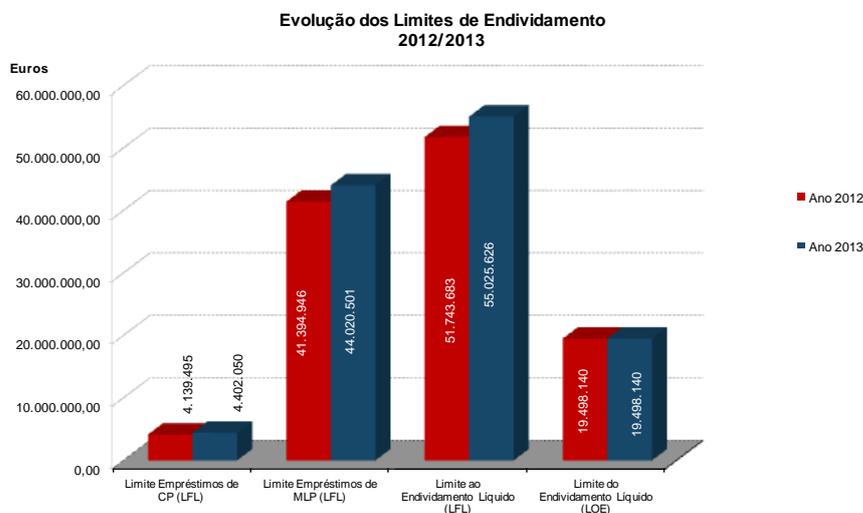
Quadro 50

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
ANO 2013		
Designação	Montante (Euros)	Observações
LIMITES IMPOSTOS NA VERSÃO ORIGINAL DA LFL		
Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento		
(1) IMI 2012	20.945.767	
(2) IMT 2012	4.557.612	
(3) IUC 2012	2.722.852	Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2012
(4) CA 2012	17.492	
(5) SISA 2012	17.716	
(6) Derrama 2012	5.604.062	
(7) SEL 2012	0	
(8) FEF+RS OE 2013	10.154.999	
(9) Total de receitas a considerar	44.020.501	(9)=somatório de (1) a (8)
(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	4.402.050	(10)=10%x(9)
(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	44.020.501	(11)=100% x (9)
(12) Limite ao Endividamento Líquido (LFL)	55.025.626	(12)=125%x(9)
LIMITES ADICIONAIS IMPOSTOS PELA LOE		
(13) n.º 1 do Artigo 98.º LOE2013 - LIMITE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	19.498.140	(Referencia a 31 de Dezembro de 2011)(*)
(14) n.º 3 do Artigo 98.º LOE2013 "a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município"	1.369.889	publicitado pela DGAL

Un: Euros

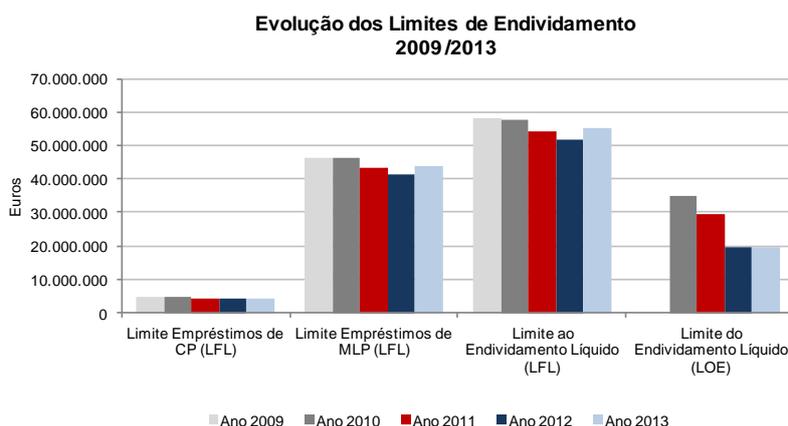
Os limites máximos acima identificados nos pontos (10), (11) e (12) foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais (LFL) e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, sendo evidente e notória a redução significativa do limite de endividamento líquido para a gerência em análise em consequência das alterações introduzidas pela LOE 2013, que o posiciona em menos de metade daquele que decorre da versão singela da LFL.

Gráfico 50



O Gráfico 51 espelha bem a tendência fortemente restritiva imposta pela LOE desde 2009 em termos da evolução dos limites ao endividamento líquido, sendo notória a diferença na sua cadência comparando com a que resultaria do espírito da Lei das Finanças Locais.

Gráfico 51



ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Analisado o enquadramento do endividamento na Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto de 2012, que revogou as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro) os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

Realizado este enquadramento prévio, regista-se que o cumprimento da regra do equilíbrio pode ser aferida numa ótica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

Nos Quadros 51 e 52 encontram-se identificadas as entidades participadas pelo Município da Maia, para efeitos de apuramento do endividamento municipal.

Quadro 51

Entidades Societárias Participadas							
2013							
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício			
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidador, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	310.364	23.700	2013	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M. (4)	Fórum da Maia Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	-210.399	-117.779	2013	Entidade que se encontra em processo de dissolução (liquidação)
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	2.000.000,00	100%	2.738.871	145.587	2013	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	8.072.372	56.751	2013	-
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,7%	29.314.828	2.280.683	2013	-
Águas do Noroeste, S.A.	Lugar de Gaido, Barcelos, 4755-045 Arealas de Vilar	1.380.000,00	2,10%	55.410.141	96.824	2013	-
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL (5)	Parque Zoológico da Maia, Rua da Estação S/N.º 4470-184 Maia	2.000,00	13,33%	-8.855	-23.855	2013	Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Lda
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.280.899	-1259.227	2013	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	822.655	-81.665	2013	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	5%	368.465	-1.172.867	2013	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (3)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	172.939.000	19.909.000	2013	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	200.947	-2.905	2013	-
Metro do Porto, S.A. (2)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-1788.576.730	-47.617.879	2013	-
Hospital do Lidador S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2013 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município.

(4) Foi encetado o processo de dissolução (liquidação), a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, com aprovação dos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de dezembro 2012 respetivamente.

(5) Considerando a forma jurídica da entidade, para efeitos de apuramento do endividamento é enquadrável no Capítulo V da Lei 50/2012, de 31 de Agosto

Quadro 52

OUTRAS PARTICIPAÇÕES (Capítulo V Lei 50/2012 de 31 Agosto)	
ANO DE 2013	
Identificação	Forma jurídica
Associação Nacional de Municípios	Associação de direito privado
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	Associação de direito privado sem fins lucrativos
Associação "AdePorto" - Agência de Energia do Porto	Associação de direito privado sem fins lucrativos
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	Associação sem fins lucrativos com utilidade pública
Fundação do Conservatório de Música da Maia	Fundação direito privado sem fins lucrativos
Fundação da Juventude	Fundação direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública
Fundação do Desporto	Fundação direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública

Do total das entidades participadas pelo município identificados, para além dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, da Lipor e da Área Metropolitana, de acordo com este conceito, no final do ano eram suscetíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento do município, dezoito entidades:

- Onze empresas de natureza empresarial;
- Sete entidades em que o município detém “Outras Participações” nos termos previstos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Quanto à participação na Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, que pela primeira vez integra a estrutura das participações financeiras do município, importa assinalar que não obstante constar como entidade societária no Quadro 51, para efeitos de apuramento do endividamento é enquadrável no Capítulo V da Lei 50/2012, de 31 de Agosto.

Caracterizado o universo de entidades participadas pelo município, e uma vez que apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as que não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades seguidamente identificadas no Quadro 53.

Note-se porém que não foi possível avaliar o contributo de todas as entidades participadas, designadamente da Associação Nacional de Municípios, Maianova, Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto e Fundação da Juventude, dada a ausência de reporte de informação não obstante os reiterados pedidos formulados pelo Município nesse sentido, todavia regista-se que por força da pouca materialidade de tais participações do município e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

Quadro 53

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2013	
Identificação	%
Natureza Empresarial	
Academia das Artes	100,00%
Tecmaia	51,00%
Municipia	4,64%
Net	0,23%
Primus	0,06%
Hospital Lidador	10,00%
Outras Participações em Entidades *	
Fundação de Conservatório de Música da Maia	100,00%
Fundação do Desporto	0,04%
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%

Un: %

*Quanto às demais entidades desta natureza regista-se que não foi possível avaliar o cumprimento desta regra por ausência de reporte de informação

Em relação à empresa municipal Academia das Artes, cujo processo de dissolução, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, foi aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de Dezembro respetivamente, assinala-se que ainda permanece registada

patrimonialmente a sua participação, uma vez que não está integralmente concluído este processo de dissolução e a sua consequente extinção, de forma a legitimar tal atualização em termos de registo comercial.

Igualmente se regista que em reunião do órgão executivo realizado no dia 17 de Janeiro de 2013, a câmara municipal tomou conhecimento que foi deliberada a insolvência da empresa Hospital Lidador, em reunião de assembleia geral da sociedade ocorrida no dia 14 desse mesmo mês, todavia mantém-se registada patrimonialmente a sua participação, uma vez que não está integralmente concluído este processo.

LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Limite dos Empréstimos de Curto Prazo

Nos termos das disposições constantes Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O montante máximo anteriormente referido para a gerência de 2013, espelhado no Quadro 50, fixou-se em 4.402.050 €. De igual modo se regista que durante o corrente exercício económico o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final do ano cumpria integralmente o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Quanto ao montante de empréstimos desta natureza que não foi amortizado até ao final do exercício, anota-se no Quadro 54 a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

Quadro 54

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2013	
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro	
Identificação	Valor Imputável
Tecmaia (51%)	115.426
Municipia*	11.368
Net	451

Un: Euros

Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Em matéria de *stock* da dívida de empréstimos de médio e longo, a lei das finanças locais igualmente contempla a possibilidade dos municípios recorrerem a esta tipologia de crédito bancário para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhado em quadro próprio e que é um denominador comum de qualquer um dos limites, fruto da imposição dos 125% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2013 a quantia de 44.020.501 €.

Note-se porém, como se mencionou, que por força das alterações introduzidas em sede de LOE para 2013, designadamente o n.º 3 do seu artigo 98.º, para o ano em apreço a “celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município”, sem prejuízo do disposto no artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, com as sucessivas alterações introduzidas em sede de LOE.

Em resultado do valor do rateio, e uma vez que o município já dispõe de capacidade de endividamento de médio e longo prazo, foi-lhe comunicado como limite desta natureza o montante 1.369.889 €.

Tal possibilidade de contratualização é *per si* muito restritiva, dado que esta operação de crédito só pode ocorrer se não originar um aumento do endividamento líquido do município, cujo limite para o exercício de 2013 se mantém em 19.498.140 €, valor idêntico ao apurado em 31/12/2011.

Em termos de apuramento do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que são de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

No âmbito do regime excecionado, e de acordo com a metodologia adotada pela Direção Geral das Autarquias Locais, foram excluídos os seguintes débitos:

- No caso do município foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento, no valor dos 16.712.041 €;
- No caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projetos cofinanciados excecionados na parte proporcional à participação da autarquia, no valor de 8.740.318 €.

Desta forma, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se o Quadro 55 ilustrativo da contribuição individual de cada uma das entidades que apresentam desequilíbrio de contas para o nível do endividamento bancário de MLP, bem como as respetivas contribuições dos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios que no presente exercícios são nulas.

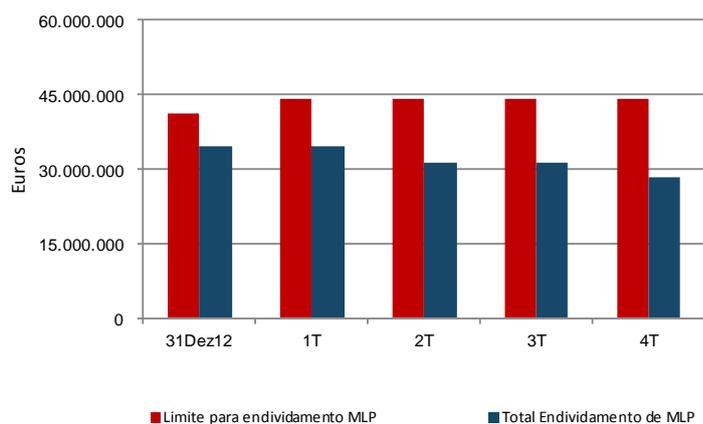
Quadro 55

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
A no 2013	
Identificação	Capital em Dívida a 31/12/2013
Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)	28.080.076
CÂMARA MUNICIPAL	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	8.127.044
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €	5.883.677
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	5.770.945
Banco Santander Totta	752.732
Estado	5.018.213
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Academia das Artes	0
Tecmaia	8.298.410
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Municipia	0
Net	0
Primus	0
Hospital Lidador	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS	
LIPOR	0
AMP	0
OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES	
Fundação de Conservatório de Música	0
Fundação do Desporto	0
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	0
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2013 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)	177.245
CÂMARA MUNICIPAL	
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Academia das Artes	0
Tecmaia	115.426
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Municipia	11.368
Net	451
Primus	0
Hospital Lidador	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS	
LIPOR	0
AMP	0
OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES	
Fundação de Conservatório de Música	50.000
Fundação do Desporto	0
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	0
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DE MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE A 31/12/2013 (3)=(1)+(2)	28.257.321
LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2013 (4)	44.020.501
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-(3)	-15.763.180
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP	64%
Un: Euros	
VALOR DO RATEIO	1.369.889

Da observação dos dados obtidos conclui-se que no final da gerência de 2013 o endividamento de médio e longo prazo do município totaliza 28.257.321 € o que o posiciona abaixo do limite legalmente imposto em (-) 15.763.180 €, apesar do contributo negativo do sector empresarial local e das fortes restrições da LOE, consolidando assim o seu posicionamento positivo em matéria de contribuição para o *deficit* público, em todos os trimestres do ano em curso.

Gráfico 52

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MLP



Assim, na inexistência da limitação de celebração de novos contratos ao valor do rateio, 1.369.889 €, imposta por força da consolidação orçamental das finanças públicas, o município ao ter uma taxa de utilização de cerca de 64% da sua capacidade de endividamento, estaria ainda habilitado a contrair empréstimos de médio e longo prazo no valor de (-) 15.763.179,61 €.

Com igual influência de anteriores gerências, o maior impacto na redução do endividamento de médio e longo prazo decorre das amortizações realizadas por conta dos empréstimos bancários contratualizados pela Câmara Municipal da Maia, a que apenas acresce o contributo proveniente da empresa TECMAIA, que é muito pouco expressivo.

Do agregado das sociedades de natureza empresarial que tem impacto no endividamento municipal, continua a sobressair, em resultado da sua materialidade, a contribuição negativa proveniente da empresa TECMAIA, ao influenciar o endividamento bancário de médio e longo prazo do município no montante de 8.413.836 € não obstante a ligeira redução apresentada.

Nos gráficos seguintes é facilmente visível o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo, assim como o respetivo contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 53

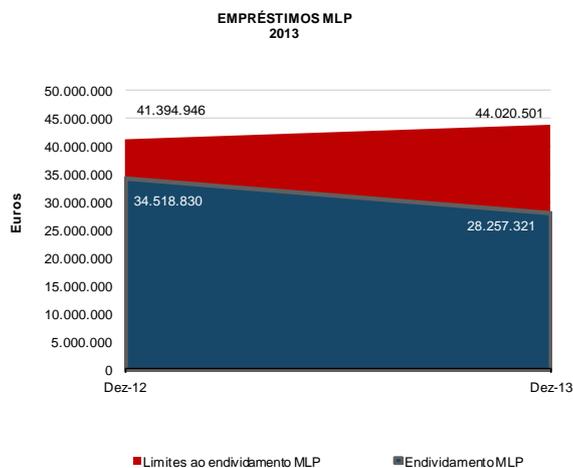
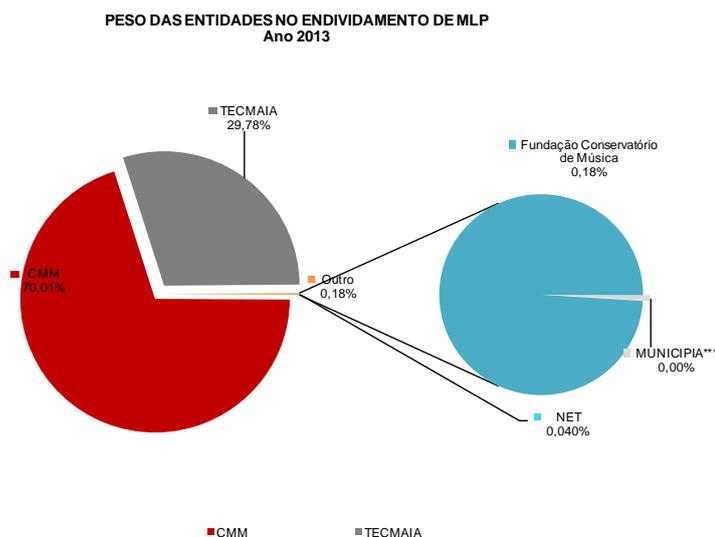


Gráfico 54



LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

A avaliação do endividamento líquido municipal seguidamente desenvolvida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer as não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Em resultado da apreciação das contas das entidades de natureza empresarial, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, reproduz-se no Quadro 56 a contribuição individual de cada uma delas para o nível do endividamento líquido à data de fecho de contas, bem como as contribuições dos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios.

Quadro 56

CONTRIBUIÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
A no 2013	
Identificação	Impacto
Entidades de Natureza Empresarial que violam a regra de equilíbrio (1)	10.720.315
Academia das Artes	170.233
Tecmaia (51%)	10.428.290
Município	0
Net	0
Primus	0
Hospital Lidador	121.791
Serviços Municipalizados (2)	-8.401.109
Lipor (3)	871.266
Área Metropolitana Porto (4)	-402.687
Outras Participações em Entidades (5)	120.208
Fundação do Conservatório de Música (5)	118.911
Fundação do Desporto	0
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	1297
Câmara Municipal (6)	4.162.688
Créditos sobre o SEL que não viola a regra do equilíbrio (7)	163.281
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO = (1) a (7)	7.233.962
LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - APURAMENTO 31/12/2011	19.498.140
POSICIONAMENTO FACE AO LIMITE	-12.264.178

Un: Euros

Em relação ao posicionamento da Município, Net, Primus e Fundação do Desporto permanecem os argumentos aludidos em relatos anteriores, nomeadamente que, apesar de evidenciarem contas desequilibradas, apresentam mais ativos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido, o que determina um endividamento líquido negativo, que todavia, por força das disposições legais constantes da LOE, não converge para o apuramento do endividamento líquido municipal. Tal disposição não é contudo aplicável em matéria de empréstimos de médio e longo prazo.

Quanto às sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas, continua a destacar-se do ponto de vista de impacto no endividamento líquido, por força da sua materialidade, a contribuição negativa da empresa TECMAIA com 10.428.290 € que mais uma vez aparece agravada com (+) 3,8%, bem como da LIPOR com 871.266 €, apesar de ser bastante inferior à da gerência transata face aos (-) 27,3%.

A contribuir positivamente para este limite, surgem os Serviços Municipalizados e a Área Metropolitana do Porto (AMP) com (-) 8.401.109 € e (-) 402.687 €, respetivamente, refletindo uma melhoria no seu posicionamento do endividamento líquido.

Em matéria de regime excecionado, quanto ao endividamento líquido municipal foi ainda excluído o valor de 19.437.356 € em dívida à EDP espelhado no balanço dos SMAS

Relativamente ao contributo adveniente dos créditos do município sobre as entidades participadas, destacam-se os existentes sobre a Lipor no montante de 2.957.998 € e a Portgás com 157.944 €, assumindo os restantes desacetos valores meramente residuais, que resultam da circularização de saldos das contas correntes.

A leitura dos dados apresentados, cuja informação se encontra sistematizada no Quadro 57 introduzido na parte final deste capítulo, permite concluir que em conformidade com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local e das restrições impostas pela LOE, no final do exercício de 2013 o município apresenta um endividamento líquido de 7.233.962 € para um limite de 19.498.140 €, posicionando-se assim, significativamente abaixo do limite legalmente imposto, com (-) 12.264.178 €, como bem ilustram os gráficos seguintes.

Gráfico 55

EVOLUÇÃO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

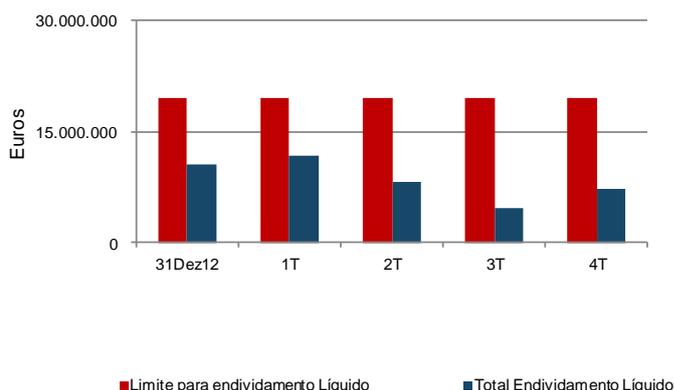
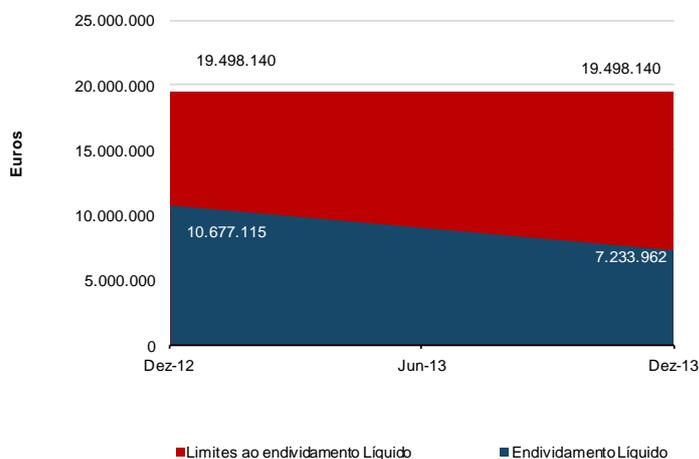


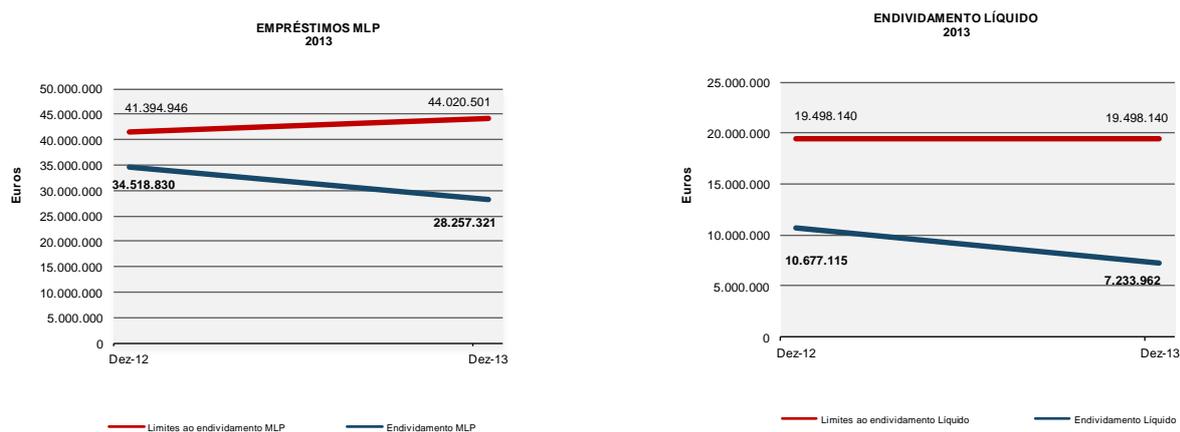
Gráfico 56

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 2013



De seguida, inclui-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 31 de dezembro de 2013, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais, bem como a respetiva ilustração gráfica desse posicionamento.

Gráfico 57
Evolução do Endividamento Municipal



Para finalizar, uma breve e merecida palavra aos resultados obtidos que permitem concluir que também neste âmbito permanece a tendência de redução dos níveis de endividamento municipal, líquido e de médio e longo prazo, comprovando-se que ação do município tem sido inequivocamente profícua em termos de consolidação do seu *deficit* público.

Quadro 57

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENVIDAMENTO MUNICIPAL																				
Ano 2013																				
	SECTOR EM PRESARIAL LOCAL								MUNICÍPIA	NET	PRIMUS	PORTGÁS	HOSPITAL LIDADOR ***	LIPOR	AMP	FUNDAÇÃO CONS. M USICA	FUNDAÇÃO DESPORTO	ADEPORTO	COOPERZOO	TOTAL
	CMM	SMAS	EM EM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	MAIAMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	TECMAIA, SA													
Total do endividamento																				
(1) Endividamento Líquido*	71898.178	26.346.289	0	170.233	0	0	11.468.398	0	0	0	0	121791	15.550.946	-402.687	118.911	0	0	1297	125.273.357	
(2) Empréstimos de MLP*	36.493.707	0	0	0	0	0	8.413.836	11.368	451	0	0	0	8.740.318	0	50.000	0	0	0	53.709.680	
Exceções ao endividamento**	67.735.490	34.747.398	-49	0	-5.288	0	10.40.108	0	0	0	-157.944	0	14.679.680	0	0	0	0	0	118.039.395	
(3) Subsídios ao Investimento	51023.449	15.342.083	0	0	0	0	1038.706	0	0	0	0	0	8.897.361	0	0	0	0	0	76.301.599	
(4) Desacertos Créditos s/ SEL/ Créditos S/CMM	0	-32.041	-49,8	0	-5.288	0	1402	0	0	0	-157.944	0	-2.957.998	0	0	0	0	0	-3.151.919	
(5) Dívidas à EDP	0	19.437.356	0	.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.437.356	
(6) Empréstimos de MLP* excepcionados	16.712.041	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.740.318	0	0	0	0	0	25.452.359	
Endividamento a considerar																				
(7) Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	4.162.688	-8.401.109	49,18	170.233	5.288	0	10.428.290	0	0	0	157.944	121.791	871.266	-402.687	118.911	0	0	1.297	7.233.962	
(8) Empréstimos de MLP = (2)-(6)	19.781.666	0	0	0	0	0	8.413.836	11.368	451	0	0	0	0	0	50.000	0	0	0	28.257.321	
Verificação do cumprimento dos limites a 2013/12/31																				
Limites																				
(9) Limite do Endividamento Líquido - Art.º 98º LOE2013											19.498.139,91								19.498.140	
(10) Empréstimos de MLP											100,00%								44.020.500,63	
Montante em excesso																				
Endividamento Líquido = (7)-(9)																			-12.264.178	
Taxa de utilização de EL																			37%	
Empréstimos de MLP = (8)-(10)																			-15.763.180	
Taxa de utilização de EM LP																			64%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																			22.486.376	
Taxa de utilização de EM LP excluindo PREDE																			51%	
Endividamento à data de 31/12/2012																				
Endividamento Líquido																			10.677.115	
Taxa de utilização de EL																			55%	
Empréstimos de MLP																			34.518.830	
Taxa de utilização de EM LP																			83%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																			27.242.421	
Taxa de utilização de EM LP excluindo PREDE																			66%	
Variação do Endividamento entre 2012 e 2013																				
Endividamento Líquido												Taxa							Valor	
Empréstimos de MLP												-32,25%							-3.443.153	
												-18,14%							-6.261.509	

Un: Euros

*A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

** Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.

*** Os dados referentes ao Hospital Lidador são os constantes do reporte provisório apresentado em 31/12/2009.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

O Balanço agrega, num conjunto de rubricas, os bens, os direitos e as obrigações da autarquia, auxiliando na comparação dos elementos financeiros dos períodos de 2012 e de 2013, seguidamente evidenciados em valores líquidos, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

Quadro 58

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2013		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	426.136.650	100,00%	441.311.549	100,00%	-15.174.899	-3,44%
Imobilizado	409.418.402	96,08%	423.191.278	95,89%	-13.772.876	-3,25%
Circulante						
Existências	415.770	0,10%	450.338	0,10%	-34.568	-7,68%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2.840.460	0,67%	5.353.565	1,21%	-2.513.105	-46,94%
Disponibilidades	10.715.374	2,51%	10.969.538	2,49%	-254.164	-2,32%
Acréscimos e Diferimentos	2.746.645	0,64%	1.346.831	0,31%	1.399.814	103,93%
Passivo	122.688.109	100,00%	130.215.923	100,00%	-7.527.814	-5,78%
Provisões para riscos e encargos	4.670.054	3,81%	3.396.660	2,61%	1.273.394	37,49%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	29.717.086	24,22%	37.181.891	28,55%	-7.464.805	-20,08%
Curto Prazo	20.304.318	16,55%	215.8630	16,53%	-1214.313	-5,64%
Acréscimos e Diferimentos	67.996.651	55,42%	68.118.741	52,31%	-122.090	-0,18%
Fundos Próprios	303.448.541	100,00%	311.095.627	100,00%	-7.647.085	-2,46%
Património	302.863.662	99,81%	302.859.042	97,35%	4.620	0,00%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-3.087.490	-1,02%	-2.612.617	-0,84%	-474.873	18,18%
Reservas	18.170.494	5,99%	17.924.137	5,76%	246.357	1,37%
Resultados Transitados	-7.074.935	-2,33%	-6.694.002	-2,15%	-380.934	5,69%
Resultado Líquido do Exercício	-7.423.189	-2,45%	-380.934	-0,12%	-7.042.255	1848,68%

Un.: Euros

Da análise ao Balanço do Município à data de 31 de Dezembro de 2013 extrai-se que o Ativo Líquido Total atingiu o montante de 426.136.650 €, ao qual corresponde, em termos brutos, a quantia de 635.077.408 €, tendo decrescido face ao período homólogo (-) 15.174.899 €, variação esta essencialmente procedente da componente de imobilizado, seguindo-se a das dívidas de terceiros – curto prazo.

No que concerne ao Passivo e aos Fundos Próprios, estes atingiram no final de 2013 os montantes de 122.688.109 € e de 303.448.541 €, respetivamente, comprovando ambos uma diminuição face ao transato, que em termos relativos é mais significativa ao nível das dívidas a terceiros.

Remete-se de seguida para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

ATIVO

Imobilizado

No seguimento dos exercícios anteriores, é patente a preponderância do Imobilizado na estrutura do Ativo Líquido, com uma representatividade de 96,08%, oscilando em relação ao ano anterior em (-) 3,25 %, equivalente a (-) 13.772.876 €, com reflexo na generalidade das rubricas que o constituem, com exceção das imobilizações corpóreas, porém com mais relevância no que se refere aos Bens de Domínio Público.

Inserir-se de seguida quadro e gráficos, ilustrativos da variação de cada uma das componentes que integram o ativo líquido imobilizado em 2013, comparativamente ao ano anterior, bem como da sua estrutura.

Quadro 59

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2013/2012						
Rubricas	2013		2012		Variação %	Variação Absoluta
		%		%		
Bens de Domínio Público	104.859.821	25,61%	118.371.555	27,97%	- 11,41%	- 13.511.734
Imobilizações Incorpóreas	726.631	0,18%	993.719	0,23%	-26,88%	- 267.088
Imobilizações Corpóreas	280.683.984	68,56%	276.479.576	65,33%	1,52%	4.204.408
Investimentos Financeiros	23.147.966	5,65%	27.346.428	6,46%	- 15,35%	- 4.198.462
TOTAL	409.418.402		423.191.278		- 3,25%	- 13.772.876

Un.: Euros

Gráfico 58

Ativo Líquido Imobilizado - Variação 2013/2012

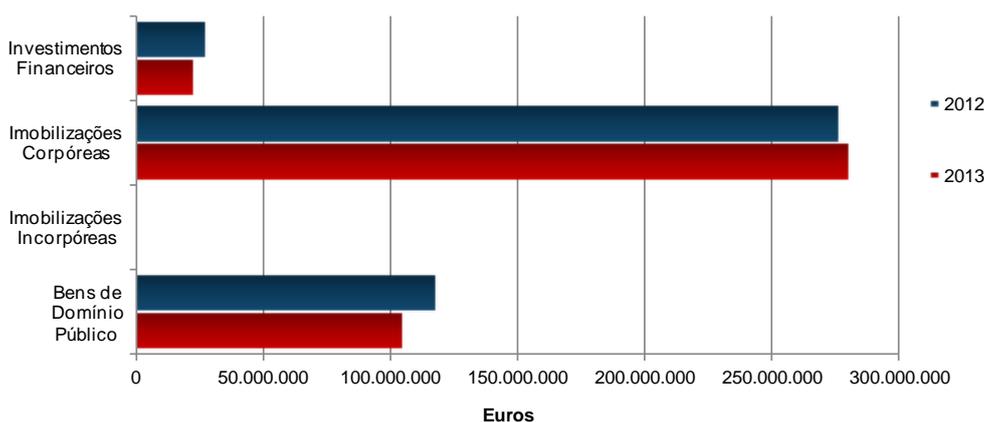
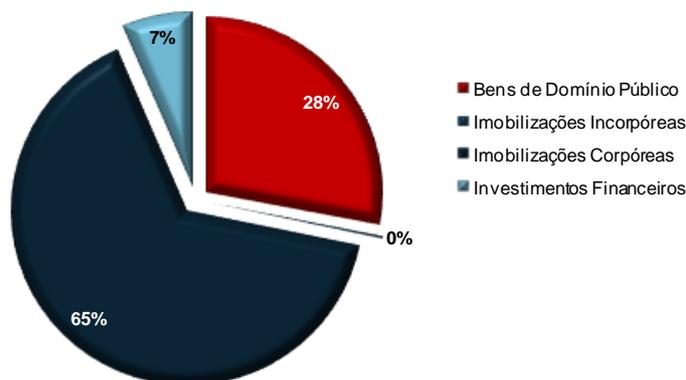


Gráfico 59

Estrutura do Activo Líquido do Imobilizado 2013



As Imobilizações Corpóreas, com uma representatividade de 68,56%, continuam a ser o agrupamento com maior relevância financeira no cômputo geral do ativo líquido imobilizado, cujo valor, em termos brutos, aumentou 12.787.069 € em 2013, face ao ano precedente. Em termos líquidos, este impacto

crescente foi grandemente atenuado pelas amortizações do exercício, resultando ainda assim numa variação positiva de 4.204.408 €.

Assim, a diferença verificada traduz o investimento efetuado em 2013, destacando-se os terrenos que vieram à posse do Município na sequência da dação em cumprimento formalizada pela Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., no valor de 3.624.793 €.

Os Bens de Domínio Público apresentam uma variação negativa no montante de (-) 13.511.734 €, para a qual contribuiu, por um lado, a passagem de imobilizado em curso para imobilizado firme do investimento referente ao Parque Urbano de Avioso, reclassificado como Imobilizações Corpóreas, e, por outro lado, as amortizações, que tiveram no ano em análise um incremento no valor de 9.089.504 €, continuando a superar o investimento público efetuado, que em 2013 ascendeu a 4.801.294 €. Neste investimento destaca-se a obra relativa à Via Periférica Sudeste Cidade, no montante de 1.043.033 €.

Quanto aos Investimentos Financeiros, e à semelhança do ano transato, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), de cuja aplicabilidade resultou uma diminuição de (-) 4.198.462 € comparativamente ao ano 2012, originada pela oscilação dos capitais próprios das entidades participadas.

Neste âmbito, salienta-se, primeiramente, o valor do Fundo de Investimento Imobiliário “Maia Golf”, que à data de 31 de dezembro de 2013 atingiu 364.784 €, originando uma variação de (-) 3.028.753 €, por força das reavaliações dos ativos imobiliários, logo seguido do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, que concorreu com uma variação de (-) 678.838 €. Ambas as entidades referidas justificam cerca de 88% do decréscimo dos investimentos financeiros verificados no final de 2013.

Os investimentos financeiros detidos pelo Município quanto às entidades, Academia de Artes da Maia, E.E.M., e Fundação Conservatório de Música da Maia, apresentam-se no Quadro 60 com valor zero, pelo facto de as participadas apresentarem em 31/12/2013 capitais próprios negativos.

Quadro 60

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado		Variação
			31/dez/13	31/dez/12	
Partes de capital					
Empresa Municipal de Estacionamento	100%	124 699	310 364	286 664	23 700
Academia de Artes da Maia	100%	49 880	0	101 961	-101 961
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22 938	0	-	-
Empresa Municipal de Ambiente	100%	1 496 394	2 738 871	2 792 898	-54 027
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12 811 338	8 072 372	8 015 621	56 751
MACMAI	100%	149 639	0	0	0
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2 799 390	187 917	866 755	-678 838
Outras Aplicações Financeiras					
Fundo de Investimento Imobiliário “MAIA IMO”	100%	6 000 000	4 872 904	5 015 840	-142 936
Fundo de Investimento Imobiliário “MAIA GOLF”	100%	5 500 000	364 784	3 393 537	-3 028 753
Fundo de Investimento Imobiliário “PRAÇA MAIOR”	100%	5 000 000	4 224 009	4 498 861	-274 852
		33 954 278	20 771 221	24 972 137	-4 200 916

Un.: Euros

Circulante

O Ativo Circulante, constituído pelas Existências, pelas Dívidas de Terceiros e pelas Disponibilidades, representa 3,28% do total do ativo líquido, continuando a ter nas duas últimas rubricas referidas a maior expressividade do seu valor total, ao absorver 97,02%.

Face ao ano de 2012, o Ativo Circulante apresenta uma diminuição de (-) 2.801.837 €, proveniente do decréscimo verificado em todas as suas rubricas, porém de forma determinante nas Dívidas de Terceiros, cuja redução de (-) 2.513.105 € justifica por si só 89,7% da quebra registada.

Assim, pela sua importância, insere-se apreciação detalhada das Dívidas de Terceiros, cuja decomposição se demonstra no Quadro 61.

Quadro 61

DÍVIDAS DE TERCEIROS							
	2013			2012			Variação 2013/2012
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	68 870	0	68 870	71 969	0	71 969	-4,31%
Clientes/Contrib e Utentes c/c	428 029	0	428 029	417 587	0	417 587	2,50%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Div. - Cobrança Duvidosa	6 883 949	6 668 433	215 516	8 623 096	7 132 560	1 490 536	-85,54%
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	5 428 536	5 254 635	173 901	5 893 029	5 504 841	388 188	-55,20%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	1 455 413	1 413 798	41 615	2 730 067	1 627 719	1 102 348	-96,22%
Estado	7 972	0	7 972	2 555	0	2 555	-
Outros Devedores	2 120 074	0	2 120 074	3 370 919	0	3 370 919	-37,11%
Dev. de Transferências para as Autarquias Locais	871 104	0	871 104	1 437 020	0	1 437 020	-39,38%
Devedores Diversos - Outros	1 248 970	0	1 248 970	1 933 898	0	1 933 898	-35,42%
TOTAL	9 508 893	6 668 433	2 840 460	12 486 126	7 132 560	5 353 566	-46,94%

Un.:Euros

Relativamente às Dívidas de Terceiros, podemos concluir que a diminuição de (-) 2.513.105 € é influenciada de forma decisiva, quer pelos Clientes/Contribuintes/Utentes e Devedores Diversos de Cobrança Duvidosa, quer pelos Outros Devedores, cujos créditos sobre terceiros registaram em 2013, comparativamente ao ano anterior, uma redução de (-) 1.275.020 € e de (-) 1.250.845 €, respetivamente.

Como já foi referido aquando da análise ao Imobilizado, no decorrer do ano de 2013 o Município da Maia celebrou com a Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., uma escritura de dação em cumprimento, ao abrigo da qual, e através da disponibilização de um conjunto de terrenos, a referida entidade participada concretizou o pagamento das seguintes dívidas que detinha para com o Município:

- 1.351.963 €, inscritos na conta de Outros Devedores – Cobrança Duvidosa, a título de reembolsos pelos encargos que o Município suportou com amortizações dos empréstimos bonificados para a construção de empreendimentos no âmbito do PER – Programa Especial de Realojamento, no período de junho de 2002 e novembro de 2004, em que a Espaço Municipal beneficiou do proveito resultante das rendas do parque habitacional, período este que antecedeu o processo de antecipação de rendas;
- 650.000 €, inscritos na conta de Devedores Diversos, cujo débito resultou de pagamento efetuado pelo Município em 2007 a título de prestações suplementares, e que na sequência de ação inspetiva foi recomendada a sua reposição;

- 284.951 €, inscritos na conta de Clientes de Cobrança Duvidosa, e que respeitam à imputação de encargos com pessoal suportados pelo Município relativamente a um com junto de funcionárias que se encontram a desempenhar funções na Espaço Municipal.

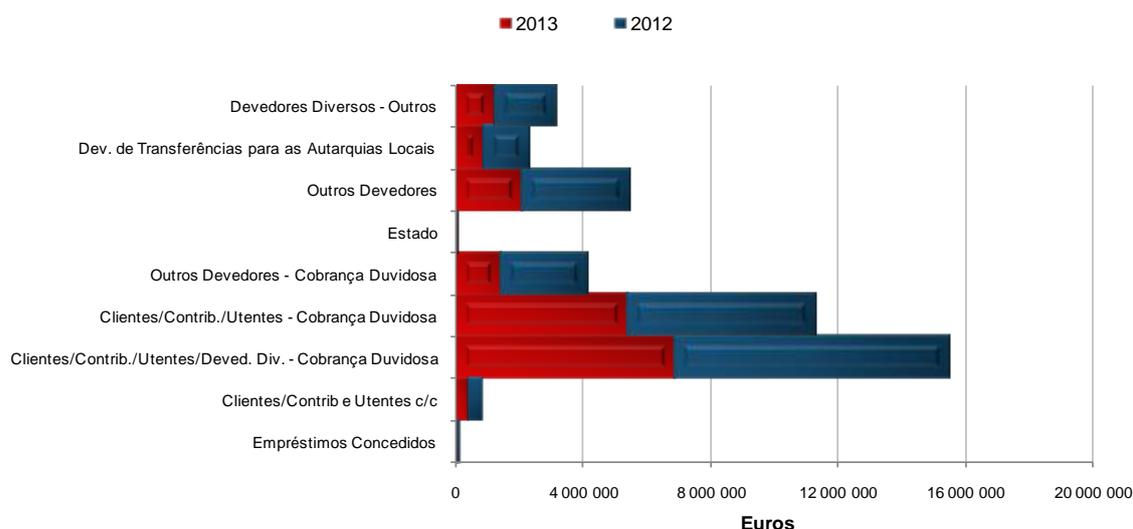
Tais factos foram determinantes para a redução de (-) 85,54% e de (-) 35,42% das rubricas de Clientes, Contribuintes Utentes- Cobrança Duvidosa e de Devedores Diversos, respetivamente.

Também os Devedores de Transferências para as Autarquias Locais denotam um decréscimo de (-) 37,11%, provindo do pagamento de 312.486 € efetuado pela administração central relativamente à componente social escolar, e do pagamento de 250.000,00 € efetuado pela BRISA - Concessão Rodoviária, S.A., no âmbito do protocolo celebrado com o Município, com vista à realização da ligação do Viaduto da Granja à rede viária local, à construção de habitação para realojamento da comunidade de etnia cigana, e à construção da nova escola EB1/JI da Pícuca.

Para uma melhor perceção das oscilações das Dívidas de Terceiros em 2013, face ao ano anterior, auxilia-se a análise antes efetuada com a representação gráfica que se insere.

Gráfico 60

Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto



Por fim, alude-se às disponibilidades, cujo montante a 31 de dezembro de 2013 ascendeu a 10.715.374 €, dos quais 308.385 € referem-se a valores em Caixa, e 10.406.989 € derivam de depósitos em Instituições de Crédito.

Acréscimos e Diferimentos Ativos

Finaliza-se a análise do ativo, com a apreciação dos Acréscimos de Proveitos e dos Custos Diferidos, cujos valores ali contabilizados resultam do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, conforme se apresenta seguidamente.

Quadro 62

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS - Ano 2013	
Acréscimos de Proveitos	2.743.844
Juros a Receber	16.381
Impostos e Taxas	1.586.417
Subsídios Correntes	619.700
Instalações Desportivas	25.026
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	496.321
Custos Diferidos	2.800
Prémios de Seguros	0
Rendas Antecipadas	522
Outros Custos Diferidos	2.278
TOTAL	2.746.645

Un.: Euros

Foram reconhecidos no exercício económico de 2013 acréscimos e diferimentos de natureza ativa no total de 2.746.645 €, cabendo a Acréscimos de Proveitos o montante de 2.743.844 €, e a Custos Diferidos o de 2.800 €.

Ao nível dos Acréscimos de Proveitos, as parcelas predominantes dizem respeito aos Impostos e Taxas e a Subsídios Correntes, caracterizando 80% do valor total de 2.743.844 €.

No entanto, a parcela que predomina continua a ser a dos Impostos e Taxas, que no final de 2013 ascende ao valor de 1.586.417 €, destacando-se os montantes imputáveis ao I.U.C. – Imposto Único de Circulação (338.383 €), ao I.M.T – Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas (317.348 €), ao I.M.I. – Imposto Municipal s/ Imóveis (520.162 €) e à Derrama (381.031 €).

Relativamente aos Subsídios Correntes, que contribuíram em 22,59% para a formação dos acréscimos de proveitos, distingue-se a especialização dos proveitos indexados às Atividades de Enriquecimento Curricular, ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares, e ao Programa de Expansão Pré-Escolar, nos valores de 266.621 €, 187.323 € e 126.637 €, respetivamente.

Por último, alude-se a Outros Acréscimos de Proveitos, de cujo valor de 496.321 € se releva especialmente o reconhecimento dos proveitos relacionados com o pagamento de refeições escolares por parte dos respetivos encarregados de educação.

PASSIVO

Inclui-se no presente Relatório de Gestão um capítulo específico da dívida do Município da Maia, que encerra uma apreciação detalhada da sua composição e variação ao longo dos últimos exercícios económicos.

A análise do passivo que seguidamente é efetuada está relacionada, direta ou indiretamente, com as referências constantes do capítulo específico da dívida, porém passível de eventuais divergências pelo facto de naquele capítulo se atender apenas às operações orçamentais, enquanto aqui se incluem também as operações não orçamentais.

Os Acréscimos e Diferimentos são a parcela com maior expressividade no total do Passivo, representando 55,42% do seu total, seguida das Dívidas a Terceiros com um peso de 40,77%, e, por fim, das Provisões para Riscos e Encargos, que representam 3,81%.

No final do ano de 2013, o Passivo total ascendeu a 122.688.109 €, montante que comparativamente ao ano transato regista uma diminuição de (-) 7.527.814 €, muito por força do decréscimo das Dívidas a Terceiros, tanto as de médio e longo prazo, (-) 22,10%, como as de curto prazo, (-) 2,15%.

Inversamente, assinala-se um aumento nas Provisões para Riscos e Encargos, conseqüente do reforço das provisões relacionadas com processos judiciais em curso, no valor de 1.001.800 €, e da criação de uma provisão para a empresa Academia das Artes da Maia, E.E.M e Fundação Conservatório de Música da Maia, no montante de 271.594 €, dada a existência de capitais negativos nas referidas entidades participadas pelo Município da Maia.

Dívidas a Terceiros

As Dívidas a Terceiros totalizaram a importância de 50.021.404 €, tendo sofrido uma diminuição no valor de 8.679.117 €, (-) 14,79% face ao ano 2012.

Quadro 63

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2013	2012	Varição
Dívida de Médio e Longo Prazo	37.180.969	44.887.283	- 17,17%
Dívida de Curto Prazo	12.840.435	13.813.238	- 7,04%
Total	50.021.404	58.700.521	- 14,79%

Un:Euros

Analisado o Quadro 64, verifica-se que a Dívida de Médio e Longo Prazo (inclui o exigível a curto prazo), na sua maioria resultante da contratualização de empréstimos bancários em anos antecedentes, diminuiu (-) 17,17% relativamente ao ano anterior, fruto das amortizações efetuadas no decurso de 2013, sem que tenha havido qualquer nova contratação de financiamento bancário.

As dívidas de curto prazo mantêm também uma tendência decrescente, na medida em que apresentam no final de 2013 uma redução de (-) 972.803 €, cuja repartição pelos diversos agrupamentos se retrata no quadro imediato.

Quadro 64

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
	2013	2012	Varição
Operações Orçamentais			
Curto Prazo	8.801.886	9.632.473	-8,62%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	507.238	420.347	20,67%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	4.857.836	673.670	621,10%
Adiantamento por conta de vendas	8.164	0	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	-
Outros Credores	3.399.448	8.509.256	-60,05%
Sub-Total	8.801.886	9.632.473	-8,62%
Operações Não Orçamentais			
Curto Prazo	4.038.549	4.180.765	-3,40%
Clientes e Utentes c/ Cauções	1.841.564	1.853.960	-0,67%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	968.108	1.144.221	-15,39%
Estado e Outros Entes Públicos	239.690	195.261	22,75%
Outros Credores	989.188	987.322	0,19%
Sub-Total	4.038.549	4.180.765	-3,40%
TOTAL	12.840.435	13.813.238	-7,04%

Un:Euros

No que diz respeito a operações orçamentais, verifica-se que houve um decréscimo no total da dívida de curto prazo, de (-) 830.587 €.

No âmbito do processo litigioso referente ao Parque Urbano de Avioso, a dívida que inicialmente foi relevada em “Fornecedores de Imobilizado”, foi reclassificada em 2012 na conta de “Outros Credores”, uma vez que não se encontravam, à data, reunidos os requisitos que determinavam a exigibilidade do referido valor, designadamente o trânsito em julgado, circunstância que influía negativamente na determinação do prazo médio de pagamento.

No final de 2013, o processo judicial teve o seu desfecho formal, na sequência de acordo firmado com a empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A., facto que determinou o reposicionamento da dívida em “Fornecedores de Imobilizado”.

Desta forma, fica prejudicada a comparabilidade das referidas rubricas - “Fornecedores de Imobilizado” e “Outros Credores” – nos anos 2012 e 2013, em benefício do rigor contabilístico da informação financeira reportada em cada um dos períodos, sem que tenha havido qualquer impacto na comparabilidade do valor total da dívida.

Não obstante, importa assinalar que, expurgado que fosse, em 2013, o efeito decorrente do reposicionamento do débito referente ao Parque Urbano de Avioso em “Fornecedores de Imobilizado”, verificamos que, quer os “Fornecedores de Imobilizado”, quer os “Outros Credores” registariam uma redução da dívida na ordem dos 474.000 € e 451.000 €, respetivamente. Com efeito, do total da dívida de curto prazo indexada a operações orçamentais, apenas os “Fornecedores Conta Corrente” registam um real e ligeiro aumento, de 86.891 €, porém sem expressão, uma vez que o volume da dívida de “Fornecedores Conta Corrente” apurada no final de 2013 se situa dentro dos parâmetros normais, considerando o atual prazo médio de pagamento do Município, de 27 dias.

Os valores referidos em Operações Não Orçamentais, respeitam a operações de tesouraria e cauções em dinheiro, que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística de cariz patrimonial.

Corroborar-se uma vez mais o empenhamento do Município da Maia ao longo dos últimos anos, traduzido num progressivo e bem sucedido caminho de uma consolidação orçamental de referência, que se tem vindo a demonstrar pela redução gradual da dívida.

Gráfico 61



Acréscimos e Diferimentos Passivos

Encerra-se a análise do passivo com a apreciação dos Acréscimos de Custos e dos Proveitos Diferidos, cuja contabilização resulta do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, sendo a sua constituição no final de 2013 a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 65

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS - Ano 2013	
Acréscimos de Custos	4.375.221
Remunerações a Liquidar em 2014	2.419.211
Juros a Liquidar	1.265.197
Outros Acréscimos de Custos	690.814
Proveitos Diferidos	63.621.429
Rendas:	12.597.981
Processo de antecipação de rendas	11.352.088
Outras rendas	8.393
Direito de Superfície	1.237.500
Subsídios para Investimentos	47.966.155
Outros Proveitos Diferidos	3.057.294
TOTAL	67.996.651

Un.: Euros

O reconhecimento de acréscimos e diferimentos de natureza passiva atingiu no final de 2013 o montante de 67.996.651 €, correspondendo, 4.375.221 € a Acréscimos de Custos, e 63.621.429 € a Proveitos Diferidos 63.621.429 €, expressando estes últimos 93,5% do valor total registado em 2013.

Por conta de Acréscimos de Custos, a rubrica com maior representação, cerca de 55,29%, respeita a Remunerações a pagar em 2014, mas cujo custo deve ser imputado ao exercício de 2013.

O valor reconhecido em 2013, de 1.870.410 €, aumentou 548.801 € face ao do ano anterior, muito por força do reconhecimento, na totalidade, do mês de férias e subsídio de férias a pagar no ano de 2014, já que no final de 2013 apenas foram reconhecidos os vencimentos inferiores a 1.100 €, proporcionalmente, de acordo com o art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012).

Importa assinalar que o custo relativo ao mês e subsídio de férias a pagar em 2014 foi reconhecido tendo em consideração a redução remuneratória prevista no art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2014).

De Juros a Liquidar, no valor de 1.265.197 €, que compreendem os juros dos empréstimos bancários oportunamente contraídos pelo Município da Maia, salienta-se o montante de juros de mora devidos à empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A., no âmbito do processo judicial relativo ao Parque Urbano de Avioso, já citado aquando da análise das dívidas a terceiros.

Nos Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos inerentes a comunicações, eletricidade, gás e consumo de água, no total de 690.814 €.

Do lado dos Proveitos Diferidos, sobressaem os valores contabilizados por conta do processo de antecipação de rendas e de subsídios de investimento, justificando ambos 93% do valor total dos Proveitos Diferidos apurados em 31 de dezembro de 2013.

A primeira das parcelas relevantes – processo de antecipação de rendas –, no valor de 11.352.088 €, diz respeito ao processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, levado a efeito em 2004 pela empresa Espaço Municipal, E.E.M., de que resultou uma transferência de verba para os cofres do Município da Maia, verba essa que é anual e gradualmente imputada a proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, relativamente ao património imobilizado da Autarquia que em cada ano é amortizado.

A segunda das referidas parcelas – subsídios para investimentos -, no valor de 47.966.155 €, inclui as participações a obter no âmbito de projetos cofinanciados, com reconhecimento do direito na medida dos pedidos de pagamento efetuados.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais, com um saldo de 303.448.541 € no final de 2013, diminuíram cerca de 7.647.086 €, relativamente ao ano de 2012.

O impacto desta diminuição ocorreu essencialmente dos Resultados Líquidos apurados em 2013, que atingiram o valor negativo de (-) 7.423.189 €.

A justificação mais pormenorizada dos movimentos ocorridos no decurso do exercício de 2013 em cada uma das contas que compõem a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28 do presente Relatório de Gestão.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No Quadro 66 apresentam-se os Resultados do Município, revelando-se ainda os proveitos e os custos incorridos pelo Município, por natureza, bem como o respetivo Resultado Líquido apurado no exercício em análise.

Quadro 66

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2013	2012	Varição
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	989.835	865.434	14,37%
Fornecimento e Serviços Externos	13.451.960	13.929.612	-3,43%
Custos com Pessoal	19.690.006	17.648.240	11,57%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	4.936.103	4.994.387	-1,17%
Amortizações do Exercício	16.190.157	16.055.120	0,84%
Provisões do Exercício	1.106.159	505.201	118,95%
Outros Custos e Perdas Operacionais	132.151	44.541	196,69%
(A)	56.496.372	54.042.536	4,54%
Custos e Perdas Financeiras	6.511.050	3.362.271	93,65%
(C)	63.007.422	57.404.807	9,76%
Custos e Perdas Extraordinárias	4.051.777	4.522.771	-10,41%
(E)	67.059.199	61.927.578	8,29%
Resultado Líquido do Exercício	-7.423.189	-380.934	1848,68%
(F)	59.636.010	61.546.644	-3,10%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	5.625.874	5.898.028	-4,61%
Impostos e Taxas	34.435.126	36.746.489	-6,29%
Proveitos Suplementares	38.003	37.936	0,18%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.898.673	14.777.892	0,82%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	45.438	35.274	28,81%
(B)	55.043.114	57.495.619	-4,27%
Proveitos e Ganhos Financeiros	577.101	306.990	87,99%
(D)	55.620.215	57.802.609	-3,78%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	4.015.795	3.744.034	7,26%
(F)	59.636.010	61.546.644	-3,10%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	15.843.059	20.013.405	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	-1.453.258	3.453.084	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-5.933.948	-3.055.281	-
Resultados Correntes: (D-C)	-7.387.207	397.803	-
Resultados Líquido do Exercício:	-7.423.189	-380.934	-

Un.:Euros

A atividade regular da autarquia é geradora de um conjunto de proveitos e custos operacionais, que de forma recorrente se apresentam como os mais significativos no cômputo geral dos proveitos e custos por natureza, influenciando ainda decisivamente o comportamento do resultado líquido do exercício.

Durante o ano 2013, a referida atividade da autarquia gerou Resultados Operacionais substancialmente inferiores aos do ano antecedente, na ordem dos 4.170.000,00 €, os quais, após amortizações e provisões, se fixaram no valor negativo de (-) 1.453.258 €.

Assim, os Resultados Operacionais de 2013, após amortizações e provisões, apresentam um acentuado decréscimo de (-) 4.906.342,07 €, comparativamente ao ano 2012, o que representa uma variação de (-) 142,09%, que decorre, quer da subida do valor total dos custos, em 2.453.837 €, quer da descida do valor total dos proveitos, em 2.452.505 €.

Para aquela variação concorreu decisivamente, na parte dos custos, o aumento dos Custos com Pessoal, em 2.041.766 €, e das Provisões, em 600.958 €, e no lado dos proveitos, a diminuição de Impostos e Taxas, em 2.311.363 €.

Pois, expurgado que fosse o efeito decorrente das oscilações antes mencionadas, não obstante se ter registado um aumento nos demais custos operacionais, exceção feita aos “Fornecimentos e Serviços Externos” e às “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais”, bem como uma redução dos proveitos resultantes das Vendas e Prestações de Serviços, a atividade operacional da autarquia teria sido geradora de um resultado positivo, moderado que fosse.

O acréscimo dos Custos com Pessoal deveu-se ao pagamento do subsídio de Natal e do subsídio de férias à totalidade dos funcionários, na sequência da declaração de inconstitucionalidade da norma prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2013, que suspendia o pagamento aos funcionários com uma remuneração base superior a 1.100 €, e redução proporcional àqueles que auferissem entre 600 € e 1.100 €.

Quanto às Provisões do Exercício, o seu aumento proveio fundamentalmente do reforço das provisões para riscos e encargos indexados a processos judiciais em curso, que em 2013 totalizaram 1.001.799 €, contra os 218.203 € registados no final de 2012, já que as provisões associadas a cobranças duvidosas foram reduzidas em 182.638 €.

O acréscimo apurado nos Custos da Mercadoria Vendidos e Matérias Consumidos foi induzido, sobretudo, pelo aumento dos valores do gasóleo, em 67.390 €, e de outros fornecimentos, em 55.173 €.

As amortizações do exercício demonstram uma subida de 0,84% (135.038 €), derivada das transferências de imobilizado em curso para firme ocorridas durante o ano.

Contrariando a tendência dos restantes custos, surgem os Fornecimentos e Serviços Externos e as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, com oscilações negativas de (-) 3,43% e (-) 1,17% respetivamente.

Nos últimos anos o Município tem vindo a prosseguir uma política de contenção da despesa inerente à aquisição de bens e serviços de natureza corrente, no entanto nem sempre é possível atingir com sucesso os objetivos propostos, em parte por influência de parâmetros não controláveis, alguns dos quais de cariz externo.

Assim, apesar da indicativa redução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, no montante de (-) 477.652 €, apenas justificada pela descida acentuada dos Encargos de Cobrança associados ao processo de avaliação geral de imóveis no âmbito do I.M.I., em (-) 1.006.341 €, uma vez que verifica-se uma oscilação antagónica em diversas outras componentes deste agregado de despesas, nomeadamente:

- Manutenção de Espaços Verdes: (+) 204.284 €;
- Iluminação Pública: (+) 187.865 €;
- Trabalhos Especializados – de promoção, organização e divulgação de eventos: (+) 77.856 €;

- Assistência Técnica – associada atualizações de programas informáticos: (+) 147.296 €;
- Conservação de Bens: (+) 67.676 €.

No que diz respeito aos proveitos operacionais, como anteriormente foi referido, a redução mais significativa recaiu sobre a rubrica de Impostos e Taxas.

Contrariando a tendência do último ano, esta rubrica registou em 2013 uma diminuição de (-) 2.311.363 €, tendo nos impostos diretos a sua maior quebra, com a receita do I.M.I a descer (-) 1.666.702 €, o I.M.T (-) 463.332 €, evidenciando contudo um aumento da verba oriunda do I.U.C., em cerca de 775.337 €.

Todavia, não seria espectável tal oscilação no que concerne ao I.M.I. considerando a alteração do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei nº287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº60 – A/2011 de 30 de novembro.

A oscilação atrás identificada advém do decréscimo das rubricas Impostos e Taxas e Venda e Prestações de Serviços, situação que pode ser fundamentada dada a conjuntura económica que o país atravessa, nomeadamente na atividade imobiliária uma vez que esta é a maior fonte de receita dos impostos arrecadados pelo Município.

Também ao nível dos impostos indiretos, se verifica uma tendência negativa, com as componentes de Loteamentos e Obras e Publicidade a reduzirem (-) 709.984 € e (-) 198.108 € respetivamente, esta última influenciada pela entrada em vigor do licenciamento zero.

Com uma diminuição menor, mas ainda assim indicativa, encontra-se a Venda e Prestação de Serviços, cuja oscilação com a Ação Social, nomeadamente o CAF – Componente de apoio às famílias a reduzirem (-) 279.252 € e a eliminação dos proveitos associados à Cedência de Pessoal que em 2012 apresentaram um valor de 118.273 €.

Destaca-se ainda do lado dos proveitos o contributo positivo das Transferências e Subsídios Obtidos, com uma valorização de 120.781 €, motivado pelo aumento das Transferências Correntes, apesar da quebra das Transferências de Capital, no entanto com menor peso face às anteriores.

Concluída a apreciação dos Resultados Operacionais, inicia-se a abordagem dos Resultados Financeiros, também estes decisivos para o Resultado Líquido apurado no exercício, ao concorrerem negativamente, considerando que, enquanto os proveitos financeiros se situam em 577.101 €, os custos da mesma natureza atingiram em 2013 o valor de 6.511.050 €.

Os Resultados Financeiros registaram em 2013 um agravamento de 94%, passando de (-) 3.055.281 € em 2012, para (-) 5.933.948 € em 2013, ou seja, contribuíram mais negativamente para a formação do resultado líquido em (-) 2.878.667 €.

Como é possível observar no Quadro 66 que antecede a presente análise, os custos financeiros refletem um aumento de 93,65%, (+) 3.148.779 € face a igual período do ano anterior, aumento esse principalmente fundamentado pela contabilização acrescida, de juros de mora decorrentes da decisão judicial do processo do Parque Urbano de Avioso, e de perdas em entidades participadas (2.427.946 €), estas últimas indexadas aos Fundos de Investimento Imobiliário, bem como às entidades, Academia das Artes da Maia, E.E.M, Fundação do Conservatório de Música da Maia e Tecmaia.

Os juros suportados com o financiamento bancário diminuíram cerca de (-) 401.000 €, comparativamente a 2012, tendo em conta a gradual amortização do serviço de dívida do Município.

No que concerne aos proveitos financeiros, em 2013 regista-se um incremento de 270.111 €, essencialmente proveniente de Ganhos em Entidades participadas, por via do reconhecimento dos resultados líquidos do exercício das empresas municipais, Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., Maiambiente, E.M., e Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. e ainda de Rendimentos de Participação de Capital, por via da participação na empresa Águas do Douro e Paiva.

Em consequência do exposto, os Resultados Correntes no final de 2013 ascendem a (-) 7.387.207 €, contra os 397.803 € registados no ano anterior.

Por último, surgem os Resultados Extraordinários, que apesar de se manterem com valores negativos em 2013, de (-) 35.982 €, apresentam uma melhoria considerável quando comparados com 2012, os quais se situaram nos (-) 778.736 €.

Com efeito, a diferença assinalada resulta da diminuição da estrutura dos custos em (-) 470.994 €, nomeadamente nas Transferências de Capital Concedidas, para as freguesias, e nas Perdas em Imobilizações, estas últimas sem qualquer valor contabilizado em 2013.

A restante variação nos Resultados Extraordinários provém das componentes que compõem os proveitos, especialmente da redução das Provisões com Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa, em 247.810 €, pela diminuição do risco de não cumprimento dos prazos das respetivas dívidas, e da diminuição das correções efetuadas a exercícios anteriores, em cerca de 103.535 €.

O detalhe da apreciação dos Resultados Financeiros e dos Resultados Extraordinários consta das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Conclui-se, desta forma, que foram os Resultados Operacionais e os Resultados Financeiros que determinaram a formação do Resultado Líquido do exercício de 2013 em (-) 7.423.189 €, com procedência em três principais factos, o aumento dos custos com pessoal, dos custos e perdas financeiras, e a diminuição dos Impostos e Taxas.

Finaliza-se com a inserção do Gráfico 62 para os Custos e Perdas, e do Gráfico 63 para os Proveitos e Ganhos, que permitem visualizar as variações ocorridas entre 2012 e 2013.

Gráfico 62

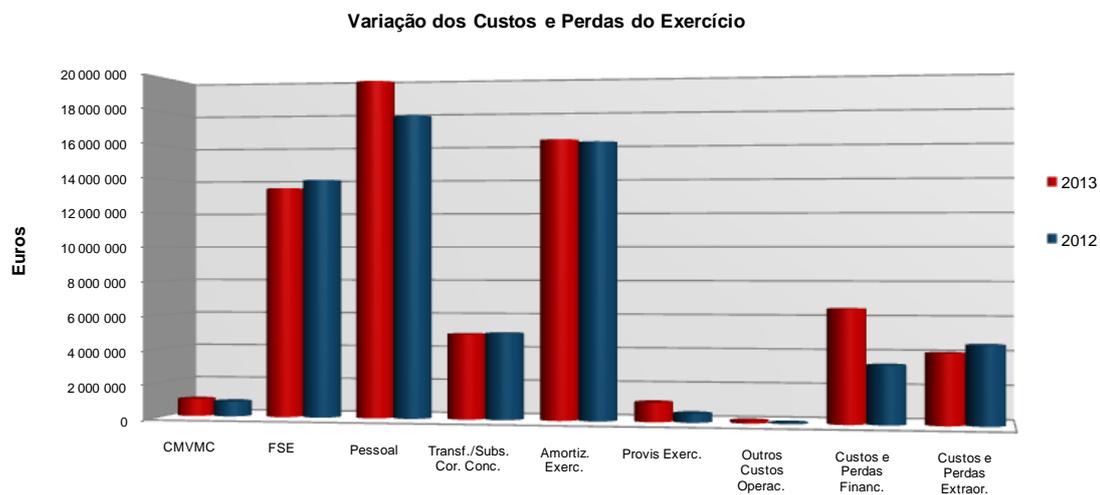
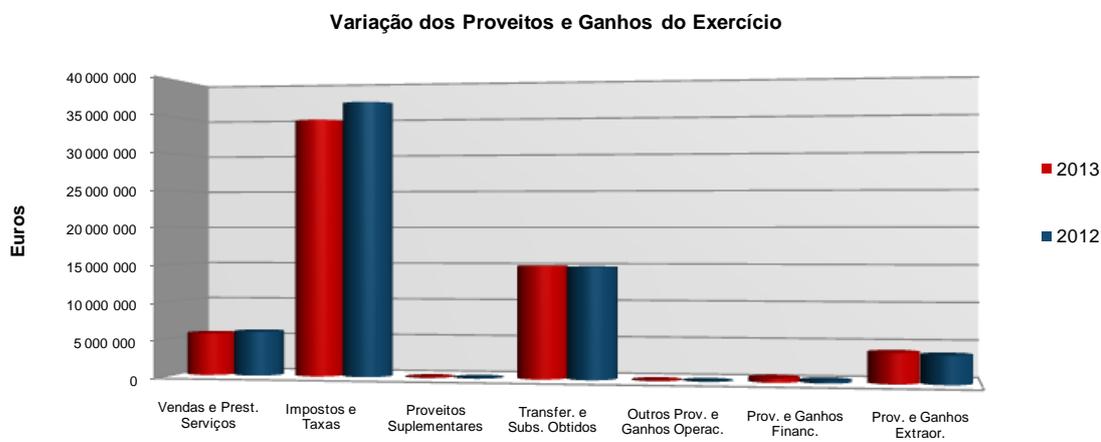


Gráfico 63



2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS**

De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Registando-se em 2013 um resultado líquido negativo no montante de (-) 7.423.189 €, deverá o mesmo ser transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS												
	INDICADORES		2011		2012		2013		VARIÇÃO	VARIÇÃO	OBSERVAÇÕES	
									2011/2012	2012/2013		
1	Cobertura das Despesas	Receita Total	63 401 380	####	61 526 092	####	56 154 535	99,80%	6,88%	-8,53%		
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483					
	Cobertura da Despesa Corrente	Receita Corrente	57 431 770	####	57 254 287	####	54 380 650	####	7,79%	-3,65%		
		Despesa Corrente	43 763 710		40 477 164		39 900 136					
	Cobertura da Despesa de Capital	Receita de Capital	5 968 641	32,55%	4 268 392	26,83%	1 764 133	10,78%	-17,58%	-59,82%		
		Despesa de Capital	18 339 026		15 911 375		16 366 347					
	Cobertura da Despesa por Empréstimos	Passivos Financeiros (Receita)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	S/Var.	S/Var.		
Despesa Total		62 102 736		56 388 539		56 266 483						
5	Cobertura da Despesa por Transferências do O.E.	Fundos Municipais	12 325 219	19,85%	11 710 017	20,77%	11 710 017	20,81%	4,64%	0,22%		
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483					
6	Cobertura da Despesa por Receitas Cobradas pelo Município	Receita Cobrada Localmente	11 505 655	18,53%	10 258 834	18,19%	9 044 428	16,07%	-1,80%	-11,65%		
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483					
7	Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Cobradas e Transferidas	(Receita Total - Passivo Financeiro)	63 401 380	####	61 526 092	####	56 154 535	####	8,39%	-8,45%		
		(Despesa Total - Amortizações de Empréstimos)	54 640 361		48 919 631		48 771 634					
8	Grau de Dependência Receita Total da Receita Própria	Receita Própria	44 178 024		44 466 544		40 577 892	72,26%	3,72%	-0,02%		
		Receita Total	63 401 380	69,68%	61 526 092	72,27%	56 154 535					
	Grau de Dependência Receita Total da Receita Corrente	Receita Corrente	57 431 770		57 254 287		54 380 650	93,06%	2,73%	4,07%		
		Receita Total	63 401 380	90,58%	61 526 092	93,06%	56 154 535	96,84%				
	Grau de Dependência Receita Total da Receita Cobrada Localmente	Receita Cobrada Localmente	11 505 655		10 258 834		9 044 428	16,67%	-8,12%	-3,40%		
		Receita Total	63 401 380	18,15%	61 526 092	16,67%	56 154 535	16,11%				
	Grau de Dependência Receita Total de Impostos Directos	Impostos Directos	32 666 264		34 198 424		31 522 714	55,58%	7,88%	0,99%		
		Receita Total	63 401 380	51,52%	61 526 092	55,58%	56 154 535	56,14%				
	Grau de Dependência da Receita Total de Fundos Municipais	Fundos Municipais	12 325 219		11 710 017		11 710 017	19,03%	-2,10%	9,57%		
		Receita Total	63 401 380	19,44%	61 526 092	19,03%	56 154 535	20,85%				
	13	Independência da Receita Total - Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	S/Var.	S/Var.	
			Receita Total	63 401 380		61 526 092		56 154 535				
	14	Grau de Dependência da Receita Total de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	Venda de Bens e Serviço Correntes e de Investimento	3 621 385		3 060 964		3 252 919	4,98%	-12,90%	16,44%	
			Receita Total	63 401 380	5,71%	61 526 092	4,98%	56 154 535	5,79%			
	15	Grau de Dependência da Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	37 205 893		38 362 092		34 542 583	67,00%	3,43%	-5,20%	
Receita Corrente			57 431 770	64,78%	57 254 287	67,00%	54 380 650	63,52%				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES		2011		2012		2013		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
								2011/2012	2012/2013	
16	Grau de Dependência da Receita Corrente de Transferências Correntes	Transferências Correntes	13 551 564	23,60%	13 216 760	23,08%	13 917 346	25,59%	-2,17%	10,87%
		Receitas Correntes	57 431 770		57 254 287		54 380 650			
	Grau de Execução da Receita Corrente	Receitas Correntes Executadas	57 431 770	93,59%	57 254 287	98,48%	54 380 650	94,84%	5,23%	-3,70%
		Receitas Correntes Orçadas	61 366 560		58 136 185		57 337 590			
18	Evolução da Receita Corrente	Receita Total Corrente ano n	57 431 770	97,03%	57 254 287	99,69%	54 380 650	94,69%	2,74%	-5,02%
		Receita Total Corrente ano n-1	59 187 335		57 431 770		57 431 770			
19	Evolução da Receita - Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n)	37 205 893	95,02%	38 362 092	####	34 542 583	90,04%	8,52%	-12,67%
		(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	39 157 246		37 205 893		38 362 092			
20	Estrutura da Despesa - Capital/Total	Despesa de Capital	18 339 026	29,53%	15 911 375	28,22%	16 366 347	29,09%	-4,45%	3,08%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
21	Estrutura da Despesa - Investimentos/Total	Investimentos	4 625 590	7,45%	3 198 120	5,67%	4 114 484	7,31%	-23,85%	28,93%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
22	Estrutura da Despesa - Aquisição Bens Capital/Total	Aquisição de bens de capital (PPI)	8 163 924	13,15%	5 417 250	9,61%	6 914 714	12,29%	-26,92%	27,92%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
23	Independência da Despesa - Transferências Capital/Total	Transferências de Capital (Despesa)	2 283 645	3,68%	3 025 217	5,36%	1 943 049	3,45%	45,90%	-35,63%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
24	Estrutura da Despesa - Pessoal/Total	Pessoal	19 373 082	31,20%	17 575 332	31,17%	19 098 164	33,94%	-0,09%	8,90%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
25	Estrutura da Despesa - Remunerações Certas e Permanentes/Total	Remunerações Certas e Permanentes	15 247 086	24,55%	13 800 382	24,47%	14 695 191	26,12%	-0,32%	6,71%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
26	Estrutura da Despesa - Bens e Serviços Correntes/Total	Aquisição de bens e serviços correntes	15 382 071	24,77%	15 832 493	28,08%	13 942 798	24,78%	13,36%	-11,74%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
27	Estrutura da Despesa - Serviço da Dívida/Total	Serviço da Dívida	9 012 085	14,51%	8 792 183	15,59%	8 500 795	15,11%	7,45%	-3,10%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
28	Estrutura da Despesa - Amortização Empréstimos/Total	Amortizações de Empréstimos	7 462 375	12,02%	7 468 908	13,25%	7 494 849	13,32%	10,23%	0,57%
		Despesa Total	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
29	Independência da Despesa - Transferências Correntes/Total	Transferências Correntes (Despesa)	3 049 949	6,97%	2 988 677	7,38%	2 619 793	6,57%	5,95%	-11,08%
		Despesas Correntes	43 763 710		40 477 164		39 900 136			
30	Estrutura da Despesa - Pessoal/Despesas Correntes	Pessoal	19 373 082	44,27%	17 575 332	43,42%	19 098 164	47,86%	-1,91%	10,24%
		Despesas Correntes	43 763 710		40 477 164		39 900 136			
31	Grau de Execução da Despesa Corrente	Despesas Correntes Executadas	43 763 710	88,48%	40 477 164	87,46%	39 900 136	86,19%	-1,15%	-1,46%
		Despesas Correntes Orçadas	49 459 597		46 279 099		46 294 390			

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES		2011		2012		2013		VARIÇÃO		OBSERVAÇÕES	
								2011/2012	2012/2013		
32	ESTRUTUR AD DE DESPA	Evolução da Despesa Corrente	Despesa Corrente ano n	43 763 710	####	40 477 164	92,49%	39 900 136	98,57%	-10,15%	6,58%
			Despesa Corrente ano n-1	42 516 376		43 763 710					
33		Evolução da Despesa em Investimento	Investimento ano n (PPI)	8 163 924	45,40%	5 417 250	66,36%	6 914 714	####	46,17%	92,36%
			Investimento ano n-1 (PPI)	17 983 810		8 163 924		5 417 250			
34	RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS CORRENTES CORRENTE	Relação da Despesa de Pessoal os Fundos Municipais Correntes	Pessoal	19 373 082	####	17 575 332	####	19 098 164	####	-6,18%	0,93%
			Fundos Municipais Correntes	10 502 084		10 154 637		10 932 327			
35		Relação da Aquisição de Bens e Serviços Correntes com os Fundos Municipais Correntes	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	15 382 071	####	15 832 493	####	13 942 798	####	6,45%	-18,20%
			Fundos Municipais Correntes	10 502 084		10 154 637		10 932 327			
36	RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS CORRENTES CORRENTE	Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente	Pessoal	19 373 082	####	17 575 332	####	19 098 164	####	1,75%	23,26%
			Receita Cobrada Localmente	11 505 655		10 258 834		9 044 428			
37		Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	15 382 071	####	15 832 493	####	13 942 798	####	15,44%	-0,11%
			Receita Cobrada Localmente	11 505 655		10 258 834		9 044 428			
38	GRAU DE FINANCIAMENTO DO IN	Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital	Fundos Municipais de Capital	1 823 135	22,33%	1 555 380	28,71%	777 690	11,25%	28,57%	-60,83%
			Investimento (PPI)	8 163 924		5 417 250		6 914 714			
39		Grau de Financiamento de Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de bens de Investimento	148 613	1,82%	19 731	0,36%	103 838	1,50%	-79,99%	312,30%
			Investimento (PPI)	8 163 924		5 417 250		6 914 714			
40		Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Receita)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	S/Var.	0,00%
			Investimento (PPI)	8 163 924		5 417 250		6 914 714			
41	GRAU DE COBERTURA DA DESPESA	Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente	Receita Corrente	57 431 770	####	57 254 287	####	54 380 650	####	7,79%	-4,93%
			Despesa de Funcionamento	36 696 275		33 937 573		33 904 632			
42		Grau de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital	Receita de Capital	5 968 641	54,88%	4 268 392	49,08%	1 764 133	19,89%	-10,55%	-59,49%
			Despesa de Investimento	10 876 651		8 696 143		8 871 498			
43	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação dos Juros Pagos com a Receita Total	Juros	1 565 010	2,47%	1 368 218	2,22%	1 040 663	1,85%	-9,91%	-16,66%
			Receita Total Cobrada	63 401 380		61 526 092		56 154 535			
44		Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total	Juros	1 565 010	2,52%	1 368 218	2,43%	1 040 663	1,85%	-3,72%	-23,78%
			Despesa Total Paga	62 102 736		56 388 539		56 266 483			
45		Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total	Serviço Dívida	9 238 849,62	14,57%	9 048 591,65	14,71%	8 746 977,14	15,58%	0,93%	5,91%
			Receita Total Cobrada	63 401 380		61 526 092		56 154 535			
46		Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida	9 238 850	14,88%	9 048 592	16,05%	8 746 977	15,55%	7,87%	-3,12%
			Despesa Total Paga	62 102 736		56 388 539		56 266 483			

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS												
	INDICADORES	2011		2012		2013		VARIÇÃO		OBSERVAÇÕES		
								2011/2012	2012/2013			
1	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	311 745 890	224,11%	311 095 627	238,91%	303 448 541	247,33%	6,60%	3,53%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	139 106 641		130 215 923		122 688 109				
	Solvabilidade II	Activo Líquido	450 852 531	324,11%	441 311 549	338,91%	426 136 650	347,33%	4,57%	2,49%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.	
		Passivo	139 106 641		130 215 923		122 688 109					
3	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	326 765 964	234,90%	322 939 995	248,00%	321 276 829	261,86%	5,58%	5,59%	Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua intransmissibilidade e a repercussão de tal situação em termos de falta de liquidez). A diferença entre o indicador anterior e o actual dá-nos a cobertura do passivo total pelos bens do domínio público.
			Passivo	139 106 641		130 215 923		122 688 109				
4	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	311 745 890	69,15%	311 095 627	70,49%	303 448 541	71,21%	1,95%	1,02%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.
			Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
5	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Liquidez Geral	Activo Circulante	11 822 198	46,49%	16 773 441	77,95%	13 971 604	68,81%	67,66%	-11,72%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	25 428 351		21 518 630		20 304 318				
6	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Liquidez Imediata	Disponibilidades	6 192 689	24,35%	10 969 538	50,98%	10 715 374	52,77%	109,32%	3,52%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%
			Passivo Circulante	25 428 351		21 518 630		20 304 318				
7	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Dívidas a Fornecedores	11.078.717,39	80	7.038.816	70	2.946.314	27	-13,26%	-61,74%	Resolução Conselho Ministros 34/2008 e Despacho 9870/2009 do Min. Finanças
			Aquisições	50 312 259		36 850 460		40 318 548				
8	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Prazo Médio de Recebimento	Clientes, Contribuintes e Utentes e Outros Devedores	11.711.071,19	104	10.974.580,86	94	8.560.947,93	78	-9,91%	-16,95%	
			Proveitos	41 127 216		42 780 390		40 182 657				
9	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Prazo médio de Pagamento	Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro).	14 319 880	117	10 531 200	103	9 489 148	93	-12,05%	-9,44%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a terceiros (resultantes da execução orçamental, ou seja, excluindo OT e cauções prestadas em dinheiro).
			Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano	44 582 024		37 276 884		37 090 631				
10	Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos	Prazo médio de Pagamento - Imobilizado	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12	8 818 742	156	2 496 940	63	6 280 179	155	-59,44%	145,22%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores de imobilizado.
			Aquisição de Imobilizado no ano	20 616 182		14 390 506		14 760 148				

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

(Continuação)

	INDICADORES	2011		2012		2013		VARIÇÃO	VARIÇÃO	OBSERVAÇÕES	
								2011/2012	2012/2013		
11	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	356 636 353	81,62%	348 277 518	82,30%	333 165 628	81,38%	0,82%	-1,12%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP).
		Imobilizado Líquido	436 921 816		423 191 278		409 418 402				Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
		Fundo Patrimonial	311 745 890	71,35%	311 095 627	73,51%	303 448 541	74,12%	3,03%	0,82%	Avalia a cobertura do imobilizado pelo Fundo Patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser < 100%.
12	Indicador das imobilizações II	Imobilizado Líquido	436 921 816		423 191 278		409 418 402				
		Capitais Alheios de MLP	44 890 462	10,27%	37 181 891	8,79%	29 717 086	7,26%	-14,48%	-17,39%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do activo imobilizado.
13	Indicador das imobilizações III	Imobilizado Líquido	436 921 816		423 191 278		409 418 402				
		Capitais Alheios de Curto Prazo	25 428 351	5,82%	21 518 630	5,08%	20 304 318	4,96%	-12,63%	-2,47%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.
14	Indicador das imobilizações IV	Imobilizado Líquido	436 921 816		423 191 278		409 418 402				
		Activo Líquido	450 852 531	96,91%	441 311 549	95,89%	426 136 650	96,08%	-1,05%	0,19%	Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
15	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado de Domínio Público Líquido	124 086 567	27,52%	118 371 555	26,82%	104 859 821	24,61%	-2,54%	-8,26%	Permite aferir da importância relativa dos bens de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insuscetíveis de serem transmitidos) no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
		Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
16	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
		Passivo	139 106 641	30,85%	130 215 923	29,51%	122 688 109	28,79%	-4,37%	-2,43%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
17	Endividamento	Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
		Dívidas de MLP	44 890 462	9,96%	37 181 891	8,43%	29 717 086	6,97%	-15,38%	-17,23%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
18	Endividamento de MLP	Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
		Empréstimos de MLP	43 991 735	9,76%	36 494 629	8,27%	29 241 289	6,86%	-15,25%	-17,02%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
19	Endividamento - Empréstimos de MLP	Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
		Dívidas de Curto Prazo	25 428 351	5,64%	21 518 630	4,88%	20 304 318	4,76%	-13,55%	-2,28%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
20	Endividamento de CP	Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
		Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	S/VAR.	S/VAR.	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
21	Endividamento - Empréstimos de CP	Activo Líquido	450 852 531		441 311 549		426 136 650				
		Dívidas de MLP	44 890 462	32,27%	37 181 891	28,55%	29 717 086	24,22%	-11,52%	-15,17%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
22	Estrutura de Endividamento I	Passivo	139 106 641		130 215 923		122 688 109				
		Dívidas de Curto Prazo	25 428 351	18,28%	21 518 630	16,53%	20 304 318	16,55%	-9,60%	0,15%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
23	Estrutura de Endividamento II	Passivo	139 106 641		130 215 923		122 688 109				

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, com as alterações entretanto introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do mesmo Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2012 e o Balanço Final de 2013.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. Identificação

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

A Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro dá cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias prevista na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio. A reorganização administrativa das freguesias é estabelecida através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais, de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na referida Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, com as especificidades ali previstas.

Assim, o Concelho da Maia, na sequência da referida agregação, passou de 17 freguesias para 10 freguesias, a partir de 30 de setembro de 2013, e tem uma área de 83,7Km²

Conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, publicado no Diário da República n.º 43, 2.ª Série, de 3 de março de 2014, tendo como data de referência o dia 31 de dezembro de 2013, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 112 262 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.

- 47 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 29 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 10 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia, na 4.ª sessão ordinária realizada no dia 26 do mesmo mês, o Regulamento da Macro Estrutura Organizacional da Câmara Municipal e o consequente organograma, cuja publicação ocorreu em 07 de fevereiro de 2013, Diário da República n.º 27, 2.ª Série (Ver organograma – páginas 4 a 9 dos Anexos Documentais - Volume I).

Em cumprimento do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com nova redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a Assembleia Municipal da Maia, na 4.ª sessão ordinária realizada no dia 26 de dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 10 de dezembro de 2012, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal e quatro Departamentos Municipais, e um número máximo de 14 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao publicado. Este regulamento vigora a partir da data de homologação pela Assembleia Municipal.

Após a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são anuais, e aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2013 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 10 de dezembro de 2012, e em sessão da Assembleia Municipal de 19 do mesmo mês.

Considerando que aquando da entrada em vigor da nova macroestrutura organizacional da Câmara Municipal da Maia, já se encontravam em plena execução os documentos previsionais para 2013, tornou-se necessário proceder à conformação dos mesmos com a nova macroestrutura organizacional, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013, tendo assim os referidos documentos previsionais devidamente conformados sido aprovados na reunião do Executivo Municipal realizada em 11 de abril de 2013, e homologada pela Assembleia Municipal na 2.ª sessão ordinária de 30 de abril do mesmo ano.

8.1.4. Descrição Sumária das Atividades

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, até 29 de setembro de 2013, e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que entrou em vigor no dia 30 de setembro do mesmo ano.

8.1.5. Recursos Humanos

Em consequência das eleições autárquicas realizadas em 29 de Setembro, a composição do órgão executivo sofre alterações no decurso do ano 2013.

Assim, entre 1 de Janeiro e 29 de Setembro de 2013, o Órgão Executivo Municipal foi constituído pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Mário José Gomes Gouveia
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Senhor José Manuel Santos Correia
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr.ª Maria Inês Loureiro Rodrigues
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

A partir de 30 de Setembro de 2013, o Executivo Municipal, em consequência da eleições autárquicas, passou a se constituir pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Senhor Jorge Luís Ferreira Catarino
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr.ª Ana Virgínia da Costa Pereira
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho

8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade. As atividades do Departamento são asseguradas por quatro divisões:

- Divisão de Administração Geral;
- Divisão de Finanças e Património, que integra a Unidade de Contratação Pública e a Unidade de Planeamento, Controlo e Gestão (Unidades Flexíveis de 3.º Grau);
- Divisão de Recursos Humanos;

- Divisão dos Assuntos Jurídicos e Contencioso, que integra a Unidade de Notariado, Registo e Contraordenações (Unidade Flexível de 3.º Grau).

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 22 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontram em funcionamento parcial as aplicações de “Obras Municipais”.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo *Software C-GESP XXI*, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

8.1.7. Outras informações relevantes

- Ações Inspecivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da ação:	30-05-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	TC	N.º Processo:	22/2011 – AUDIT
Data da ação	23-09-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	IGAL	N.º Processo:	Ação n.º74/IO-130600
Data da ação	27-10-2011	Período abrangido:	2010 e 2011	Entidade:	DGAIEC	N.º Processo:	220.10.14.01/284-36/2011
Data da ação	28-10-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2011/2/A3/976
Data da ação	16-06-2011	Período abrangido:	2008 a 2010	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2011/109/A3/669
Data da ação	04-12-2012	Período abrangido:	01.01.2009 a 30.06.2013	Entidade:	TC	N.º Processo:	02/2012 – Audit. 1ª S

- Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento foram aprovados em 2012 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 10 de dezembro e 19 de dezembro, respetivamente.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**NOTAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

Nota 8.2.2 – Valores Comparativos

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efetuaram-se em 2013 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, assegurando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos

Imobilizado

Os investimentos financeiros entidades detidas maioritariamente pelo Município da Maia encontram-se, contabilizados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

O demais imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abarca os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* registou-se em 2013 a carta de ruído do Município.

Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões

Por limitações impostas pelo *software* informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Assim, ficam anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza (páginas 17 e 18 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 19 a 305 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 306 a 314 dos Anexos Documentais – Volume I).

Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 315 a 356 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas

Quadro 67

Entidades Societárias Participadas							
2013							
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício			
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidador, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	310.364	23.700	2013	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M. (4)	Fórum da Maia Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	-210.399	-117.779	2013	Entidade que se encontra em processo de dissolução (liquidação)
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	2.000.000,00	100%	2.738.871	145.587	2013	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	8.072.372	56.751	2013	-
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,7%	29.314.828	2.280.683	2013	-
Águas do Noroeste, S.A.	Lugar de Gaído, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1.380.000,00	2,10%	55.410.141	96.824	2013	-
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL (5)	Parque Zoológico da Maia, Rua da Estação S/N.º 4470-184 Maia	2.000,00	13,33%	-8.855	-23.855	2013	Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Lda
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.280.899	-1259.227	2013	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	822.655	-81.665	2013	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moira da Maia	2.799.390,00	5%	368.465	-1.172.867	2013	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (3)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	172.939.000	19.909.000	2013	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4.º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	200.947	-2.905	2013	-
Metro do Porto, S.A. (2)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,000%	-1788.576.730	-47.617.879	2013	-
Hospital do Lidador S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2013 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município.

(4) Foi encetado o processo de dissolução (liquidação), a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, com aprovação dos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de dezembro 2012 respetivamente.

(5) Considerando a forma jurídica da entidade, para efeitos de apuramento do endividamento é enquadrável no Capítulo V da Lei 50/2012, de 31 de Agosto

Quadro 68

Entidades não Societárias Participadas							
2013							
Designação	Sede	Contribuição		Resultados do Último Exercício			
		Inicial	Exercício	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Rua da Morena 805 4435-746 Baguim do Monte	19.378,30	643.753,75	39.102.937	1255.184	2013	-
Área Metropolitana do Porto	Avenida dos Aliados, 236 1º 4000-065 Porto	19.917,00	61493,00	6.976.148	-1052.820	2013	-
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Dr Maroco Sousa 52 3000 271 Coimbra	4.340,00	5.854,00	1957.846	141790	2013	-
Fundação da Juventude	Rua das Flores, N.º 69 4050- 265 Porto	24.939,90	-	7.298.939	3.716	2012	-
Fundação do Desporto	Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, 1 1495-165 Algés	49.879,79	-	3.872.189	-92.057	2013	-
Fundação Conservatório de Música da Maia	Rua João Maia 4475-643 Maia	25.000,00	-	-61.194	-84.132	2013	-
MAIA INOVA - Associação para a Inovação e Desenvolvimento do Concelho da Maia	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470 - 605 Moreira Maia	5.000,00	1500,00	106.022	11813	2009	-
Adeporto - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347, sala 218 4000-270 Porto	15.125,00	12.100,00	205.750	15.216	2013	-
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1500,00	1500,00	3.199.449	1226.079	2013	-
AESBUC - Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (1)	Rua Dr. António Bernardino de Almeida S/N 4200-072 Porto	-	-	-463.096	-228.649	2013	-
APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	10.000,00	-	15.546.849	-464.625	2012	-
CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (1) (2)	Paços do Concelho de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas	-	-	-	-	2013	-
Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia	-	-	30.898.803	616.081	2013	-

Un.: Euros

(1) Esta entidade não tem expressividade na conta de investimentos financeiros, em virtude de não ter existido qualquer obrigação aquando da sua constituição a título de contribuição inicial.

(2) A Associação CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, informou que não realizou qualquer despesa nem obteve qualquer proveito durante o ano de 2013, não tendo havido contas a apresentar, conforme informação prestada ao Tribunal de Contas.

Na presente nota assinala-se a dissolução, no final de 2012, da empresa municipal Academia das Artes, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, estando em curso a fase de liquidação, na sequência da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e por se enquadrar no seu artigo 62.º.

Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»

Quadro 69

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Natureza	2013				
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Ajustamentos (MEP)	Valor Ajustado
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1000	5.500.000	5.135.216	364.784
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1000	6.000.000	127.096	4.872.904
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior)	5.000.000	1	5.000.000	775.991	4.224.009
			16.500.000	7.038.303	9.461.697

Un.: Euros

À data de 31 de Dezembro de 2013, a valorização dos capitais dos fundos de investimento “Maia Golfe”, “Maia Imo” e “Praça Maior” era de, respetivamente, 364.784 €, 4.872.904 € e 4.224.009 €, traduzindo-se numa diferença total entre o custo de aquisição das unidades de participação e o seu valor de mercado, de 7.038.303 €.

É entendimento do Município, de acordo com Nota Informativa Externa Independente emitida pela empresa Telles de Abreu e Associados, Sociedade de Advogados, RL, que os fundos especiais de investimento imobiliário fechado não integram o sector empresarial local, interpretação que nunca foi contestada em sede de controlo de endividamento autárquico já realizado ao município pela Inspeção-geral das Finanças. Dessa interpretação, resulta que os passivos assinalados não estão refletidos no endividamento.

Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2012 ao valor bruto de 6.883.949 €.

Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 78 dos Anexos Documentais – Volume II).

Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas

Quadro 70

		PROVISÕES			
		2013			
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	7.132.560	104.360	568.487	6.668.433
292	Provisões para riscos e encargos	3.396.660	1.273.394	0	4.670.054
39	Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões para investimentos financeiros	1.454	186.088	186.542	1.000
Total de Provisões		10.530.674	1.563.842	755.029	11.339.487

Un: Euros

No exercício de 2013 o Município apresentou um saldo final em provisões de 11.339.487 €, distribuídos no balanço por 6.668.433 € no Ativo, e 4.670.054 € no Passivo.

Tal como se observa no Quadro 70, as Provisões para Cobranças Duvidosas apresentam uma redução, na ordem dos (-) 6,51%, fruto de uma análise efetuada à antiguidade das dívidas de terceiros e dos respetivos ajustamentos que no primeiro semestre traduziram-se numa diminuição de (-) 568.487 € e no segundo semestre num aumento de 104.360 €.

Os montantes mais significativos respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a Lipor, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €;
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €.

No que às Provisões para Investimentos Financeiros diz respeito, o valor de 1.000 € reflete a redução da provisão constituída em relação aos Certificados de Dívida Inscrita de Dívida Pública Portuguesa, datados de 1942, cujo valor nominal era de 3.415 €, sendo que o seu valor contabilístico à data de 31 de Dezembro de 2013 se situava em 2.415 €.

Foi ainda reforçada a provisão para Riscos e Encargos no valor de 1.273.394 €, dada a identificação de um elevado risco de resolução desfavorável ao Município num conjunto de processos judiciais em curso, que acrescem cerca de 1.001.800 €, e também do risco associado à participação na Empresa Municipal Academia das Artes, E.E.M., que se encontra em processo de liquidação, e à Fundação Conservatório de Música da Maia, uma vez que esta apresenta no final de 2013 Capitais Próprios negativos no valor de 271.594 €.

A desvalorização decorrente das Partes de Capital, que até 2011 se contabilizava na rubrica de Provisões para Investimentos Financeiros, a partir de 2012, com a aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial, passou a ser refletida na conta de Provisões para Riscos e Encargos.

À data de 31 de dezembro de 2013 mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, cujos desfechos e respetivos efeitos financeiros se desconhecem, configurando por isso ativos e passivos contingentes, caracterizados nos seguintes moldes:

▪ **Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia**

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de participações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o conseqüente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

▪ **Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia**

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423.71 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial

Quadro 71

FUNDO PATRIMONIAL				
2013				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	302.859.042	26.632	22.012	302.863.662
511 Património Inicial	239.328.479	26.632	22.012	239.333.099
5111 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
5112 Correções ao Balanço Inicial	49.437.450	26.632	22.012	49.442.070
512 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
55 Ajustamentos de partes de capital em	-2.612.617	305.959	780.832	-3.087.490
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	17.924.137	250.374	4.018	18.170.494
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	1.238.417	176.415	3.351	1.411.482
576 Doações	4.594.082	51.021	667	4.644.436
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	22.938	0	2.123.267
578 Cedências	3.489.054	0	0	3.489.054
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	-6.694.002	0	380.934	-7.074.936
88 Resultado Líquido do Exercício	-380.934	380.934	7.423.189	-7.423.189
Totais	311.095.627	963.899	8.610.984	303.448.541

Un: Euros

Dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, conclui-se que no final de 2013, inversamente ao verificado em anos anteriores, a generalidade das rubricas não teve alterações de grande significado.

Com efeito, e desde logo no que respeita às correções ao balanço inicial, os valores contabilizados no decurso do ano 2013 originaram uma correção ao património inicial, que em termos de saldo ascendeu a 4.620 €, valor bem distanciados daqueles que em anteriores exercícios económicos foram registados. Esta realidade comprova uma vez mais a tendência decrescente para a contabilizações de factos desta natureza, fruto do trabalho de pesquisa que anualmente tem vindo a ser desenvolvido pelos respetivos serviços municipais de património e contabilidade, no sentido de eliminar a probabilidade de ocorrência de situações que originem alterações ao balanço inicial.

Os movimentos verificados em Ajustamentos de Parte de Capital dizem respeito às variações ocorridas nos Investimentos Financeiros, na sequência da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial relativamente às entidades participadas pelo Município, cuja variação anual se fixou em (-) 474.873 €. O montante de 305.959 € respeita integralmente à anulação dos ajustamentos efetuados no primeiro semestre de 2013. Assim, a variação anual de (-) 474.873 € respeita aos seguintes ajustamentos:

- 199.614 €: Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.;
- 80.676 €: TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., na proporção de 51% do capital detido pelo Município da Maia;
- 194.582 €: Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.M.

O aumento verificado em Subsídios provém de subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis (terrenos). Os valores contabilizados, quer como aumentos quer como reduções, respeita na íntegra a projetos cofinanciados, designadamente no âmbito dos financiamentos provenientes, do M.A.I – Ministério de Administração Interna, para financiamento do posto da Guarda Nacional Republicana, e do QREN para financiamento dos Centros Escolares (parte correspondente aos terrenos).

A componente de doações, com uma variação de 1,10 %, reflete a transmissão a título gratuito de bens e serviços ao Município da Maia

A título de Reservas decorrentes da transferência de ativos, foi contabilisticamente relevada a transferência para o Município da Maia do investimento financeiro associado à Fundação do Conservatório de Música da Maia, no valor de 22.938 €.

O valor de 380.934 € que figura em Resultados Transitados provém da contabilização do Resultado Líquido do exercício de 2012.

Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Quadro 72

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2013	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	56.227	394.111
Compras	1256	957.740
Regularização de Existências	-667	-3.062
Existências Finais	55.560	360.211
Custos no Exercício	1.256	988.579

Un.: Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

Quadro 73

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS									
Custos e Perdas	2013		2012		Proveitos e Ganhos	2013		2012	
681 Juros suportados	2.247.476	1510.117	781 Juros obtidos	122.238	81479				
682 Perdas em entidades participadas	4.246.613	1818.667	782 Ganhos em entidades participadas	234.315	22.347				
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	11.066	10.769				
684 Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784 Rendimentos participações capital	107.777	0				
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0	0				
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	1261	0				
688 Outros custos e perdas financ.	16.961	33.488	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0				
Total de Custos Financeiros	6.511.050	3.362.272	788 Outros proveitos e ganhos financ.	100.444	182.395				
Resultados Financeiros	-5.933.948	-3.055.282	Total de Proveitos Financeiros	577.101	306.990				
Total	577.101	306.990							

Un.:Euros

Do que é dado a observar no Quadro 73 os resultados Financeiros permanecem negativos no exercício económico em análise, expressando uma variação (-) 94,22%, fruto de um agravamento do total dos custos desta natureza, em 3.148.778 €, considerando que os proveitos demonstram um aumento de 270.111 €. O agravamento dos custos financeiros provém do valor registado em Perdas em Entidades Participadas, de 4.246.613 €, que face ao ano anterior representa uma subida de 2.427.946 €.

Dada a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial desde o ano 2012, o reconhecimento dos resultados líquidos do exercício das empresas participadas é vertido nos resultados financeiros do Município, na proporção da parcela de capital detida. Com efeito, o montante contabilizado como Perdas em Entidades Participadas diz respeito aos resultados líquidos negativos apurados em 2013, relativamente aos Fundos de Investimento Imobiliário, bem como às entidades, Academia das Artes da Maia, E.E.M, Fundação do Conservatório de Música da Maia e Tecmaia

A rubrica de Juros Suportados apresenta um acréscimo de 737.359 €, que se deve fundamentalmente à decisão judicial proferida quanto ao processo do Parque Urbano de Avioso, no âmbito do que se procedeu à contabilização dos respetivos juros de mora, uma vez que os juros suportados com o financiamento bancário diminuíram cerca de (-) 401.000 €, comparativamente a 2012, tendo em conta a gradual amortização do serviço de dívida do Município.

Tal como acontece no lado dos custos, também os Ganhos em Entidades Participadas foram os que mais contribuíram para o incremento espelhado nos proveitos financeiros, devido, fundamentalmente, ao reconhecimento dos resultados líquidos positivos da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M., Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património., E.E.M. e Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.

Regista-se também em proveitos o rendimento obtido de 107.777 € pela participação na empresa Aguas do Douro e Paiva, e que no ano de 2012 não registou qualquer movimento.

Por fim, assinala-se a diminuição de Outros Proveitos e Ganhos Financeiros, no montante de (-) 91.951 €, explicada pela descida das taxas de juros aplicadas às bonificações de juros referentes aos empréstimos bonificados PER – Plano Especial de Realojamento.

Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

Quadro 74

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	2013	2012		2013	2012
691 Transferências capital concedidas	1656.304	1945.148	791 Restituição de impostos	0	0
692 Dívidas incobráveis	0	0	792 Recuperação de dívidas	0	0
693 Perdas em existências	1453	374	793 Ganhos em existências	825	739
694 Perdas em imobilizações	928	246.195	794 Ganhos em imobilizações	1001.090	1006.336
695 Multas e penalidades	599	3.094	795 Benefícios de penalidades contr	336.411	402.641
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	796 Reduções de amortize provisões	568.941	321.131
697 Correções relativas exerc. anteriores	2.292.194	2.162.794	797 Correções relativas exerc. anteriores	455.795	352.260
698 Outros custos e perdas extraor.	100.298	165.165	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	1652.733	1660.927
Total de Custos Extraordinários	4.051.777	4.522.771	Total de Proveitos Extraordinários	4.015.795	3.744.034
Resultados Extraordinários	-35.982	-778.736			
Total	4.015.795	3.744.034			

Un: Euros

Os Resultados Extraordinários mantêm-se negativos em 2013, apesar de terem registado um aumento de 742.754 €.

Para a melhoria dos Resultados Extraordinários, contribuiu, simultaneamente, a descida dos Custos Extraordinários, em (-) 470.994 € e o aumento dos Proveitos Extraordinários, em 271.761 €.

Nos custos, sobressai a diminuição das Transferências de Capital Concedidas à Administração Autárquica - Local, no montante de (-) 288.844 €, substancialmente por via da rubrica das transferências para as freguesias. Também nas Perdas em Imobilizações se registou uma redução no montante de (-) 245.267 €.

Apesar do decréscimo verificado, a rubrica de Correções Relativas a Exercícios Anteriores mantêm-se com um valor elevado, totalizando 2.292.194 €, muito por força do impacto de regularizações de bens de imobilizado e respetivas amortizações.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários, a variação de 7,26% advém, na sua maioria, da rubrica Reduções de Amortizações e Provisões de Clientes, Contribuintes e Utentes, no montante de 568.941 €, e da componente de Correções Relativas a Exercícios Anteriores, que tal como nos custos, estão associadas a regularizações de imobilizado, de períodos transatos.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo do exercício económico de 2013 foram concretizadas vinte e cinco modificações (vinte e três ao orçamento de despesa e duas ao orçamento da receita), cujos documentos se anexam, as quais se sintetizaram em:

- Vinte e três alterações ao Orçamento da Despesa;
- Dezoito alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Vinte e três alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Duas alterações ao Orçamento da Receita;

Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 18 alterações.
- Plano de Actividades Mais Relevante 23 alterações.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

(páginas 154 a 159 dos Anexos Documentais – Volume II).

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 426.136.650 euros e um total de fundos próprios de 303.448.541 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.423.189 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 56.266.483 euros de despesa paga e um total de 62.943.307 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Município da Maia

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 Segundo o ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, existem Activos e Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização e à semelhança do procedimento adoptado em exercícios anteriores, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos;

8.2 Apesar de previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto, à semelhança dos exercícios anteriores, os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços, são apurados através doutros meios;

8.3 O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2013, um Activo no montante de 68.658.015 euros, Fundos Próprios de 30.898.803 euros e um Passivo de 37.759.212 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 15.342.083 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas;

8.4 Conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, foram constituídos em 2007, 2008 e 2010 Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados, no qual o Município da Maia é o único

Município da Maia

subscritor e titular das Unidades de Participação. As demonstrações financeiras destes Fundos de Investimento, aos quais é aplicado o Método de Equivalência Patrimonial e cujo efeito em 2013 ascendeu a cerca de 3.447.000 euros negativos no Activo e nos Resultados do Município (em termos acumulados os efeitos ascendem a cerca de 7.038.000 euros), evidenciam Passivos no montante de 19.341.881 euros (em 2012 ascendiam a 18.500.586 euros); e

- 8.5 Os Relatórios de Auditoria emitidos por outros auditores sobre as demonstrações financeiras a 31-12-2013 do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, contêm uma ênfase alertando para o facto do património dos fundos ser inferior a 5.000.000 euros (ascendendo, respectivamente, a 4.224.009 euros e 364.784 euros), fazendo referência a uma eventual liquidação dos mesmos. Apesar de nada ser referido no Relatório de Auditoria do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo, o seu património revela-se igualmente inferior aos 5.000.000 euros exigíveis pelas disposições legais (ascende a 4.872.904 euros).

Outras Matérias

9 A Certificação Legal das Contas da participada Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M., emitida por outro auditor e com referência ao final de 2013, contém uma ênfase alertando para o facto de se encontrar perdida metade do seu capital, dado o Capital Próprio ascender apenas a 368.465 euros. Refere ainda que o Conselho de Administração deverá deliberar quanto ao futuro da empresa no sentido de dar cumprimento ao previsto nos artigos 62º a 65º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, de forma a garantir a integral realização dos Activos e a liquidação dos Passivos da empresa.

10 A Certificação Legal das Contas por nós emitida sobre as demonstrações financeiras de 2012 continha 2 (duas) reservas (parágrafos nºs 7 e 8), relacionadas com a participação na Academia das Artes – Produções Culturais, E.E.M. e não ajustamento das estimativas de férias nas entidades que compõem o Grupo Municipal por declaração de inconstitucionalidade emitida pelo Tribunal de Contas em 05-04-2013, as quais deixaram de se verificar.

Maia, 11 de Abril de 2014

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia

CÂMARA MUNICIPAL